

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A PRIMEIRA IGREJA DO BRASIL:
ARQUEOLOGIA E ESTRATÉGIA DE
PRESERVAÇÃO**

**Luiz Augusto Viva do Nascimento
Mestrando**

**Prof. Mark A. Cravalho, Ph.D.
Orientador**

Salvador / Março / 2004

N244 Nascimento, Luiz Augusto Viva do
"A primeira igreja do Brasil: arqueologia e estratégia de
preservação"/ Luiz Augusto Viva do Nascimento. 2004.
182p.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Federal da Bahia, 2004.

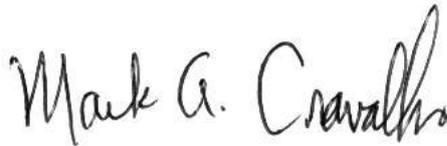
1. Arqueologia histórica. 2. Patrimônio histórico –
Preservação. 3. Patrimônio histórico – Restauração. 4.
Igreja – Arqueologia. 5. Franciscanos. 6. Outeiro da
Glória – Porto Seguro (BA).

I. Título. II. Universidade Federal da Bahia.

LUIZ AUGUSTO VIVA DO NASCIMENTO

**A PRIMEIRA IGREJA DO BRASIL:
ARQUEOLOGIA E ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia/Arqueologia e aprovada, em 31 de março de 2004, pela Comissão formada pelos professores:

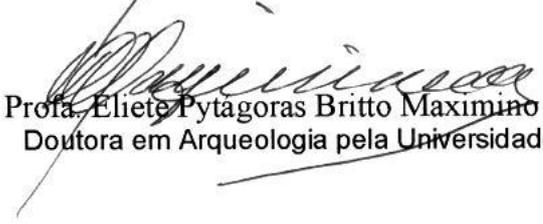


Prof. Mark Andrew Cravalho (UFBa)
Doutora em Antropologia pela University of California



Prof. Ordeop José Trindade Serra (UFBa)

Doutor em Ciência Social (Antropologia Social) Pela Universidade de São Paulo



Prof. Eliete Pytagoras Britto Maximiano (UNISANTOS)
Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo

LUIZ AUGUSTO VIVA DO NASCIMENTO

**A PRIMEIRA IGREJA DO BRASIL:
ARQUEOLOGIA E ESTRATÉGIA DE
PRESERVAÇÃO**

**Dissertação de Mestrado submetida à aprovação para obtenção do grau de Mestre, na Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Área de Concentração: Arqueologia**

**Prof. Mark A. Cravalho, Ph.D.
Orientador**

Salvador / Março / 2004

Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,— por ser espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, com valor de obras de arte erudita e popular, ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país — é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos.

Rodrigo Melo Franco de Andrade

Porto Seguro é uma pura delícia. Que silêncio, meu caro Rodrigo, que mistério naqueles paredões erguidos e nus, naquelas portas e janelas vazias!

A Cidade-Alta me pareceu perfeita em beatitude, em êxtase evocativo aos Donatários, aos Jesuítas, aos Ouvidores, aos Capitães-Móres, ali, como você bem viu, não é só a conjugação dos monumentos históricos imperecíveis da vida civil e religiosa da cidade, o que impressiona, é, mais, o reino total do esquecimento, o domínio absoluto do oceano, que as naus da Índia imigraram, do grande mar azul da melancolia dos conquistadores. Também a Cidade-Baixa, com alguns sobradões truncados e muitas coisas de linhas rudes, merece particular carinho. Depois falarei de tudo com minúcia e espero que Você nos possa dar algumas provas concretas daquele afeto que o prendeu a Porto Seguro.

É só, por hoje, que o avião não demorará, me dizem.

Abraça-o afetuosamente
o amigo e
admirador

Godofredo Filho

(Trechos do aerograma escrito por Godofredo Filho, diretor da 5ª Região do SPHAN, enviado de Canavieiras, em 02/05/1940, para Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor geral, relatando as impressões de sua primeira viagem a Porto Seguro. Fonte: IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos)

*Aos meus pais
Elonir Vieira do Nascimento e
Theresinha Viva Carvalho Vieira do Nascimento.*

*À
Arquiteta Cassia Maria Silva Boaventura*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Mark Cravalho, por toda a atenção dispensada, especialmente para a finalização deste mestrado.

Ao Prof. Dr. Carlos Etchevarne, por sua confiança e orientação em todo o período em que trabalhamos juntos.

À Profª Drª Eliete Pythagoras Britto Maximino, por me apresentar a arqueologia.

À Profª Drª Maria Rosário Gonçalves de Carvalho e ao Prof. Pedro Agostinho da Silva, pela orientação e apoio em todos os momentos.

Ao Embaixador Wladimir Murtinho (*in memoriam*), por sua compreensão e respeito a esta pesquisa.

Aos arqueólogos Joalbo Menezes de Moraes e Gilmar Barreto Mota, por dividirem comigo as inquietações deste trabalho e as responsabilidades do escritório, permitindo o desenvolvimento da dissertação.

Ao arqueólogo Walter Morales, por todo apoio prestado.

À arqueóloga Catarina e demais funcionários do IPHAN que colaboraram com o trabalho, pelo apoio imprescindível no Rio de Janeiro, Salvador e Porto Seguro.

Aos amigos arquitetos Pedro Canal e Karin Maia, pela amizade, apoio e colaboração essencial neste trabalho.

À sempre inovadora Profª Drª Tânia Andrade Lima, arqueóloga do Museu Nacional, pelo incentivo e a oportunidade de discutir o tema aqui desenvolvido.

À Profª Drª Ana Maria de Moraes Belluzzo, da FAU/USP, pelo grande entusiasmo.

Ao Prof. Júlio Katinsky, da FAU/USP, pelos conselhos e colaboração na escolha do tema.

À colega de Mestrado Ivana Silveira, pelo apoio mútuo durante o curso.

Ao Sr. Romeu Fontana, morador de Porto Seguro e historiador local, pela confiança em ceder material inédito do seu arquivo pessoal para este trabalho, fruto de anos de dedicação à memória da região.

Aos moradores de Porto Seguro que acompanham as atividades de pesquisa desenvolvidas na cidade, especialmente Dona Ida Rosatelli, sem dúvida nossa maior entusiasta.

À arquiteta Vivian Lene Costa pelas informações e atenção dispensada, possibilitando o acesso ao arquivo do IPAC-Ba.

A todos os colegas do curso de Pós-Graduação, pela companhia e troca de experiências em nosso período de aulas.

Ao Mauro Andrade Mendes, Adriana, Seu Hermes, Dona Joana e demais familiares, em Vitória da Conquista e Salvador, pelo carinho, amizade e apoio.

Aos meus eternos amigos Roberta Rabelo, Ricardo Ferreira e Izabel Cristina, sempre presentes, apesar da distância.

Aos meus fiéis amigos e demais pessoas que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

RESUMO

A igreja de São Francisco de Assis em Porto Seguro/Bahia é considerada a primeira construída no país, edificada no decurso dos vinte primeiros anos após a chegada dos portugueses ao Brasil. As ruínas da igreja são conhecidas pelo órgão de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1939 e a sua identificação é sucedida por inúmeras ações depredatórias que resultaram na destruição quase completa dos vestígios. Entre os anos de 1999 e 2000 foram realizadas escavações arqueológicas, revelando um amplo universo de análise por detrás do cenário arrasador. Em continuidade às escavações, a dissertação propõe uma releitura do sítio arqueológico com base na comparação entre os dados arqueológicos e os documentos oficiais disponíveis, estabelecendo uma estratégia para a preservação do sítio e a sua apropriação pelo público em geral. A Arqueologia é utilizada como instrumento para a desconstrução do conhecimento pré-existente sobre as ruínas e a construção de novos significados.

ABSTRACT

São Francisco de Assis church in Porto Seguro/Bahia is believed to be the first one built in the country since it was constructed in the first two decades after Portuguese arrival in Brazil. The ruins of the church are known by the Brazilian bureau for conservation of historical and artistic heritage since 1939 and its identification was followed by a number of damaging actions that resulted in the almost complete destruction of its remains. Between 1999 and 2000 archaeological excavations were accomplished revealing a broad range of analysis beyond the appalling scenario. As a consequence of the excavations this thesis proposes a rereading of the archaeological site based on the comparison between the archeological records and official documentation available, establishing strategies for conservation as well as for its use by the public. Archaeology is used as a tool for the deconstruction of pre-existing knowledge on the ruins and the construction of new meanings.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contexto da pesquisa e aproveitamento dos seus resultados	1
1.2. A dissertação e as escavações de 1999 – 2000	5
1.3. Objetivo da dissertação	6
1.4. Abordagem teórico-metodológica	6
2. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO	13
2.1. Inserção do Outeiro da Glória na região e na paisagem	13
2.2. Contexto histórico: a formação de Porto Seguro	19
2.3. Condições atuais de preservação dos vestígios	25
3. OS DADOS ARQUEOLÓGICOS: A INTERVENÇÃO DE 1999 – 2000	31
3.1. Pressupostos da intervenção	31
3.2. Desenvolvimento das escavações e resultados obtidos	34
3.2.1. Área dos vestígios construtivos	34
3.2.2. Escavação de trincheiras	42
3.2.3. Traslado dos vestígios construtivos	44
3.2.4. Atuação a partir dos resultados de levantamento geofísico	46
3.2.5. Escavação de superfícies amplas	48
3.2.6. Escavação de sondagens	50
3.2.7. Recomposição da superfície do sítio	50
3.3. Análise dos vestígios materiais	53
3.3.1. Classificação geral dos vestígios	53
3.3.2. Os objetos de uso doméstico	54
3.3.2.1. Cerâmica roletada	55
3.3.2.2. Cerâmica de torno simples	57
3.3.2.3. Cerâmica de torno vidrada	58
3.3.2.4. Faiança	60
3.3.2.5. Vidro	61
3.3.3. Os materiais construtivos	61
3.3.3.1. Telhas	65
3.3.3.2. Tijolos	66
3.3.3.3. Cravos	67
3.3.3.4. Rochas	69
3.3.3.5. Fragmentos de argamassa	69
3.3.3.6. Datação absoluta	69
4. INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS CONSTRUTIVOS	71
4.1. Análise do registro fotográfico	71
4.1.1. Foto 1 – “Igreja da Glória – Ruínas” (1939)	72

4.1.2. Foto 2 – “Igreja da Glória – Ruínas” (1939)	76
4.1.3. Foto 3 – “Igreja da Glória – Escavação” (1939)	80
4.1.4. Foto 4 – Coluna de pedras em 1955	82
4.1.5. Foto 5 – Sobrevôo em 1973	84
4.1.6. Foto 6 a 10 – “Igreja do Outeiro da Glória: vestígios dos muros”, 1982	87
4.1.7. Foto 11 – Sobrevôo entre 1973 e 1984	91
4.2. Relação entre a coluna de pedras e os vestígios construtivos	94
4.2.1. Considerações sobre a função da coluna de alvenaria de pedra	95
4.2.2. Localização provável no contexto arqueológico	96
4.3. Síntese dos resultados arqueológicos como novo texto arquitetônico	99
5. AS REPRESENTAÇÕES DO SÍTIO: DESCONSTRUINDO AS NARRATIVAS	102
5.1. O inventário estadual: síntese de várias narrativas	102
5.1.1. Conceituação e metodologia adotada no inventário	102
5.1.2. A Arqueologia no inventário	105
5.1.3. Análise das informações sobre o sítio arqueológico	106
5.1.4. O grau de relevância do monumento	112
5.2. O reconhecimento das ruínas pelo SPHAN	113
5.2.1. Breve comentário sobre o contexto das informações do SPHAN	113
5.2.2. A busca da produção do SPHAN no IPHAN atual	115
5.2.2.1. As condições de pesquisa nos arquivos do órgão	115
5.2.2.2. A organização dos documentos no Arquivo Central do IPHAN	116
5.2.3. Abordagem preliminar: informações do SPHAN no IPAC-Ba	117
5.2.4. Documentação encontrada sobre Porto Seguro entre 1939 e 1941	119
5.2.4.1. Obras no início de 1939 anteriores à chegada do SPHAN	119
5.2.4.2. A igreja da Glória e o reconhecimento de Porto Seguro pelo SPHAN	121
5.2.4.3. Estratégia da aplicação dos recursos captados pelos “Diários Associados” em Porto Seguro	123
5.2.4.4. Planejamento das obras na Igreja da Glória	127
5.2.4.5. As “Anotações Complementares de Lúcio Costa” em comparação aos dados arqueológicos	129
5.2.4.6. O registro da execução de obras e as impressões de Pedro Ghislandi e Godofredo Filho sobre a igreja da Glória	131
5.3. O advento da arqueologia: o relatório de Edna Morley	135
5.4. A primazia seráfica	136
5.4.1. A missão do rio do Frade	141
6. OS NOVOS SIGNIFICADOS	144
6.1. Discussão preliminar da relação entre o sítio e o público	144
6.2. O projeto arquitetônico implantado	147
6.3. As bases para uma leitura polissêmica	153
7. CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXOS	164
A. Ficha do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-Ba)	165
B. Quadro com a seleção de ofícios, matérias de jornal e outros documentos encontrados nos arquivos do IPHAN	167
C. Quadro de pareceres e relatórios encontrados nos arquivos do IPHAN	178

ÍNDICE DE FIGURAS

2. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

figura		pág.
1	Localização de Porto Seguro em relação ao Sul da Bahia	16
2	Localização do sítio arqueológico em relação à Sede do município de Porto Seguro	17
3	Ortofotocarta com a localização do sítio	18
4	Foto de sobrevôo	19
5	Foto – Limpeza do terreno para o início das escavações	29
6	Foto – Área principal do sítio	29
7	Foto – Cavidade da área principal e blocos de alvenaria de pedras	30

3. OS DADOS ARQUEOLÓGICOS

figura		pág.
8	Foto – Escavação dos primeiros 40 cm do montículo	36
9	Foto – Nível + 40 cm evidenciado	36
10	Foto – Nível + 20 cm evidenciado	36
11	Foto – Decapagem entre +20 e 0 cm	36
12	Foto – Vestígios de um piso cerâmico entre +20 e 0 cm	36
13	Planta – Área de intervenção arqueológica e nomenclatura adotada, esc. 1:200	37
14	Planta – Escavação do setor principal nível + 50-40 cm, esc. 1:40	38
15	Planta – Escavação do setor principal nível + 40-30 cm, esc. 1:40	39
16	Planta – Escavação do setor principal nível + 30-20 cm, esc. 1:40	40
17	Planta – Escavação do setor principal nível + 20-0 cm, esc. 1:40	41
18	Foto – Escavação da trincheira TA	44
19	Desenho – Registro estratigráfico do perfil norte da trincheira TA	44
20	Foto – Mancha no segmento 27 da trincheira TD	44
21	Foto – Quadras complementares ao segmento 27 da trincheira TD	44
22	Foto – Bloco menor sendo preparado para o içamento	45
23	Foto – Bloco maior sendo erguido pelo guindaste	46
24	Foto – Escavação da maior anomalia magnética aos 70 cm	48
25	Foto – Escavação da maior anomalia magnética aos 80-90 cm	48
26	Desenho – Registro estratigráfico perfil oeste quadras D.24 a H.24	48
27	Foto – Aspecto geral após escavação das quadras intercaladas	49
28	Foto – Reaterro das áreas escavadas	50
29	Planta – Área de intervenção arqueológica e registro dos sedimentos encontrados nas áreas escavadas, esc. 1:200	51
30	Planta – Área de intervenção arqueológica e indicação das profundidades atingidas, esc. 1:200	52
Tabela 1	Classificação do material arqueológico por matéria-prima	53
Tabela 2	Classificação do material arqueológico por categorias de uso	53

Tabela 3	Classificação do material cerâmico de uso doméstico por sub-categorias	55
31	Foto – Fragmentos de bojo de cerâmica indígena	56
32	Foto – Fragmento de borda incisa Tupiguarani	56
33	Foto – Fragmentos de cerâmica cabocla	57
34	Foto – Fragmentos de um porrão e porrão contemporâneo	58
35	Foto – Fragmentos de bordas de alguidares em cerâmica vidrada	59
36	Foto – Fragmentos de bordas de cerâmica vidrada de formas fechadas	59
37	Foto – Fragmentos de borda de uma botija	59
38	Foto – Fragmentos de prato(s) de faiança portuguesa	60
39	Foto – Fragmento de prato e de tigela de faiança portuguesa	60
40	Foto – Fragmentos de tigela de faiança portuguesa	60
Tabela 4	Classificação do material construtivo por matéria-prima	61
Tabela 5	Classificação do material cerâmico construtivo por sub-categorias	65
Tabela 6	Marcas superficiais dos tijolos cerâmicos	67
41	Foto – Fragmento de tijolo cerâmico decorado com voluta	68
42	Foto – Fragmento de tijolo cerâmico decorado com volutas	68
43	Foto – Fragmento de tijolo cerâmico com incisões em forma de letras (ore..?)	68
44	Foto – Fragmento de tijolo cerâmico com incisões formando desenho (fitomorfo?)	68
45	Foto – Fragmento de tijolo cerâmico com desenho de um equino	68

4. INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS CONSTRUTIVOS

figura		pág.
46	Foto 1 – Coluna de Pedras em 1939	75
47	Observações sobre a Foto 1	75
48	Observações e hipóteses sobre a Foto 1	75
49	Foto 2 – Coluna de Pedras em 1939	78
50	Observações sobre a Foto 2	78
51	Observações sobre a Foto 2 – ampliação do lado esquerdo	79
52	Observações sobre a Foto 2 – ampliação do lado direito	79
53	Foto 3 – Coluna de Pedras em 1939	81
54	Observações sobre a Foto 3	81
55	Foto 4 – Coluna de Pedras em 1958	83
56	Observações sobre a Foto 4	83
57	Foto 5 – Sobrevôo 1973	86
58	Observações sobre a Foto 5 – ampliação da imagem	86
59	Observações sobre a Foto 5 – ampliação da imagem	86
60	Foto 6 – Registro do inventário estadual em 1982	89
61	Observações sobre a Foto 6	89
62	Foto 7 – Registro do inventário estadual em 1982	90
63	Foto 8 – Registro do inventário estadual em 1982	90
64	Observações sobre a Foto 7	90
65	Observações sobre a Foto 8	90
66	Foto 9 – Registro do inventário estadual em 1982	90
67	Foto 10 – Registro do inventário estadual em 1982	90
68	Observações sobre a Foto 9	90

69	Observações sobre a Foto 10	90
70	Foto 11 – Sobrevôo entre 1973 e 1984	93
71	Observações sobre a Foto 11	93
72	Foto – Base do cruzeiro	97
73	Foto – Situação do bloco menor antes do traslado	97
74	Foto – Bloco maior após traslado	97
75	Foto – Bloco menor após traslado	97
76	Sobreposição dos blocos de alvenaria de pedras à Foto 2	98

5. AS REPRESENTAÇÕES DO SÍTIO: DESCONSTRUINDO AS NARRATIVAS

figura		pág.
Tabela 7	Monumentos registrados pelo IPAC-Ba onde é mencionada a necessidade de trabalhos de arqueologia	105
77	Foto – Imagem de São Francisco de Assis, séc. XVI	112

6. OS NOVOS SIGNIFICADOS

figura		pág.
78	Torre sineira e pavilhão propostos para o Outeiro da Glória	145
79	Foto – Alvenaria de blocos de concreto substituindo a seção inferior da coluna de pedras	152
80	Foto – Assentamento do bloco menor de alvenaria de pedra	152
81	Foto – Complementação do bloco menor de alvenaria de pedra	152
82 – 83	Foto – Assentamento do bloco maior de alvenaria de pedra	152
84	Foto – Recomposição da nova seção terminal da coluna	152
85	Foto – Aspecto do sítio arqueológico ao final das intervenções	152

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTO DA PESQUISA E APROVEITAMENTO DOS SEUS RESULTADOS

O final da década de 1990 foi caracterizado por inúmeras ações em prol do patrimônio cultural da região de Porto Seguro, Estado da Bahia, privilegiando-se também intervenções de conservação e pesquisa de sítios arqueológicos realizadas com recursos provenientes do Ministério da Cultura (MinC), através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), destinados aos preparativos para as comemorações do quinto centenário do Brasil.

As festividades influenciaram uma política rigorosa de proteção ao patrimônio arqueológico empreendida pelo IPHAN a partir de 1996, inicialmente como instrumento mitigador de impactos aplicado a uma série de obras de infra-estrutura promovidas na Costa do Descobrimento¹ e, posteriormente, como parte de um conjunto de pesquisas que objetivaram valorizar os remanescentes arqueológicos, oferecendo a eles destaque na paisagem urbana dos núcleos históricos preservados. A repercussão desta política de preservação ainda pode ser observada no presente sob a forma de condicionantes fixados sobre empreendimentos públicos e privados.

Uma das ações promovidas pelo IPHAN foi a pesquisa do sítio arqueológico Outeiro da Glória², local tradicionalmente reconhecido por abrigar os remanescentes da

¹ As primeiras exigências quanto à necessidade de acompanhamento arqueológico de obras são devidas à atuação da arqueóloga Ana Viana, aplicadas pela diretora da 9ª Sub-Regional do IPHAN em Porto Seguro, arquiteta Cássia Maria Silva Boaventura. A atuação de ambas consolidou esta política de atuação na região.

² Além do sítio Outeiro da Glória, também foram realizadas escavações para evidenciação e consolidação dos remanescentes construtivos do antigo Colégio dos Jesuítas, na Cidade Alta de Porto Seguro, e da antiga vila de Santa Cruz Cabralia.

Igreja de São Francisco de Assis³. A instalação do templo remonta às duas primeiras décadas do século XVI e é considerada a pioneira no novo território português recém-descoberto, segundo cronistas franciscanos e jesuítas, assunto tratado no capítulo 5.

A escavação no local atribuído à Igreja de São Francisco de Assis, ocorrida entre dezembro de 1999 e fevereiro de 2000, teve como principal objetivo fornecer informações sobre a tipologia do edifício, a partir da evidenciação de alicerces e conseqüente identificação de sua planta. A idéia original do IPHAN, influenciada pelo embaixador Wladimir Murtinho⁴, era construir na área do sítio arqueológico um memorial que permitisse o “retorno” da primitiva imagem de São Francisco de Assis⁵ ao sítio. Entretanto, a equipe liderada pela museóloga Célia Corsino, então diretora do Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN, solicitou previamente um estudo arqueológico para subsidiar o planejamento das intervenções futuras, com preocupação focada na proteção dos vestígios e do seu conteúdo informativo em relação ao projeto arquitetônico idealizado.

As escavações arqueológicas foram dirigidas pelo arqueólogo autor desta dissertação, então responsável técnico pelos trabalhos e seus resultados, sob a coordenação e supervisão científica do Prof. Dr. Carlos Etchevarne, que à época das pesquisas ocupava o cargo de vice-diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA) e coordenador do Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas de Porto Seguro (NAPAS), extensão do MAE no Extremo Sul da Bahia.

A aplicação das técnicas arqueológicas de escavação revelou o avançado estado de degradação do sítio, resultado das inúmeras ações depredatórias ocorridas, sobretudo, nas últimas quatro décadas. A ação mais recente é provavelmente a mais destrutiva delas e foi registrada pela arqueóloga Edna June Morley em 1984. Edna

³ Neste trabalho, a Igreja de São Francisco de Assis é também denominada “Igreja da Glória”, “Igreja do Outeiro da Glória” ou “igreja da Glória”, variando de acordo com os documentos analisados. A última denominação também é utilizada pelo autor da presente dissertação quando alude às impressões dos órgãos oficiais.

⁴ O embaixador era responsável pelo Setor Cultural do Itamarati e colaborador eventual do IPHAN, conforme registrado no índice onomástico da síntese de documentos de trabalho de Lúcio Costa organizada por José Pessôa (Costa, 1998:307).

⁵ Esta imagem compõe a lista de bens móveis do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e encontra-se atualmente exposta no Museu de Arte Sacra de Porto Seguro.

integrava o corpo técnico do setor de arqueologia do SPHAN/Pró-Memória⁶ quando houve o arrasamento criminoso do sítio, com a utilização de máquinas pesadas e a perda irreversível de dados essenciais para a interpretação daquele espaço.

Os poucos vestígios encontrados não ofereciam informações suficientes para responder aos questionamentos elaborados antes da escavação, apesar de exporem novos e sutis elementos, autênticos representantes da ocupação pretérita do local que haviam resistido ao intenso processo destrutivo. A preocupação em valorizar os mínimos elementos tornou o contexto arqueológico, de antemão tratado como residual, como um contexto complexo, sobretudo pela dificuldade de se estabelecer objetivamente uma relação funcional entre os achados. Este fato, em conjunto com a observação das limitações técnicas de um procedimento de escavação arqueológica, serviu de parâmetro para que a área principal do sítio não fosse exaurida, permitindo assim abordagens futuras.

Para os diversos técnicos que acompanharam as escavações⁷, os resultados arqueológicos estavam resumidos à frustrante ausência de informações relevantes sobre o desenho do edifício devido ao terrapleno do terreno. Entretanto, na falta de sólidas estruturas do suposto edifício, os dados acumulados durante a escavação arqueológica passaram a subsidiar uma revisão crítica das referências oficiais sobre os vestígios construtivos, elaboradas pelo órgão federal de preservação e o Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia (IPAC-Ba)⁸, utilizadas como ponto de partida das pesquisas.

Deste modo, constatamos, em primeiro lugar, que a visão oficial do sítio era resultado de um mosaico de observações apreendidas em diversos momentos que, no entanto, ratificava narrativas elaboradas antes das inúmeras ações depredatórias identificadas, a despeito do estado sítio em cada situação analisada. Os vestígios do

⁶ Denominação do atual IPHAN entre 1979 e 1990, quando as responsabilidades sobre o patrimônio foram divididas entre a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – órgão normativo – e a Fundação Nacional Pró-Memória – órgão operacional (Costa e Silva, 1992:26).

⁷ Além dos diversos técnicos do IPHAN, dentre outros arquitetos estiveram no sítio, em ocasiões distintas, os Srs. Mário Mendonça e Paulo Ormino de Azevedo, ambos professores da UFBA, sendo o último o responsável técnico pelo inventário estadual (IPAC-Ba) e consultor do IPHAN na instrução do processo de inclusão de Porto Seguro na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

⁸ A equipe do inventário prossegue as suas atividades no Centro de Referência Cultural da Bahia, órgão da Secretaria Estadual de Cultura. A sigla IPAC é adotada também pelo Instituto do Patrimônio Cultural, órgão ligado à mesma secretaria, porém independente.

Outeiro da Glória continuavam sendo representados do mesmo modo desde o seu primeiro registro, ignorando-se os fatores de destruição.

Em segundo lugar, o desenvolvimento de um projeto arquitetônico para o aproveitamento do sítio, à época dos 500 anos, deveria ser reavaliado com base nos resultados das escavações, o que foi possível após um paulatino trabalho de sensibilização dos técnicos do IPHAN. A arqueologia precisava ser observada não apenas enquanto técnica de escavação, exercendo um papel complementar e, portanto, encerrado, a serviço da arquitetura ou da história, mas sim como uma ciência capaz de agregar o conhecimento de outras disciplinas para definir uma estratégia de agenciamento.

A responsabilidade sobre o planejamento do aproveitamento futuro do sítio e a necessidade de colaborar no estabelecimento de parâmetros para lidar com os elementos evidenciados na escavação, criou a possibilidade de uma discussão interdisciplinar enquanto método de abordagem, atividade desenvolvida no ambiente acadêmico na forma desta dissertação. Portanto, a elaboração do trabalho foi baseada em um compromisso individual originado por uma demanda do ambiente profissional, evitando, desta forma, que as pesquisas arqueológicas permanecessem restritas aos resultados obtidos com as escavações, oferecendo o suporte para aplicações práticas de suas diretrizes de preservação. O arqueólogo, portanto, foi sujeito ativo na determinação das diretrizes acerca do seu objeto de estudo e, por este motivo, podemos dizer que o desenvolvimento de cada etapa do trabalho acadêmico teve ou terá o seu aproveitamento prático.

A afinidade entre a pesquisa acadêmica e a atividade prática pode ser observada na primeira análise dos vestígios construtivos, finalizada em 2002, pois esta, ao ser inserida no relatório da escavação, ofereceu as condições para a discussão de um tratamento paisagístico diferenciado para o sítio arqueológico, respeitando-se o potencial de pesquisa do sítio pós-escavação. Posteriormente, a avaliação crítica do processo de reconstituição de uma coluna de pedras, com base na teoria do restauro e no seu potencial de interação com o público visitante, determinou os parâmetros para que esta idéia fosse implementada, entre 2002 e 2003, associada a um tratamento paisagístico inicial para permitir o acesso ao sítio sem riscos ao patrimônio arqueológico. Ao conjunto de ações realizadas deve ser acrescida, sem

data prevista, a instalação de um espaço museográfico e reserva técnica arqueológica, além da sinalização do sítio com informações baseadas na proposta de direcionamento da apropriação daquele espaço pela comunidade e visitantes, assunto delineado nos últimos capítulos da dissertação.

1.2. A DISSERTAÇÃO E AS ESCAVAÇÕES DE 1999 – 2000

Por ser esta pesquisa uma continuidade das escavações arqueológicas iniciadas em 1999, é importante ressaltar o limite do trabalho coletivo e o início do trabalho individual, balizado pelo relatório da intervenção arqueológica 1999-2000⁹, apresentado ao IPHAN em agosto de 2002.

O relatório marcou o estabelecimento do primeiro ponto de convergência entre a arquitetura e a arqueologia desta dissertação, através do cruzamento das informações obtidas com as escavações e fotos antigas, reproduzidas do Arquivo Central do IPHAN (Noronha Santos), no Rio de Janeiro, que exibiam uma grande coluna de pedras inexistente à época das pesquisas. A aplicação de uma metodologia específica para averiguar a coerência entre as fotos e os vestígios durante as escavações resultou na possibilidade de recomposição do elemento observado nas imagens. A associação inicial motivou uma análise mais detalhada sobre este assunto que, embora tenha se desenvolvido individualmente, teve uma primeira versão incorporada ao resultado das escavações, ocupando um capítulo do próprio relatório de atividades¹⁰ para oferecer ao mesmo um conteúdo que traduziria os dados arqueológicos em informações arquitetônicas, desmistificando as ruínas para os técnicos do IPHAN através da linguagem visual.

O relatório causou impacto suficiente para demonstrar que os dados produzidos com o emprego dos métodos arqueológicos, àquela altura, eram mais adequados para lidar com a realidade do sítio que os presentes nos inventários patrimoniais.

⁹ A elaboração do relatório de atividades contou com a imprescindível participação de pesquisadores que, até 2002, compunham a equipe do MAE/UFBA, na análise dos materiais construtivos por Carlos Alberto Santos Costa, Áurea Conceição Tavares e Viviane Carla Bandeira Santos; e domésticos por Gilmar Barreto Mota. Carlos Costa também foi o responsável pela digitalização dos desenhos.

¹⁰ Nascimento et al., 2002:110-142.

Entretanto, a sua entrega representava o encerramento das pesquisas antes do seu aproveitamento prático, o que foi evitado pela continuidade dos trabalhos através do desenvolvimento da dissertação.

1.3. OBJETIVO DA DISSERTAÇÃO

A pesquisa parte do pressuposto que as representações do sítio arqueológico na literatura oficial são unívocas, indicando-o como local que guarda os vestígios da primeira igreja construída no Brasil, dedicada a São Francisco de Assis, desconsiderando os motivos e as conseqüências de sua desfiguração no decorrer do século XX, prevalecendo a primeira leitura dos remanescentes construtivos, elaborada em 1939, em uso até o presente.

Assim sendo, o objetivo principal desta dissertação é contrapor à imagem oficialmente estabelecida a respeito do sítio uma perspectiva polissêmica, a partir da análise crítica das narrativas intrínsecas ao discurso oficial, associando-as, na medida do possível, à cultura material resgatada nas pesquisas arqueológicas. A discussão fornecerá os conteúdos para um processo de re-significação do sítio, influenciando diretamente nas medidas de conservação dos vestígios arqueológicos, tratados como recurso para a interação com a comunidade e o público em geral.

1.4. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Os esforços no sentido de atribuir significados funcionais aos vestígios do Outeiro da Glória ainda estão longe de um resultado satisfatório devido, principalmente, às depredações que descaracterizaram o sítio no século XX e à falta de documentos escritos relacionando fatos históricos ao ambiente geográfico e cultura material. Entretanto, este não é o foco central do presente trabalho pois, mesmo não havendo

opiniões conclusivas sobre estes aspectos, o fato é que o sítio já possui significados atribuídos ou reiterados pelos órgãos de preservação.

Os dados gerados pelas escavações arqueológicas realizadas no Outeiro da Glória são de natureza distinta das informações pré-existentes sobre o sítio, pois o conhecimento até então produzido pelo SPHAN e o IPAC-Ba tiveram como premissa a observação do objeto edificado, isto é, aquilo o que poderia ser alvo de análise arquitetônica, somada a busca pelo enquadramento do patrimônio construído nos seus modelos funcionais e estilísticos. A Arqueologia, por sua vez, tratou os vestígios arquitetônicos como elementos de um universo espacial e informativo mais amplo de análise, que pode ser estudado sob diversos enfoques, distintos, inclusive, daqueles aqui selecionados.

A discussão proposta tem sua base teórica em diferentes contribuições da Arqueologia Pós-Processual, movimento fortemente influenciado pela teoria social contemporânea, sobretudo pela Lingüística, explorando a natureza arqueológica da investigação. O assunto tem motivado discordâncias, porquanto alguns segmentos preferem atribuir esta tarefa a outras disciplinas, conforme análise do quadro da arqueologia histórica no Brasil exposto por Tânia Lima (1995).

A dissertação é estruturada pela possibilidade de interpretação do registro arqueológico como um *texto*, a ser lido em conjunto com os significados mais amplos tratados pela arqueologia, compreendendo o seu *contexto* (Hodder, 1988:149). A idéia da cultura material como um texto pressupõe a existência de múltiplas possibilidades de leituras do passado (Hodder, 1988:179) e de um mundo social polissêmico (Shanks & Hodder, 1995:8). Deste modo, para este trabalho a Arqueologia é definida por construir o seu conhecimento a partir da cultura material, agregando noções de várias disciplinas, conforme proposto por Funari (1999a:1). O objeto de estudo, por sua vez, é construído por meio de um discurso, possuindo, portanto, “*um caráter narrativo*” (Munslow, 1997:5 cf. Funari 1999a:8), elaborado com base nas escavações e análises dos vestígios materiais.

O registro inicial dos vestígios arquitetônicos foi promovido sob uma determinada idéia de patrimônio, que não teve por objetivo captar os dados necessários a uma avaliação arqueológica do local. Quando a coluna de pedras do Outeiro da Glória foi

fotografada por Erik Hess em 1939, durante a primeira visita oficial de reconhecimento do SPHAN¹¹ a Porto Seguro, aquele elemento arquitetônico foi inserido no rol dos bens a serem preservados naquela cidade, passando a ser tratado como ‘monumento histórico’.

O atual IPHAN passou a enxergar o Outeiro da Glória como “sítio arqueológico” apenas em 1984, através do relatório de Edna Morley (citado várias vezes neste trabalho), por decorrência de vários fatores como a sua desfiguração, o arrasamento do terreno, a presença de arqueólogos no órgão e a crescente sensibilização para a necessidade de preservação dos contextos arqueológicos históricos, movimento que vem se intensificando no Brasil nas duas últimas décadas. Entretanto, o registro dos vestígios pelo SPHAN ocorreu há mais de 60 anos, subentendendo a produção de documentos a respeito do local ao menos neste intervalo temporal. As informações provenientes deste momento estão ligadas a formação do conceito de ‘patrimônio histórico e artístico nacional’, sendo essenciais para a compreensão dos significados atribuídos ao local.

Compreender como o SPHAN classificava os remanescentes passados no momento de sua formação e, principalmente, de que modo estes remanescentes eram transformados em ‘monumentos históricos’, constitui a chave de acesso aos significados atualmente atribuídos ao sítio, considerando o papel do órgão e particularmente do arquiteto Lúcio Costa em definir o que deveria ou não ser preservado (Rubino, 2002:9).

No Brasil, a identificação e a proteção dos ‘monumentos históricos’, que atualmente representam apenas uma parte do patrimônio legalmente protegido, foi iniciada pelo interesse de “*escritores, arquitetos e artistas, os verdadeiros descobridores do patrimônio cultural no Brasil, não historiadores ou arqueólogos*” (Gnecco, 1995:19 apud Funari, 2001a:2), quadro que se assemelha ao momento inicial da conceituação do ‘monumento histórico’ na Europa. A esse respeito, por exemplo, Françoise Choay destaca que a condição de ‘monumento histórico’ é conferida a um vestígio material pelo olhar crítico do historiador e do amante da arte:

¹¹ Denominação do atual IPHAN entre a data de sua criação, em 1937, até 1946, quando o órgão foi transformado em Diretoria – DPHAN (Costa e Silva, 1992:25).

“Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial”
(Choay, 2001:25-6).

A conversão de um objeto edificado em ‘monumento histórico’ resulta, portanto, de um processo de análise e seleção. Por este motivo, a construção do discurso oficial consiste também em uma narrativa, entendida como uma sucessão de eventos que, na definição de Braudel, apesar de pertencerem à superficialidade do tempo acelerado, interessam pelo *“que se revela sobre as forças que lhe são subjacentes”* (cf. Burke, 2002:211), contextualizando, conseqüentemente, as informações oficiais.

As narrativas dos textos oficiais que conferem à igreja da Glória a condição de ‘monumento histórico’, enquanto principais documentos informativos sobre o sítio, podem ser considerados, em alguns aspectos analisados, como representações da cultura material em forma de texto. O discurso oficial e o discurso da própria cultura material (contextualizada no capítulo 2, caracterizada no capítulo 3 e interpretada no capítulo 4) compreendem os dois níveis discursivos examinados e comparados, na medida do possível, neste trabalho. Os dois níveis de discurso expostos compõem o objeto de análise da arqueologia (Funari 1999a:7), dentro do enfoque proposto, explorando a complexa relação entre os dados documentais e a cultura material (Funari, 1999b:84).

Na arqueologia histórica os documentos escritos são tão importantes quanto os artefatos (Orser Jr., 1992:39) e, no caso específico do Outeiro da Glória, os dados documentados até a década de 1980 foram produzidos em determinadas condições de conservação do sítio não alcançada por qualquer agente especializado, constituindo uma base de informações reproduzida até o presente de modo acrítico. A importância atribuída a estas informações é responsável pela imagem oficial estabelecida da igreja da Glória, tornando o objeto construído e os textos oficiais indissociáveis.

A igreja da Glória, portanto, não pode ser encarada apenas como testemunho do outrora, mas como um objeto socialmente construído, que reflete a manipulação oficial do passado através do gerenciamento do patrimônio, utilizado na materialização do conceito de identidade nacional, (Funari, 2001a:2) e conseqüente

produção de significados, transmitidos pelos documentos oficiais. A reprodução destes documentos pelos órgãos de preservação e a sua aceitação acrítica é o resultado de escolhas que atribuíram aos mesmos um valor testemunhal semelhante ao dos objetos construídos, colocando-os na condição de ‘monumentos’, na medida em que podem ser considerados, enquanto produto das relações de forças que detêm o poder em uma sociedade para impor ao futuro, voluntariamente ou não, uma determinada imagem (Le Goff, 1992:544-8).

A relação do monumento com o tempo vivido e a memória constitui sua *função antropológica*, que é a essência do monumento (Choay, 2001:18). A valorização da memória coletiva institui o patrimônio cultural (Le Goff, 1992:542) que permite uma abordagem antropológica para desmascarar a manipulação do passado (Haas, 1996 cf. Funari, 2001a:2). Deste modo, para examinar os mecanismos de apropriação e interpretação do passado por diferentes agentes sociais, é necessário compreender como o passado é construído, partindo do pressuposto de que as considerações elaboradas sobre o mesmo, quer baseadas nos materiais escavados ou nos documentos, são construções, conforme observado por Deetz (1998:94).

O pós-modernismo tem sido utilizado como ferramenta para a desconstrução de discursos científicos supostamente neutros (Funari, 2001b:1), ao passo que a Arqueologia tem deixado de ser destacada como “estudo do passado”, passando a ser tratada, dentre outras possibilidades semânticas, como “estudo do poder”, conforme proposto por Shanks & Tilley (1987 cf. Funari, 2001b:1). Esta nova visão tem resultado em aplicações práticas, influenciando no relacionamento entre os visitantes e a comunidade com os sítios arqueológicos, desmistificando a arqueologia, ensinando como o passado é construído (Leone et. al., 1987:285). No Brasil, a exemplo da pesquisa do Quilombo dos Palmares, cujos vestígios também são considerados ‘patrimônio nacional’, Pedro Funari comenta que

“A história da ciência arqueológica, neste contexto, é essencial para a interpretação crítica da construção do discurso sobre esta, como de qualquer outro tema arqueológico. A desconstrução das narrativas dominantes é não menos importante para a compreensão das implicações de nossos próprios quadros conceituais” (Funari, 1999b:89-90).

Quanto ao Outeiro da Glória, foi necessário inicialmente identificar nos textos oficiais as diferentes narrativas e, em seguida, desconstruí-las. Conforme apresentado no capítulo 5, esta atividade utilizou como base o Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia (IPAC-Ba), cuja metodologia empregada se propôs a sintetizar as informações disponíveis sobre cada bem inventariado, buscando para isso as fontes oficiais, quando existentes, informações orais colhidas nas comunidades e vistoriais técnicas para o cadastro dos bens. Para o inventário da igreja da Glória, por ter sido este bem identificado pelo SPHAN em 1939, o IPAC-Ba obteve nos arquivos do órgão acesso a documentos nunca publicados e que colaboraram nas suas observações. Por este motivo, o IPAC-Ba, ao trazer à luz informações de acesso restrito e em alguns casos esquecidas nos arquivos, serviu de instrumento para a reprodução de um discurso oficial diretamente ligado aos primórdios da formação do órgão de proteção do patrimônio histórico nacional.

O IPAC-Ba é o resultado de um esforço sem precedentes no Estado da Bahia para preservação do seu patrimônio cultural, não havendo outros exemplos disponíveis que permitam comparação, considerando a extensão do projeto e o seu rigor metodológico. O próprio órgão federal, passou a utilizar o inventário como base para as suas deliberações, citando-o e assimilando-o ao seu discurso. Com esta apropriação natural do inventário, as primeiras impressões do órgão federal foram ratificadas, acrescidas de preciosas informações atualizadas sobre a situação de conservação dos bens e de inúmeros dados aferidos *in loco*, tornando o IPAC-Ba um poderoso instrumento de controle sobre o patrimônio construído.

Identificados os atores, cujas narrativas foram incorporadas ao discurso oficial, partimos para uma pesquisa nas mesmas fontes utilizadas pelo inventário, demandando a procura de informações na bibliografia citada e nos arquivos do IPHAN de Salvador e Rio de Janeiro, para a compreensão dos processos administrativos que permearam as primeiras obras do órgão em Porto Seguro. O desenvolvimento da dissertação procurou analisar os contextos em que foram produzidos os dados do SPHAN e do IPAC-Ba, permitindo distinguir a observação dos arquitetos contemporâneos das crônicas da Igreja, dados históricos e informações orais colhidas dentre a comunidade, tratando as narrativas separadamente.

Em paralelo ao processo de desconstrução das narrativas, o sítio sofreu uma primeira intervenção de conservação, com a aplicação prática de alguns parâmetros definidos pela dissertação em andamento, que se contrapuseram a um novo discurso oficial não implementado, conforme abordado no capítulo 6. As ações foram influenciadas pelas contribuições da Teoria Crítica na arqueologia (conforme proposto por Leone et al., 1987; Leone & Potter, 1988 e Potter, 1992), segundo as quais priorizou-se a maximização da performance do sítio junto ao público, através do destaque para os elementos de maior representatividade simbólica.

O principal elemento destacado no sítio é a coluna de pedras vista em fotos de 1939, cuja recomposição foi baseada na teoria do restauro, tendo como parâmetro as cartas patrimoniais de Burra (1980) e Lausanne (1990). A recomposição, em conjunto com um programa educativo para a apropriação dos conteúdos da pesquisa arqueológica pelo público em geral, pode representar uma quebra de paradigma quanto aos procedimentos de conservação adotados em situações semelhantes, sob o aspecto do tratamento dado a este tipo de vestígio pelos órgãos de preservação.

2. O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

2.1. INSERÇÃO DO OUTEIRO DA GLÓRIA NA REGIÃO E NA PAISAGEM

O município de Porto Seguro compõe, juntamente com os vizinhos Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Prado, a denominada Costa do Descobrimento. Os municípios deste trecho do litoral baiano, por sua vez, estão inseridos na região do Extremo Sul do estado da Bahia [figura 1, pág. 16].

A Costa do Descobrimento está situada em uma área de transição climática entre o Nordeste e o Sudeste do país, delimitada na altura do rio Jequitinhonha, que deságua em Belmonte. Com médias anuais de temperatura variando entre 22°C a 25°C e índices pluviométricos acima dos 83 mm/mês (CAR, 1997:60), o clima tropical quente e úmido favorece o desenvolvimento do turismo, oferecendo ainda ótimas condições para o desenvolvimento agrícola. O relevo não tem destaque como fator climático devido às baixas altitudes da planície litorânea, inferiores a 200m (Aoad, 1999), e a vegetação apresenta formações diversificadas como a floresta ombrófila densa (Mata Atlântica), restingas de variados portes, desde a herbácea até a arbórea, manguezais e brejos (Britto, 1999).

A importância da paisagem para a região reflete-se nos dispositivos legais criados ao longo dos anos, especificamente, para preservar esta parte do litoral nas suas características originais enquanto cenário da 'descoberta' do Brasil. Neste sentido, o município de Porto Seguro é tombado como Patrimônio Nacional desde 1973. A justificativa para o tombamento integral baseou-se no seu patrimônio edificado, composto de significativos conjuntos arquitetônicos predominantemente dos séculos XVIII e XIX, que ainda mantêm suas características 'originais', como também na sua paisagem natural, ainda exuberante apesar das agressões sofridas em decorrência do desenvolvimento contemporâneo mal planejado. A somatória destes elementos resulta em uma paisagem de certa forma cristalizada, que remete aos séculos

passados, fator que potencializa o valor simbólico do local para a história oficial do país.

No momento atual, talvez o que melhor expresse a preocupação com a manutenção da paisagem seja a criação do MADE – Museu Aberto do Descobrimento, cujos limites fundamentam-se na descrição de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal deste trecho da costa brasileira. O MADE, nas palavras do embaixador Wladimir Murtinho,

“[...] é um museu histórico-natural ao ar livre, no qual as galerias são as praias, vales, florestas, trilhas; cujo acervo é a fauna, flora, acidentes geográficos, núcleos urbanos tradicionais”.

“O Museu abrange três municípios do litoral sul da Bahia: Prado, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, e foi criado devido à necessidade de preservação dos patrimônios históricos e naturais que compõem a paisagem do sítio ancestral do descobrimento” (IPHAN, 2000).

A paisagem litorânea do Extremo Sul da Bahia é marcada por extensos tabuleiros costeiros, onde se desenvolve a quase totalidade das atividades humanas, que integram o Grupo Barreiras, formação encontrada desde o Rio de Janeiro até o Pará. Os tabuleiros são formados por sedimentos inconsolidados e interrompidos bruscamente nas proximidades da costa pela presença de falésias ativas e fósseis¹², esculpidas pela ação das ondas (Dominguez, 2000). Já o embasamento, constituído de rochas mais antigas, é caracterizado pelas serras e morros distantes alguns quilômetros para o interior, como o Monte Pascoal (536m), em Porto Seguro.

Os assentamentos coloniais do primeiro período de ocupação encontram-se, em geral, cercados por vários ecossistemas que disponibilizavam uma variada gama de recursos naturais para suprir as necessidades dos colonos. Os mirantes defronte ao mar representam os locais preferencialmente escolhidos pelos portugueses para a instalação dos núcleos coloniais, como o da Cidade Alta de Porto Seguro, instalado estrategicamente na margem norte do rio Buranhém, cujo percurso é caracterizado por um vale largo com fundo chato. Na foz do Buranhém, um banco de arenito

¹² Assim denominadas por Moraes, 1999:109-114.

linear¹³, com cerca de 2.000 metros de comprimento, conforma uma grande barreira natural que protege a entrada do porto, local ocupado pela Cidade Baixa [figuras 2 e 3, pág. 17 e 18].

A Cidade Alta, também denominada de Cidade Histórica atualmente, é o núcleo pioneiro da capitania de Porto Seguro e possui um patrimônio histórico materializado em seus monumentos, que consistem não apenas de edificações de valor arquitetônico excepcional, mas sim de um conjunto urbano formado por casas simples, edifícios públicos e religiosos. O núcleo é de grande interesse paisagístico, e sua origem está diretamente ligada à chegada do donatário da capitania, Pero de Campos Tourinho, em 1535.

Os extensos altiplanos litorâneos são cortados por vales que interrompem as falésias ao alcançarem a praia, criando divisões da paisagem que colaboram para a compreensão dos limites naturais dos espaços ocupados pelos assentamentos humanos, tanto históricos quanto pré-coloniais. Cada segmento de falésia possui características distintas, permitindo a sua identificação pela cor dos sedimentos expostos, a presença ou não de vegetação e a sua distância em relação ao mar. Desde o início da colonização portuguesa as falésias são utilizadas como referência geográfica, servindo também para auxiliar na orientação dos navegantes, como pode ser observado na carta de Pero Vaz de Caminha e na crônica de Gabriel Soares de Sousa:

“[...] trás ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas e delas brancas, e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos” (Caminha, 1989[1500]:25).

“Porto Seguro está em dezesseis graus e dois terços, e quem vem de mar em fora vá com boa vigia, por amor dos baixios. E para conhecer bem a terra, olhe para ao pé da vila, que está em um alto, e verá umas barreiras vermelhas, que é bom alvo, ou baliza, para por ele a conhecer” (Sousa, 2000[1587]:46)

¹³ Estas extensas barreiras de arenito são “constituídas por areias que se acumularam junto à linha de costa e que foram cimentadas por carbonato de cálcio (CaCO₃)”, substância utilizada na fabricação do cimento e comum na água do mar (Dominguez, 2000).

Deste modo, tendo as falésias como principal elemento para a leitura da paisagem litorânea, observando-as no sentido do sul para o norte, a Cidade Alta de Porto Seguro, núcleo reconhecido como local da instalação da primeira vila da capitania, ocupa um trecho iniciado a partir do vale do rio Buranhém, que é interrompido aproximadamente 600 metros adiante pelo vale do rio da Vila, responsável pelo abastecimento de água deste núcleo inicial. Entre este último vale e o vale do rio São Francisco está um outro trecho, com aproximadamente 300 metros de extensão, denominado Outeiro da Glória, com cerca de 45 metros de altitude, que abriga as ruínas tradicionalmente atribuídas à Igreja de São Francisco de Assis, construída no século XVI [figura 4, pág. 19].

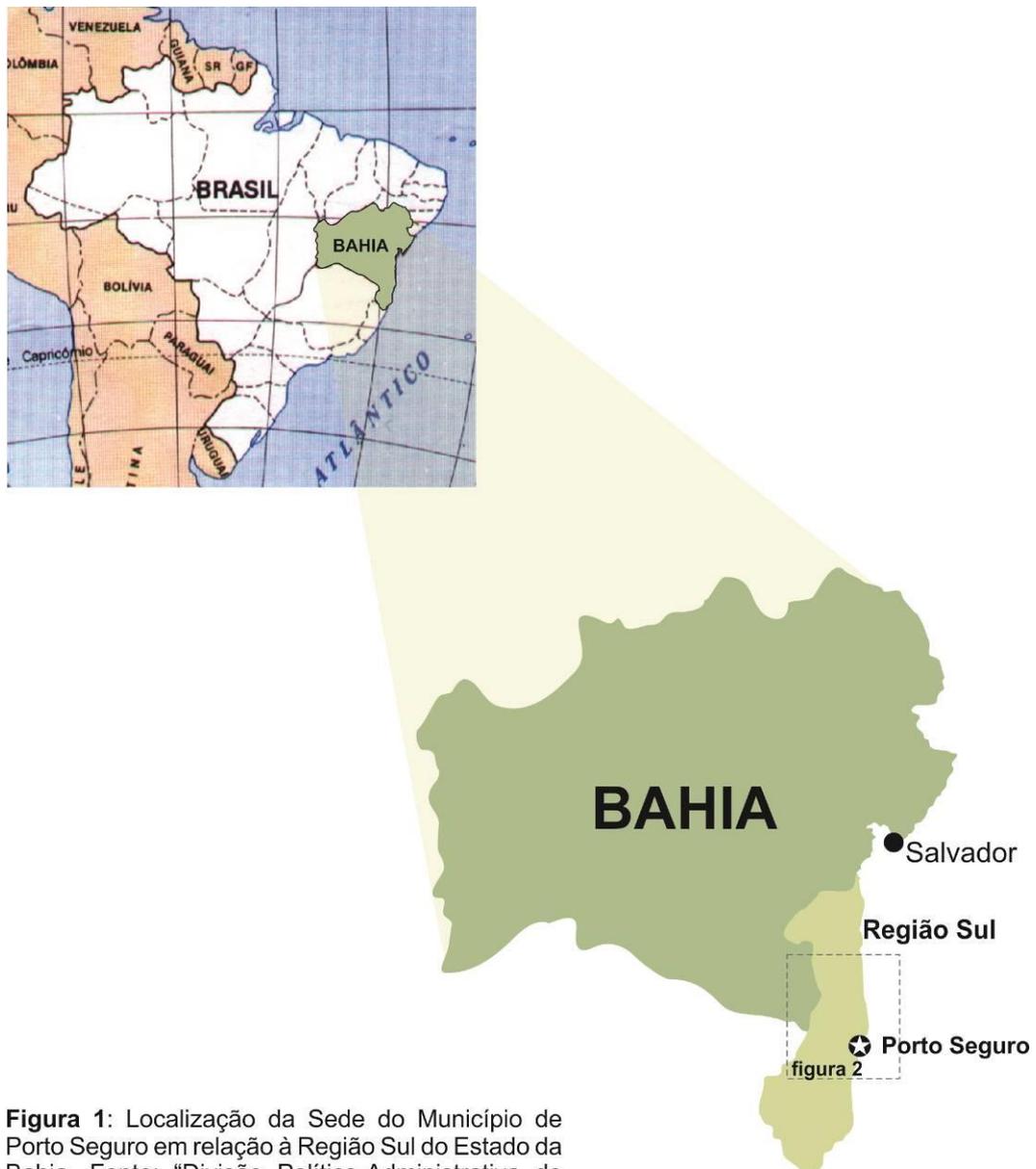


Figura 1: Localização da Sede do Município de Porto Seguro em relação à Região Sul do Estado da Bahia. Fonte: “Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia, 1997” - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).



Figura 2: Localização do sítio arqueológico Outeiro da Glória em relação à sede do município de Porto Seguro. Fonte: “Sistema de Transportes do Estado da Bahia, 1994” - Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia (DERBA).

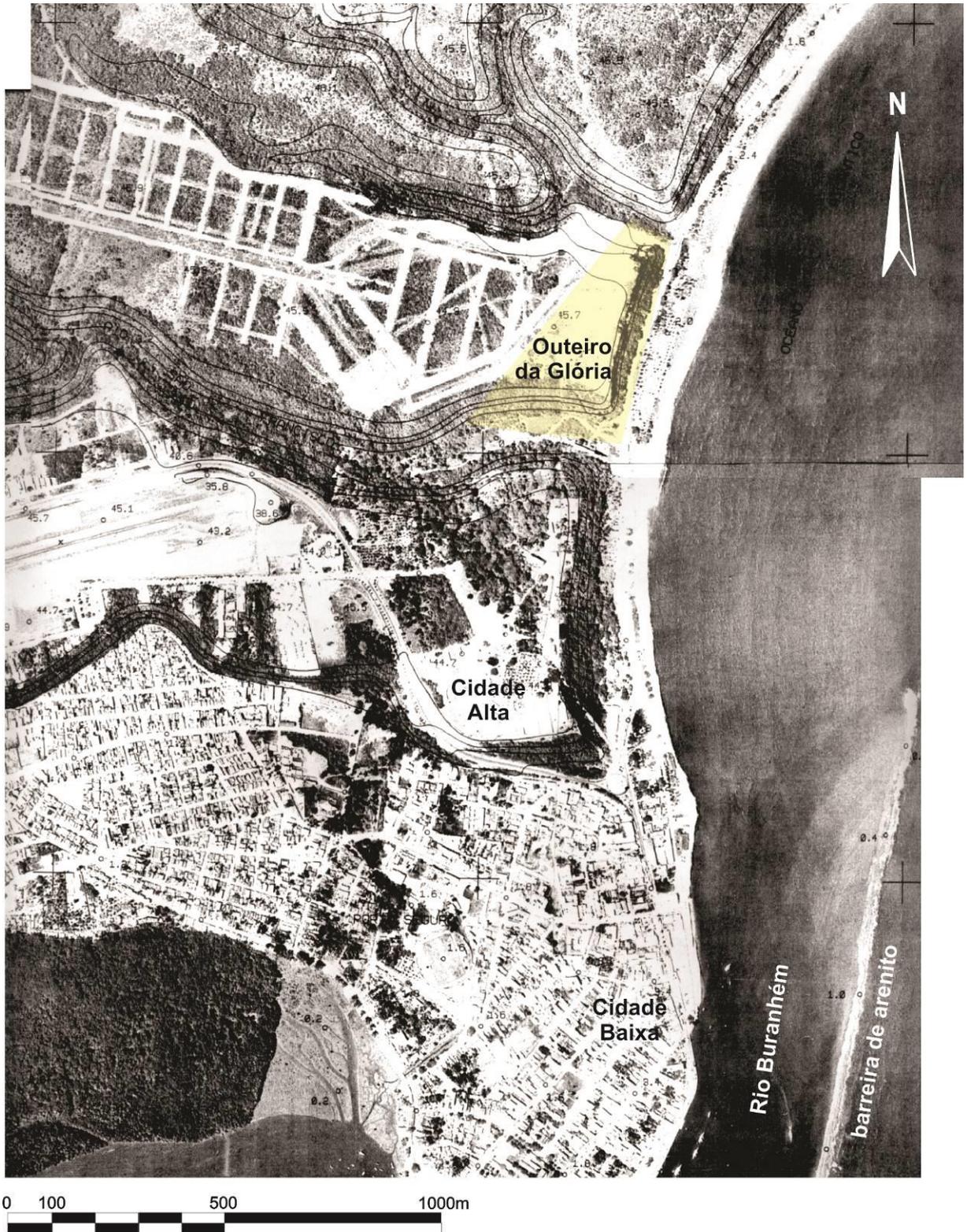


Figura 3: Montagem de Ortofotocartas do núcleo urbano principal de Porto Seguro, mostrando a Cidade Baixa, a vila colonial primitiva (Cidade Alta) e o Outeiro da Glória, mais ao norte. Abaixo, à direita, a desembocadura do Rio Buranhém, demarcada por uma barreira de arenito. Fonte: Veracruz Celulose S/A.



Figura 4: Outeiro da Glória em foto de sobrevôo (1998) a partir do mar.

2.2. CONTEXTO HISTÓRICO: A FORMAÇÃO DE PORTO SEGURO

A história da construção da Igreja de São Francisco de Assis confunde-se com o início da ocupação de Porto Seguro e do próprio litoral brasileiro, pois antes mesmo de ser iniciado o processo efetivo de povoamento, com o estabelecimento das capitanias hereditárias entre 1534 e 1536, Porto Seguro já era habitado por europeus. Todavia, o estudo deste período inicial de ocupação é dificultado pelas escassas informações disponíveis.

As três décadas logo após o descobrimento do Brasil são pouco documentadas, impedindo uma visão mais ampla acerca do cotidiano dos primeiros europeus que aqui chegaram e qual a sua participação no processo de formação econômica brasileira. De qualquer modo, o fato é que no início do século XVI a extração de pau-brasil era vista pela metrópole portuguesa como principal fonte de riqueza a ser

explorada na nova terra, que não possuía, até aquele momento, metais preciosos ou outros produtos de equivalente valia.

O sistema de exploração por feitorias, já adotado na costa africana, foi aplicado logo nos primeiros anos pós-descoberta. Até 1505, o Brasil esteve arrendado a um consórcio formado por comerciantes de Lisboa que, em contrapartida, deveria enviar seis navios por ano para explorar trezentas léguas do litoral (cerca de 2 mil quilômetros) e construir uma feitoria (Fausto, 1998:42). As feitorias consistiam basicamente no aproveitamento da mão-de-obra indígena para o corte da madeira, que era trocada por objetos de baixo valor econômico pelos portugueses. Há indícios sobre a existência de uma feitoria para o estanco do pau-brasil em Porto Seguro, mas, ao certo, não é sabido a partir de quando e sob quais condições ela teria se estabelecido. A respeito das feitorias, Simonsen comenta que não obstante das informações sobre estes empreendimentos serem

“[...] por demais deficientes [...] o próprio comércio do pau-brasil é uma demonstração de sua existência e as notícias que se têm, referentes à década anterior a 1530, salientam a preocupação do Governo português de defendê-las” (Simonsen, 1978:78-9).

As informações sobre a ocupação de Porto Seguro no período que precede a sua transformação em capitania, tratam da presença de frades franciscanos e da construção de uma igreja dedicada a São Francisco. Entretanto, as narrativas presentes nas obras de Jaboatam (1641), Vasconcelos (1663), Telles (1645) e Conceição (1733), entre outros, utilizam como parâmetro para a datação dos fatos expedições, cujo comando e período de viagem sofrem uma profunda revisão no século XX por historiadores que, apoiados em documentos inéditos ou re-examinados, reestruturam o conhecimento de todo o período inicial das expedições portuguesas ao Brasil¹⁴.

Foram realizadas expedições ao Brasil entre 1501 e 1516, citadas em diversas crônicas, que promovem confusões históricas de nomes e datas, muitas delas esclarecidas apenas no transcorrer dos séculos seguintes, em consequência da gradativa organização dos arquivos oficiais e eclesiásticos que, aos poucos,

¹⁴ Neste trabalho, Malheiro Dias (1923) e Jaime Cortesão (1993) serão mencionados com esta finalidade.

permitiram aos historiadores acesso a documentos muitas vezes ignorados pelos cronistas anteriores. O mesmo ocorre com o período seguinte, entre 1516 e 1530, quando quatro expedições bi-anuais, com indícios de uma quinta (Cortesão, 1993:325), partem em direção ao Brasil com o objetivo principal de defender a costa da presença estrangeira.

Neste período embrionário da colonização portuguesa, uma das primeiras atitudes conhecidas em prol da fixação efetiva de colonos partiu do rei D. Manoel I, que criou incentivos para a implantação de engenhos de açúcar, ordenando

“[...] ‘por alvará, ao feitor e oficiais da Casa da Índia (a nova repartição por onde corriam os negócios do ultramar) que dessem machados e enxadas e tôda a ferramenta às pessoas que forem povoar o Brasil’. Logo depois, por outro alvará, ordenara aos mesmos funcionários que ‘procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil para dar princípio a um engenho de açúcar; e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo cobre e ferro e mais coisas necessárias para a fatura do dito engenho’ ” (Pombo, 1957:40).

Sobre o início da produção açucareira no Brasil, observa-se que a maior parte dos historiadores remete o início do ciclo econômico a 1533, quando começa a funcionar em São Vicente o engenho de São Jorge dos Erasmos, que originalmente pertencia a Martim Afonso de Sousa. Um aspecto relevante desta concordância geral em torno de São Vicente diz respeito às condições necessárias para o desenvolvimento da produção sistemática do açúcar. A princípio, parece que a fundação das primeiras vilas forneceu um suporte institucional essencial para a instalação dos grandes engenhos, o que explicaria a pouca importância dada às primeiras iniciativas ocorridas antes das capitanias hereditárias, que poderiam ser decorrentes dos incentivos da metrópole desde o alvará de D. Manoel I, expedido em 1516.

As exíguas informações sobre a presença de engenhos e o cultivo da cana nas feitorias, além dos registros de direitos sobre o açúcar produzido em Pernambuco na alfândega de Lisboa, datados de 1526 (Simonsen, 1978:96), não costumam ser considerados na análise dos primórdios deste ciclo econômico por falta de documentação. Por outro lado, além dos documentos escritos, há de ser

considerada a produção de dados com base na arqueologia para a compreensão das atividades econômicas no período anterior às capitanias. Em Porto Seguro, por exemplo, o sítio Engenho do Itacimirim oferece datações com resultados máximos entre 1520 e 1540, levando a crer que aquela instalação colonial é anterior ao ciclo ‘oficial’ do açúcar¹⁵, iniciado em São Vicente (Nascimento:2000).

As constantes investidas estrangeiras no Brasil potencializam a necessidade de uma nova política de colonização através das capitanias, sistema implementado pela Coroa a partir de 1440 e que até o final do século XVI já abarcava toda a zona atlântica de expansão portuguesa (Saldanha, 1992:5-6). No Brasil, as primeiras capitanias foram doadas entre 1534 a 1536, com a divisão do território em quinze partes limitadas pela costa e o meridiano de Tordesilhas. Os lotes foram distribuídos pelo rei aos capitães-donatários, que receberam as terras em doação, pelas quais se tornaram possuidores mas não proprietários das mesmas, com amplos poderes na esfera econômica e administrativa (Fausto, 1998:44).

O terceiro donatário a receber uma capitania no Brasil, Pero do Campo Tourinho, chegou a Porto Seguro em 1535. Consta que Tourinho vendeu todas as suas propriedades em Portugal e partiu para o Brasil acompanhado de esposa, filhos e mais 600 colonos. Gabriel Soares descreve do seguinte modo a chegada de Tourinho:

“Para Pedro do Campo poder povoar esta capitania vendeu toda sua fazenda, e ordenou à sua custa uma frota de navios, que fez prestes, na qual se embarcou com sua mulher Ignez Fernandes Pinto e filhos, e muitos moradores casados, seus parentes e amigos, e outra muita gente, com a qual se partiu do Porto de Viana. E com bom tempo foi demandar a terra do Brasil, e foi tomar porto no rio de Porto Seguro onde desembarcou com sua gente, e se fortificou no mesmo lugar, onde agora está a vila cabeça desta capitania, a qual em tempo de Pedro do Campo floresceu e foi muito povoada de gente” (Sousa, 2000[1587]:47).

¹⁵ A hipótese é de que o sítio corresponda a um engenho mencionado por Gabriel Soares de Sousa (2000[1587]:46).

Ao tratar do desembarque de Tourinho a narrativa do padre Aires de Casal comenta sobre uma feitoria existente em Porto Seguro, instalada por Cristóvão Jacques:

“Nenhum dos outros donatários teve tão próspero desembarque. A sua colônia mais pareceu um aumento à de Cristóvão Jaques, ou à feitoria, onde achou muitos portugueses, e alguns deles com mais de trinta anos no país com vários mamelucos em boa paz, e harmonia com os indígenas. Dentro de poucos anos se viu ali uma vila considerável, e florescente” (Casal, 1980[1817]:215).

Hoje é possível determinar com precisão que Cristóvão Jacques esteve no Brasil em duas ocasiões, em 1516 e 1526, considerando a investigação de Jaime Cortesão¹⁶. Entretanto, mais importante do que a data de instalação da feitoria referida, o fato é que Porto Seguro já contava com um número razoável de colonos antes da chegada de Tourinho e um grupo social miscigenado, vivendo em paz com os nativos, a ponto de justificar o registro. Pode-se dizer, portanto, que esta comunidade constitui a base da nova estrutura social instaurada pela criação da capitania, por já terem se estabelecido os mecanismos de adaptação que facilitaram a relação entre os recém-chegados da Europa e seus novos domínios.

O bom relacionamento inicial com os nativos persistiria por pouco tempo, pois a estratégia de fixação dos colonos envolvia a implantação da monocultura do açúcar com o produto totalmente destinado à exportação. Dos engenhos de açúcar, inexistem informações a respeito do seu volume de produção ou quaisquer outros dados que caracterizem estes estabelecimentos. O que se sabe é que eles causaram um impacto inesperado nas relações sociais entre os colonizadores e os índios¹⁷. A produção de açúcar, somada às necessidades do grupo de colonização

¹⁶ “Está averiguado que, entre 21 de junho de 1516 e 9 de maio de 1519, dados respectivos da partida e do regresso a Lisboa, uma armada, sob o comando de Cristóvão Jacques, percorreu as costas do Brasil” (Cortesão, 1993:325). Em 1526 Cristóvão Jacques retorna ao Brasil (op. cit., 327). Aires de Casal, como outros autores, data em 1503 a presença Jacques em Porto Seguro (Casal:1980[1817]:215).

¹⁷ Sérgio Buarque de Holanda observa que a mão de obra negra foi imprescindível ao desenvolvimento dos latifúndios coloniais, uma vez que as primeiras tentativas de escravização dos índios foram frustradas pois os mesmos não se adaptavam ao “trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais” (Holanda, 1993:17).

trazido por Tourinho, levou à escravização de um grande contingente de índios, fator que pesou para o colapso social e econômico de sua capitania¹⁸.

Além dos Tupiniquins, há indícios de que grupos nômades também estavam sendo perseguidos e escravizados. Como reflexo, estes índios, que segundo os relatos sempre causaram transtornos aos primeiros colonizadores, promoveram sucessivas invasões às vilas e outras instalações coloniais, em surtos de destruição que levaram os investimentos dos primeiros donatários a pique.

Apesar do vultoso investimento, a prosperidade da capitania durou apenas cerca de dez anos. Com os grandes prejuízos iniciais, Porto Seguro não conseguirá mais se recuperar economicamente durante o período colonial, ficando a margem do desenvolvimento verificado nas capitanias da Bahia e de Pernambuco, impulsionado pelo sucesso da agroindústria açucareira. A decadência de Porto Seguro também deve ser analisada em associação a vários fatores políticos de caráter geral, como a criação do Governo Geral em 1549, que reduziu drasticamente o poder dos capitães-donatários, e a crise portuguesa durante a União Ibérica, entre 1580 e 1640, que dificultou os investimentos nas colônias.

Em 1546, Pero do Campo deixou de pagar os impostos que devia ao rei, enviando-lhe uma carta com várias solicitações. Para piorar sua situação, Tourinho fora acusado de heresia ao Tribunal do Santo Ofício, em denúncia ocorrida durante uma insurreição promovida por seus próprios colonos, sendo levado a ferros para a Metrópole. Apesar de julgado inocente, Tourinho não retorna mais ao Brasil e somente em 1554 seu filho, Fernão, assumiria a capitania após renúncia do pai.

“Por morte de Pedro do Campo ficou esta capitania mal governada com seu filho Fernão do C. Tourinho; e após ele durou pouco, e se começou logo a desbaratar; a qual herdou uma filha de Pedro do Campo, que se chamou Leonor do Campo, que nunca se casou” (Sousa, 2000[1587]:47).

¹⁸ Florestan Fernandes comenta o papel da escravidão no desencadeamento das guerras e os reflexos negativos das investidas portuguesas contra os índios no cotidiano dos colonos (Fernandes, 1989:36).

As informações fornecidas no relato de Gabriel Soares de Sousa correspondem ao período em que a capitania de Porto Seguro já pertencia a d. João de Alencastro, primeiro duque de Aveiro. D. João teria comprado a capitania de Porto Seguro de Leonor do Campo, filha e herdeira de Pero do Campo Tourinho.

Tudo indica que a decadência econômica da capitania se desenvolve a partir da segunda metade do século XVI, e que a indústria açucareira praticamente desaparece no último quartel deste século, como é possível observar na continuação da citação de Sousa, que relata apenas um engenho funcionando, contra os 7 ou 8 existentes no início de sua descrição de Porto Seguro:

“[...] os quais [os jumentos] ficaram no campo dos moradores, que desta capitania se passaram para as outras, fugindo dos Aimorés, no qual tem feito tamanha destruição, que não tem jamais que um engenho que faça açúcar, por terem mortos todos os escravos dos outros e muitos portugueses, pelo que estão despovoados, e postos por terra, e a vila de Santo Amaro e a de Santa Cruz quase despovoadas de todo; e a vila de Porto Seguro está mais danificada, e falta de moradores, na qual se dão as canas-de-açúcar muito bem”
(Sousa, 2000[1587]:48).

É neste contexto que se desenvolve a história da Igreja de São Francisco de Assis em Porto Seguro, representada como fruto de uma ação missionária pioneira, que precede a ocupação sistemática do Brasil e não possui registros primários identificados. Na ausência de documentos franciscanos do século XVI que tratem do assunto, a chegada dos jesuítas, em 1549, é que produzirá informações sobre as ações catequéticas desenvolvidas anteriormente em Porto Seguro.

2.3. CONDIÇÕES ATUAIS DE PRESERVAÇÃO DOS VESTÍGIOS

As ruínas do Outeiro da Glória compreendiam, até o início das escavações arqueológicas de 1999-2000, um pequeno montículo de terra com cerca de 1 metro

de altura¹⁹ ocupando uma superfície de aproximados 35 m², e dois blocos de alvenaria de pedra e cal [figuras 5 e 6, pág. 29]. Os blocos estavam desprovidos de um contexto que os remetesse a uma determinada estrutura arquitetônica, não havendo sinais aparentes nem mesmo das fundações que deveriam sustentá-los.

A primeira observação dificultava, de fato, a interpretação daquele espaço como o resultado do arruinamento natural de um edifício, visto que os blocos de alvenaria encontravam-se, um deles assentado sobre o montículo enquanto o outro, maior, lançado em uma cavidade com cerca de 2 metros de profundidade escavada no centro da elevação²⁰ [figura 7, pág. 30]. Os blocos apresentavam arestas vivas, seção retangular de aproximadamente 1,50 x 0,60 m e revestimento em argamassa nas quatro faces, indicando a possibilidade de ambos se tratarem de partes de um mesmo elemento arquitetônico, a exemplo de uma coluna. Tal correspondência foi confirmada no início das escavações, com a reprodução de fotos de 1939 do Arquivo Central do IPHAN, conforme tratado mais adiante.

Até o início das escavações de 1999, o sítio também abrigava um cruzeiro, localizado próximo à borda da falésia, que podia ser avistado da orla nas proximidades do vale do rio da Vila. Este artefato foi instalado no sítio na década de 1970 com o auxílio do atual proprietário do condomínio “Outeiro da Glória” e ex-prefeito João Carlos Mattos de Paula, para marcar o local da primeira igreja construída no Brasil. O que mais chama a atenção não é a cruz propriamente dita, mas a sua base, construída em pedras de arenito semelhantes às que compõem os blocos de alvenaria de pedra remanescentes, unidas por uma argamassa de cimento e areia. O arquiteto Francisco de Assis S. de Santana²¹, que em 1984 era responsável pelo Escritório Técnico da SPHAN/Pró-Memória em Porto Seguro, denunciou o deslocamento do cruzeiro de seu local original junto ao montículo citado para a borda da falésia, durante a terraplenagem.

¹⁹ Esta denominação foi originalmente utilizada pela arqueóloga Edna June Morley em 1984 no seu relatório de atividades, sendo posteriormente adotado nas demais pesquisas desenvolvida.

²⁰ Dentre os relatos de moradores são várias as histórias sobre túneis. No Outeiro, esta cavidade seria a entrada para um túnel com vários quilômetros de extensão no sentido oeste, ou ainda, ligaria o Outeiro à Cidade Alta. Há pessoas que afirmam já ter visto, no passado, as “escadas” de acesso ao túnel.

²¹ O arquiteto Francisco Santana visitou as escavações arqueológicas no decorrer das pesquisas, no ano 2000, estando atualmente lotado na 5ª Coordenadoria Regional do IPHAN em Salvador.

Um dado importante a respeito do sítio é o registro de uma extensa terraplenagem ocorrida em 1984 que motivou uma vistoria da arqueóloga Edna June Morley, do Núcleo de Arqueologia da SPHAN do Rio de Janeiro, a pedido do Escritório Técnico de Porto Seguro. Edna analisou as conseqüências da movimentação de terra em uma superfície de 800 m² entre o montículo e a borda da falésia, espaço então registrado como sítio arqueológico. Apesar da extensão dos danos, a arqueóloga chama a atenção para o fato do sítio não possuir mais um “*paredão de resistente alvenaria de tijolos*”, informação extraída do processo de tombamento de Porto Seguro (IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 143, p.2), concluído em 1973. Ela faz ainda referência às três fotos encontradas no Arquivo da SPHAN sem, no entanto, estabelecer qualquer hipótese sobre a possível relação das imagens de arquivo com o que havia sido observado na vistoria.

Em resumo, a aspecto geral do sítio arqueológico havia mudado muito desde a sua observação inicial em 1939 pelo SPHAN até a terraplenagem de 1984. O fato é que existia uma lacuna neste histórico recente de destruição dos vestígios construtivos que não explicava como a coluna de pedras vista em 1939 e citada no processo de tombamento de Porto Seguro se transformou no quadro caótico verificado em 1984 e reafirmado em 1998.

Após o registro de Edna Morley, em 1998 o sítio arqueológico foi registrado inadvertidamente junto ao IPHAN pela equipe do MAE/UFBA. A sobreposição de cadastros no CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) ocorreu devido à não localização de registros sobre o sítio no IPHAN no momento da realização do levantamento arqueológico da Linha de Transmissão 138kV Porto Seguro – Coroa Vermelha (Nascimento et al., 1998). O novo cadastro, contudo, teve outros parâmetros para o estabelecimento do perímetro do sítio. A área de interesse arqueológico que, portanto, deveria ser alvo de proteção legal, não compreendia apenas os 800 m² definidos em 1984, mas toda a faixa de terra entre a borda da falésia e a Linha de Transmissão implantada, que correspondia, na prática, a pouco mais que os 100 metros de área de proteção permanente das falésias, área *non edificandi* [conforme mostrado na figura 3, pág. 18].

No período do registro foram iniciadas as obras de implantação do condomínio “Outeiro da Glória”, com o desmatamento de áreas vizinhas ao sítio e movimentação

de terra para a abertura do sistema viário do novo bairro. Apesar do caráter ‘residual’ atribuído ao sítio, o novo cadastro objetivou, sobretudo, criar um novo instrumento legal para minimizar os riscos do avanço imobiliário nas cercanias das ruínas, considerando o potencial do seu entorno quanto a possível presença de vestígios de habitações históricas e ocupações pré-coloniais, baseadas nas prospecções realizadas em 1998, tratadas no capítulo 3, e nas fontes secundárias, conforme o capítulo 5.

O ano 2000 foi marcado pela destruição parcial dos blocos de alvenaria de pedra que repousam sobre estrados de madeira desde o mês de março do mesmo ano, quando as atividades de campo das pesquisas arqueológicas foram encerradas. No mês de novembro, o sítio foi palco de conturbações sociais, com a invasão do condomínio Outeiro da Glória por pessoas de bairros periféricos, especialmente do Baianão, por motivos eleitoreiros. As causas da invasão estão sendo investigadas pela Polícia Federal.

Em março de 2001, uma área adjacente às ruínas foi doada pelo proprietário do Condomínio Outeiro da Glória, Sr. João Carlos Mattos de Paula, ao IPHAN, para que ali fosse edificado um pavilhão, destinado à criação de um espaço museográfico e apoio aos visitantes do sítio arqueológico. No mesmo ano, em maio, o terreno doado e a área principal do sítio foram cercados por um gradil especial, patrocinado pela Belgo Mineira. Além do Outeiro da Glória, a empresa também patrocinou o cercamento das ruínas do Colégio dos Jesuítas, em Porto Seguro, dos vestígios consolidados da Cidade Alta de Santa Cruz Cabrália e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Entre dezembro de 2002 e março de 2003 foi realizada a primeira etapa de consolidação dos vestígios arqueológicos da Igreja de São Francisco, atividade financiada pelo MinC/IPHAN, sob orientação da arquiteta Cássia Boaventura, então diretora da 9ª Sub-Regional do IPHAN e do autor desta dissertação, com base no relatório das pesquisas arqueológicas desenvolvidas desde 1999 e nos resultados parciais desta dissertação.



Figura 5: Aspecto geral da área de intervenção durante a limpeza do terreno para o início das escavações. No centro da imagem, o montículo (A) e, ao fundo, o cruzeiro e o mar (B).



Figura 6: Aspecto da área principal do sítio arqueológico após limpeza, observando-se o bloco menor de alvenaria de pedra assentado sobre o montículo, ao redor de uma cavidade.



Figura 7: Cavidade da área principal do sítio, observando-se o bloco maior de alvenaria de pedras em superfície e o menor assentado sobre o montículo.

3. OS DADOS ARQUEOLÓGICOS: A INTERVENÇÃO DE 1999 – 2000

3.1. PRESSUPOSTOS DA INTERVENÇÃO

As únicas informações encontradas na Sub-Regional do IPHAN de Porto Seguro a respeito do Outeiro da Glória, até 1998, correspondiam a ficha de inventário do IPAC (Bahia, 1988:357-8) e uma cópia do já referido relatório de atividades da arqueóloga Edna June Morley, que em 1984 havia vistoriado o sítio após denúncias de terraplenagem. O documento, apesar de sua legibilidade comprometida e da ausência dos anexos iconográficos, colaborou para o entendimento daquele evento que, à época da elaboração do plano de trabalho solicitado pelo IPHAN para a escavação do sítio, era apontado como o principal agente de destruição do sítio. O relatório de Edna Morley mencionava fotos do arquivo do órgão datadas de 1939, cuja reprodução foi disponibilizada pelo IPHAN ao início das escavações, e incluía um plano de intervenção que não foi implementado²².

Em 1998, a equipe de arqueólogos do MAE/UFBA havia concluído o levantamento dos sítios arqueológicos ao longo do primeiro trecho da Linha de Transmissão 138kV Porto Seguro – Coroa Vermelha²³ (Nascimento et al., 1998), conforme já citado, entre as proximidades do sítio arqueológico do Outeiro da Glória e a Orla Norte da cidade, ocasionando o registro de três sítios arqueológicos: Outeiro da Glória, São Francisco I e Engenho do Itacimirim. Destes três, apenas o último mereceu posterior

²² A via original deste relatório com as fotos foi encontrada no Arquivo Central do IPHAN durante a presente pesquisa (IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 143). A reprodução deste documento substituiu, na análise realizada por este trabalho, a cópia inicial encontrada na 9ª SR, parcialmente ilegível.

²³ A pesquisa foi contratada pela COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia e contou com a coordenação científica do Prof. Carlos Etchevarne. Coube ao arqueólogo Cloves Macedo Neto a coordenação de campo da primeira etapa dos trabalhos (prospecção da linha) e ao do autor desta dissertação a coordenação da segunda etapa (salvamento do sítio Engenho do Itacimirim). Este tipo de linha passou a ser considerada parte do sistema de distribuição de energia, e não de transmissão, como originalmente referido.

salvamento, pois o traçado proposto para a linha não apresentaria riscos para a integridade dos demais sítios registrados.

Na ocasião do levantamento, foi possível prospectar as imediações dos vestígios construtivos do Outeiro da Glória, quando foram escavadas dezenas de poços-testes em três linhas de *transects* paralelas à borda da falésia e encontrados apenas alguns pequenos fragmentos de cerâmica indígena, descontextualizados de quaisquer outras referências, tamanha a degradação do sítio. Esta atividade reforçou o caráter residual do sítio arqueológico, registrando-se a retirada da maior parte da camada de solo orgânico que originalmente recobria todo o terreno defronte ao mar. Em áreas adjacentes aos vestígios construtivos, outros poucos fragmentos de objetos de uso doméstico, concentrados principalmente nas imediações de dendezeiros, faziam referência a uma ocupação ocorrida, provavelmente, a partir do século XIX, em um típico cenário observado nos contextos rurais das cercanias, cada vez menos freqüentes.

A análise do projeto para a implantação do 'Condomínio Outeiro da Glória', do qual o sítio arqueológico representa apenas uma pequena fração da gleba, coincidiu com o momento da presença intensiva de arqueólogos na região, motivando a Sub-Regional do IPHAN na cidade a solicitar um plano de intervenção arqueológica para o sítio, conforme solicitação feita à equipe de arqueólogos do MAE em Porto Seguro. Em resposta, foi enviado um plano de trabalho ao IPHAN também incorporado ao relatório da Linha de Transmissão mencionada, pois havia sido levantada a possibilidade de financiamento da pesquisa por parte da COELBA, o que de fato não ocorreu devido às dificuldades enfrentadas na implantação da obra²⁴.

Em 1999, o IPHAN anunciou a liberação de recursos para a realização da pesquisa arqueológica do sítio, dado o interesse do MinC e do próprio órgão em elaborar um projeto paisagístico e implantar ali um edifício de múltiplo uso, cuja finalidade principal seria a evocação do pioneirismo dos franciscanos no Brasil. O projeto

²⁴ O trecho implantado da então linha de transmissão corre a 100 metros da borda das falésias, com traçado definido após um longo debate com os órgãos ambientais, gerando um impacto visual na orla que obrigou a COELBA a arcar com os custos de medidas como o plantio de coqueiros adultos, por exemplo. Além disso, a empresa teve que pagar por passivos ambientais de outras obras de infraestrutura antigas, fazendo com que o orçamento previsto para o empreendimento fosse, em muito, superado.

arquitetônico²⁵ deste edifício foi elaborado no transcorrer das escavações, tendo sido lhe acrescido um anexo para abrigar a reserva técnica e atividades de apoio às pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região até aquele momento.

A pedido do próprio órgão, os esforços da pesquisa deveriam estar concentrados junto aos vestígios construtivos, isto é, um espaço aproximado de 25 m², inserido em uma área maior com cerca de 800 m². O principal objetivo da intervenção arqueológica planejada era identificar e evidenciar as estruturas construtivas remanescentes da antiga Igreja de São Francisco de Assis, com a identificação da planta do edifício que ali poderia ter existido.

Além das questões relativas ao antigo templo, a pesquisa também buscou identificar elementos arqueológicos que pudessem aludir a grupos sociais não apenas do período colonial, como também mais recuados, além de tentar determinar com maior precisão a extensão dos danos causados pelas sucessivas depredações ocorridas na segunda metade do século XX. Em paralelo às escavações foi realizado um levantamento bibliográfico pela equipe do MAE, e um levantamento documental no arquivo da 7ª Superintendência Regional de Salvador²⁶.

A baixíssima freqüência de vestígios materiais durante a escavação foi determinante para que a apresentação dos resultados das pesquisas obedecesse a uma explicitação minuciosa de cada procedimento metodológico adotado, seus resultados e indagações surgidas no decorrer das atividades. O objetivo era permitir ao leitor do relatório da pesquisa acompanhar passo a passo as escolhas feitas em campo.

Para esta dissertação, foram sintetizadas as informações sobre os principais procedimentos metodológicos adotados em campo e seus resultados, apresentados conforme a estrutura do relatório de atividades (Nascimento et al., 2002), acrescidos de considerações revisadas sobre a análise dos materiais arqueológicos.

²⁵ Este projeto foi elaborado pelo então presidente do IPHAN, arquiteto Glauco Campelo, que através do seu escritório ofereceu o projeto ao órgão sem nenhum custo.

²⁶ Levantamento feito pelo autor desta dissertação, auxiliado pela então diretora do IPHAN em Porto Seguro, a arquiteta Cássia Maria Silva Boaventura. Foram feitos contatos também com o bispo da Diocese de Eunápolis, Dom José Edson Santana de Oliveira que, no entanto, não possuía documentos referentes à Igreja de São Francisco de Assis, apesar de ser assunto do seu interesse tentar reaver a posse do imóvel ao patrimônio da Igreja.

3.2. DESENVOLVIMENTO DA ESCAVAÇÃO E RESULTADOS OBTIDOS

3.2.1. Área dos vestígios construtivos

A escavação do sítio arqueológico foi iniciada pela sua área considerada principal, assim denominada por abrigar os vestígios construtivos mais representativos do sítio, isto é, os dois blocos em alvenaria de pedra juntos a uma elevação com cerca de 90 cm de altura, cercando uma cavidade com aproximadamente 2 metros de profundidade, conforme descrito no capítulo anterior. Necessariamente, a elevação deveria ser escavada, o que implicaria na destruição da referência mais significativa atribuída às ruínas da Igreja de São Francisco de Assis conhecidas pelos moradores e visitantes, merecendo, por isso, um planejamento criterioso.

Era evidente que aquele contexto estava perturbado. Todavia, a possibilidade de existirem vestígios de estruturas construtivas em terra, tais como taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique, em meio ao sedimento arrastado para aquele local, poderia tornar a escavação arqueológica algo tão arrasador quanto as sucessivas depredações ocorridas.

Delimitou-se uma área de 13 metros por 9 que foi dividida em quadrículas de 1 m², com o *datum*²⁷ do sítio estabelecido na extremidade noroeste deste retângulo. Esta malha de quadriculamento cobriu o montículo e o seu entorno e posteriormente foi estendida até os limites naturais do sítio, isto é, as bordas leste e sul da falésia [conforme planta geral – figura 13, pág. 37].

O montículo foi carpido e raspado superficialmente. Com o auxílio de enxadas e cavadores de lâmina simples foram iniciadas as escavações em uma seção teste, que logo expuseram um sedimento areno-argiloso homogêneo, com a presença de pequenos fragmentos de rochas de arenito, argamassa e tijolos. O aspecto de entulho descartou a possibilidade de que aquela parte do montículo poderia

²⁷ O *datum* representa a coordenada “0” do sítio arqueológico, referência de todas as medições para a locação de trincheiras, quadras etc. Também corresponde ao nível arbitrário 0.00 m para o estabelecimento da altitude relativa das áreas escavadas. Desta forma, convencionou-se que o montículo escavado nesta etapa corresponde aos níveis situados entre 0 e + 90 cm.

corresponder a uma estrutura construtiva em terra, autorizando o prosseguimento da operação em toda a sua extensão [figura 8, pág. 36].

Após a retirada de 40 cm de sedimentos, a escavação se deparou com fragmentos maiores de vestígios construtivos. Neste nível, denominado + 50 cm, foi iniciada uma decapagem em níveis artificiais de 10 cm para verificar se havia alguma relação espacial entre os vestígios dos diferentes níveis, passando-se a registrar todos os objetos encontrados em plantas de cada nível.

Dos níveis escavados, o que correspondeu aos + 40 cm apresentou a maior quantidade de rochas [figura 9, pág. 36], que sugeriram a hipótese daquele nível se tratar do solo de ocupação de um determinado momento histórico do sítio, pois a ocorrência de tais rochas poderia estar ligada ao processo de degradação ou de destruição da coluna de pedras, vista nas fotos de arquivo do IPHAN²⁸. Mas esta hipótese foi logo descartada com a escavação dos dois níveis seguintes, entre os + 40 e + 20cm, onde praticamente não foram encontradas outras rochas ou fragmentos de argamassa [figura 10, pág. 36].

Na seqüência dos trabalhos, a escavação do nível + 20 até 0 cm permitiu a evidenciação da principal estrutura identificada no sítio arqueológico. Este nível foi escavado acompanhando a deposição natural de fragmentos de tijolos de um piso, seguido por vestígios de uma argamassa de contrapiso [figuras 11 e 12, pág. 36]. Contudo, a disposição dos objetos indica um contexto perturbado, revolvido provavelmente por ação de máquinas de terraplenagem, que empurraram esta estrutura sem, no entanto, destruí-la por completo. Devido a estes achados, a escavação do montículo foi finalizada, mantendo-se *in loco* o contexto evidenciado, considerado o mais autêntico testemunho da ocupação pretérita do sítio ainda preservado em seu local de origem [conforme as plantas de cada nível escavado, figuras 14 a 17, pág. 38 a 41].

Após o registro gráfico dos vestígios de piso [figura 17, pág. 41], alguns fragmentos de tijolos foram recolhidos por apresentarem características diferenciadas, como a presença de incisões. Um destes fragmentos recolhidos foi enviado para datação por

²⁸ As fotos são analisadas no capítulo seguinte.

termoluminescência, conforme tratado mais adiante na análise do material resgatado.

A seqüência de desenhos mostrando os limites do montículo totalmente escavado em diferentes níveis, sugeriu que a profunda cavidade central poderia ter sido provocada pela ação de uma retroescavadeira, conforme as duas reentrâncias observadas no perímetro norte e leste da cavidade [indicadas na figura 17, pág. 41]. Com base nesta teoria, os sedimentos que formavam o montículo escavado corresponderiam ao produto de uma escavação mecânica, cujo objetivo teria sido o de remover as fundações da coluna de pedras vista nas fotos antigas, argumento corroborado pela ausência de outras evidências materiais que pudessem indicar a localização deste elemento arquitetônico em local diferente ao da cavidade.



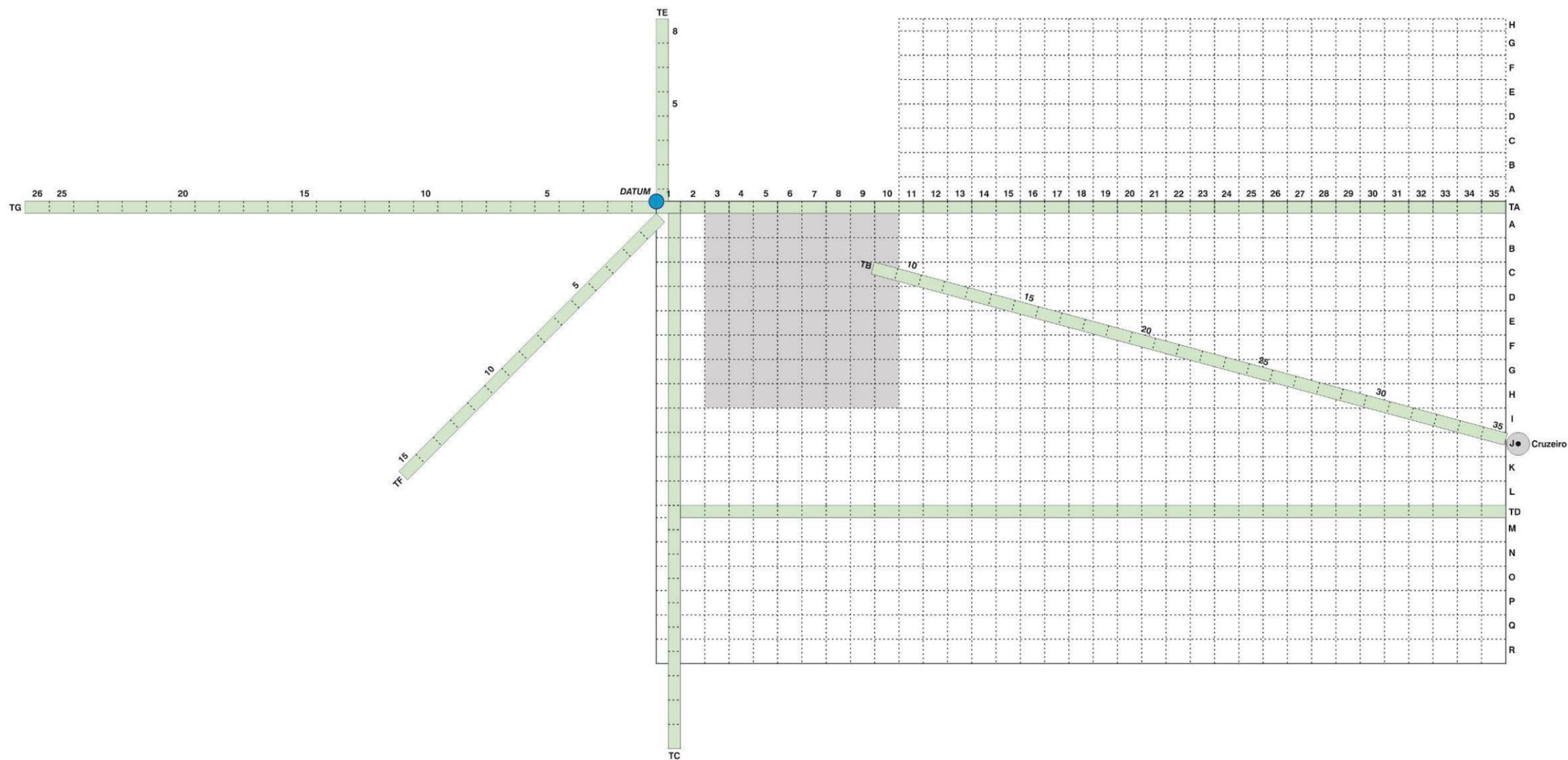
Figura 8: Início da escavação dos primeiros 40 cm de sedimentos do montículo.

Figura 9: Nível + 40 cm evidenciado.

Figura 10: Nível + 20 cm evidenciado.

Figura 11: Decapagem entre +20 e 0 cm.

Figura 12: Vestígios de um piso cerâmico e argamassa de contrapiso entre +20 e 0 cm.



Legenda

-  Malha de quadriculamento para escavação
-  Trincheiras
-  Área principal do sítio

FIGURA 13
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

Planta da área de intervenção com a malha de quadriculamento alfanumérica de 1 x 1 m.

Escala 1:200

Fonte: Relatório de Atividades (Nascimento et al., 2002:37).

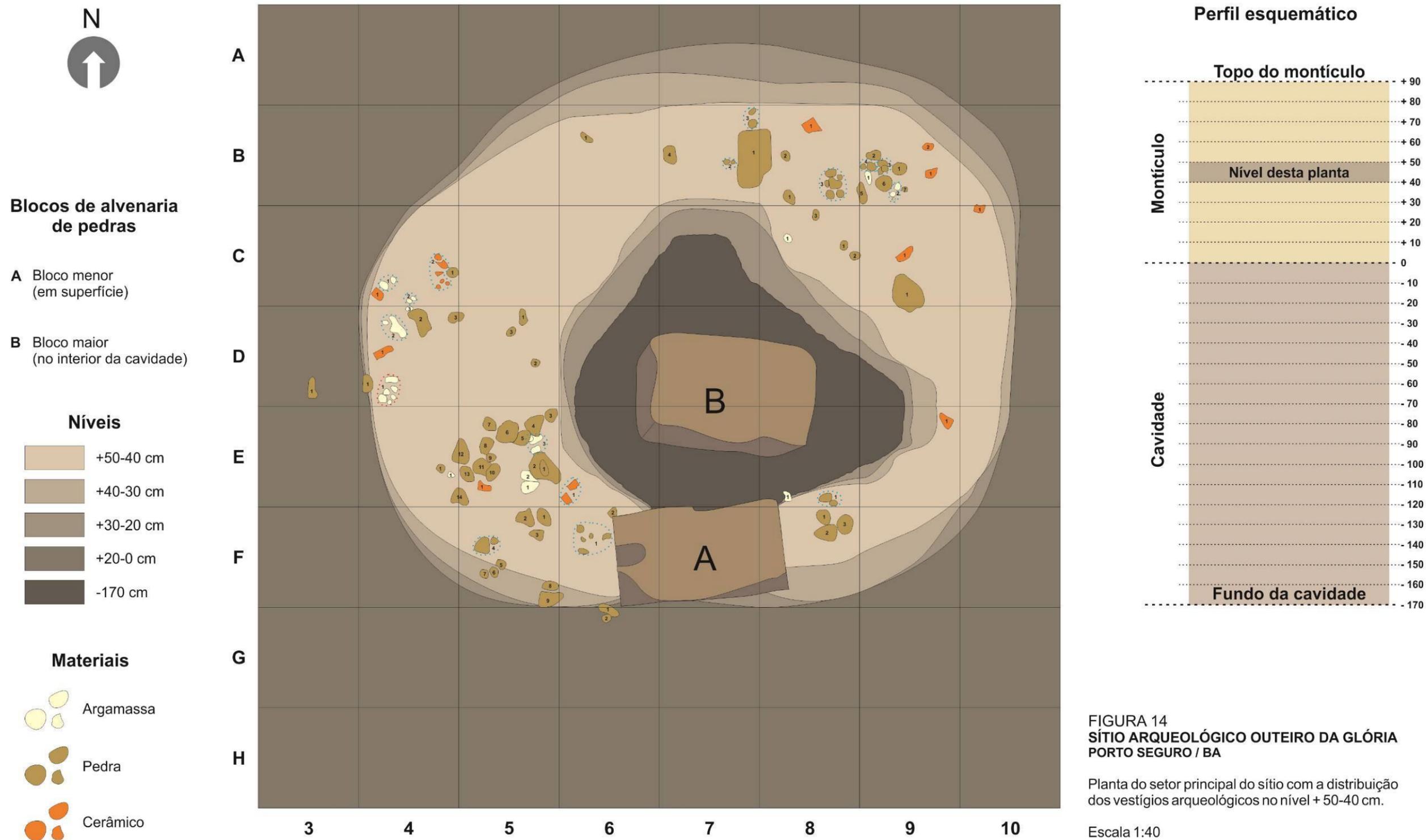


FIGURA 14
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

Planta do setor principal do sítio com a distribuição dos vestígios arqueológicos no nível + 50-40 cm.

Escala 1:40

Fonte: Relatório de Atividades (Nascimento et al., 2002:38).

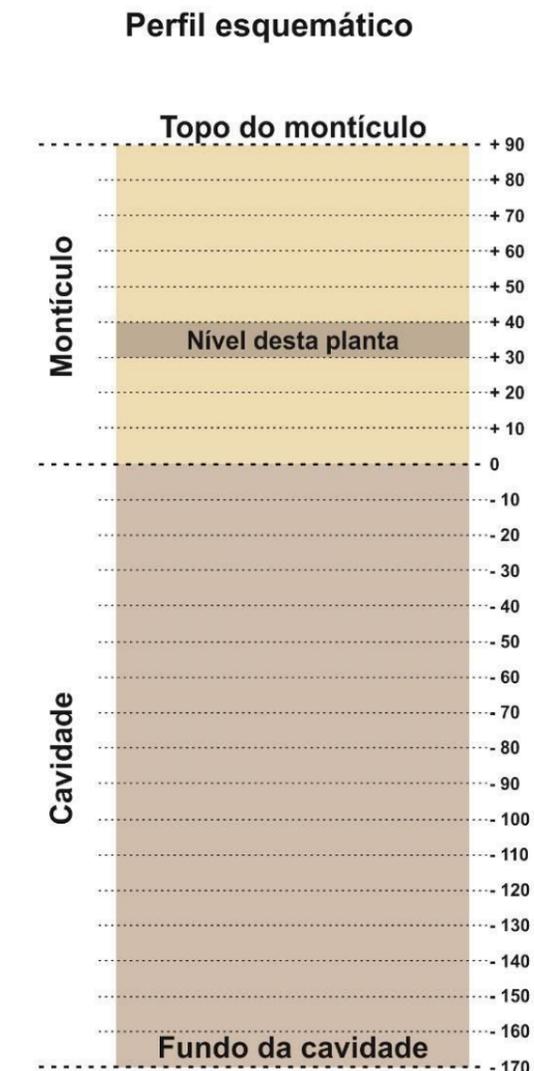
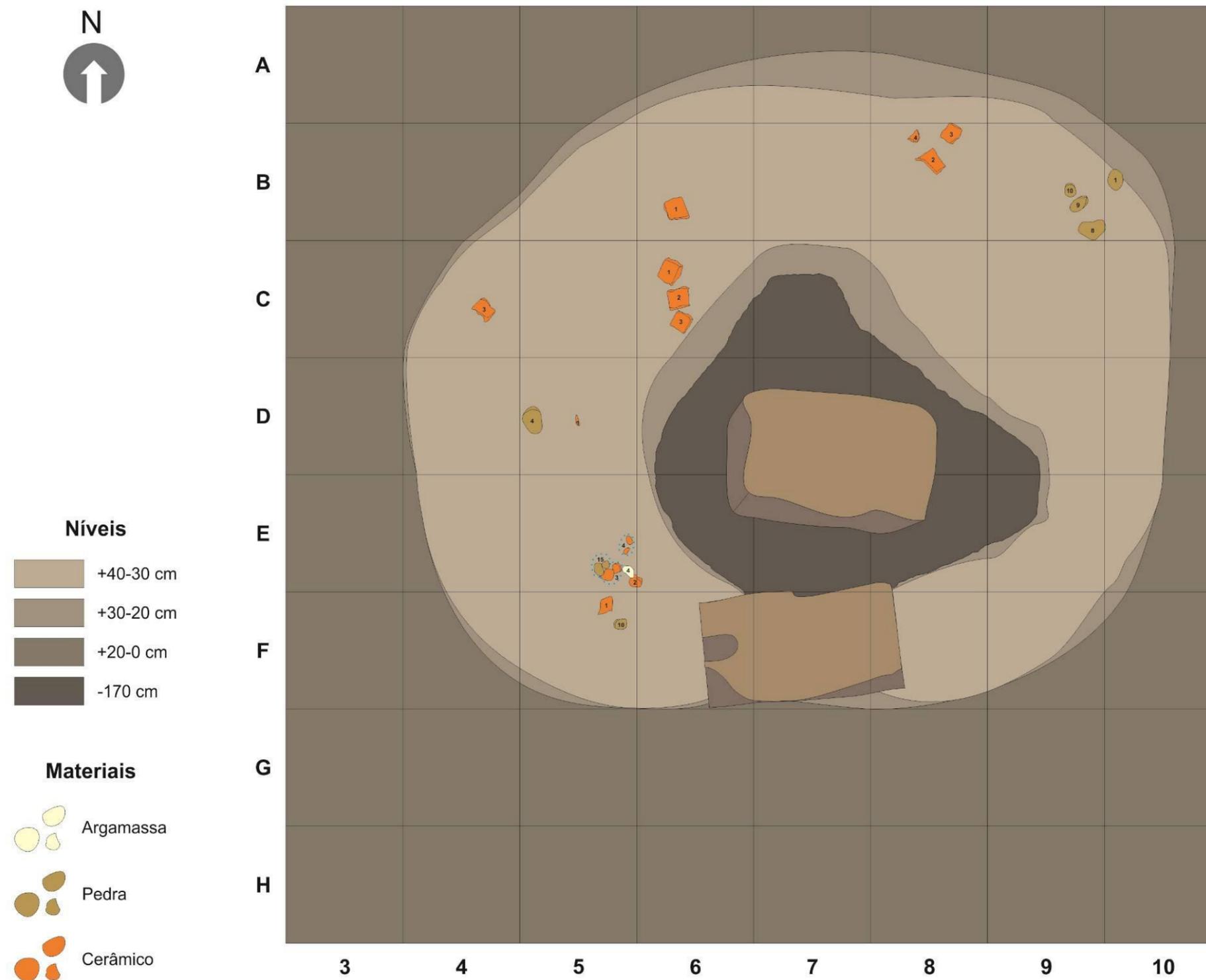


FIGURA 15
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

Planta do setor principal do sítio com a distribuição dos vestígios arqueológicos no nível + 40-30 cm.

Escala 1:40

Fonte: Relatório de Atividades (Nascimento et al., 2002:39).

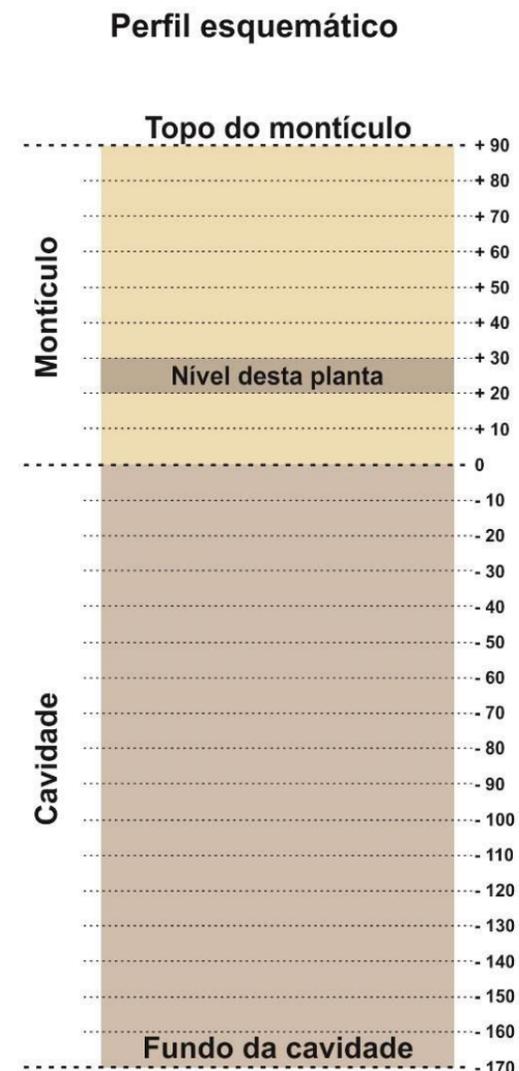
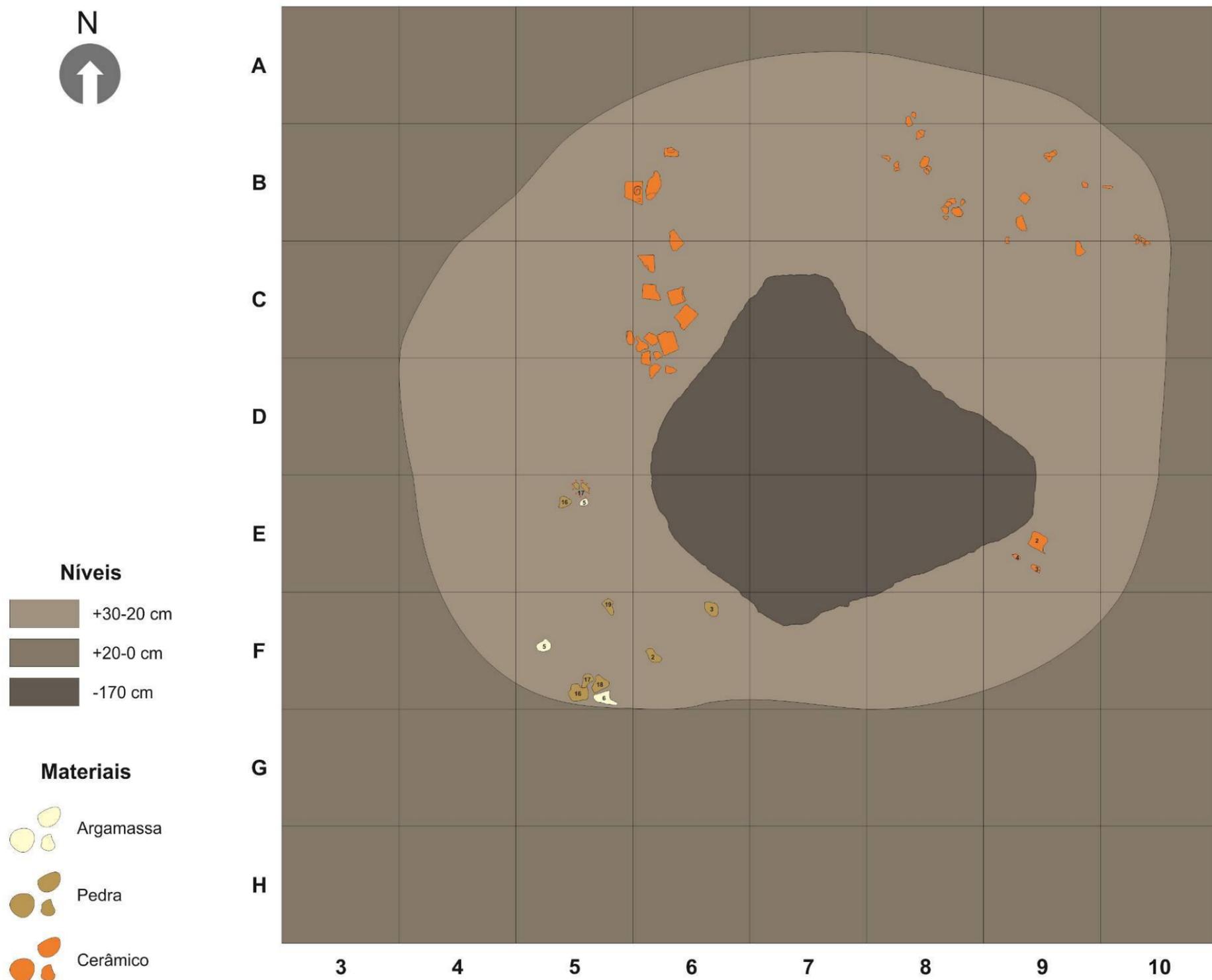
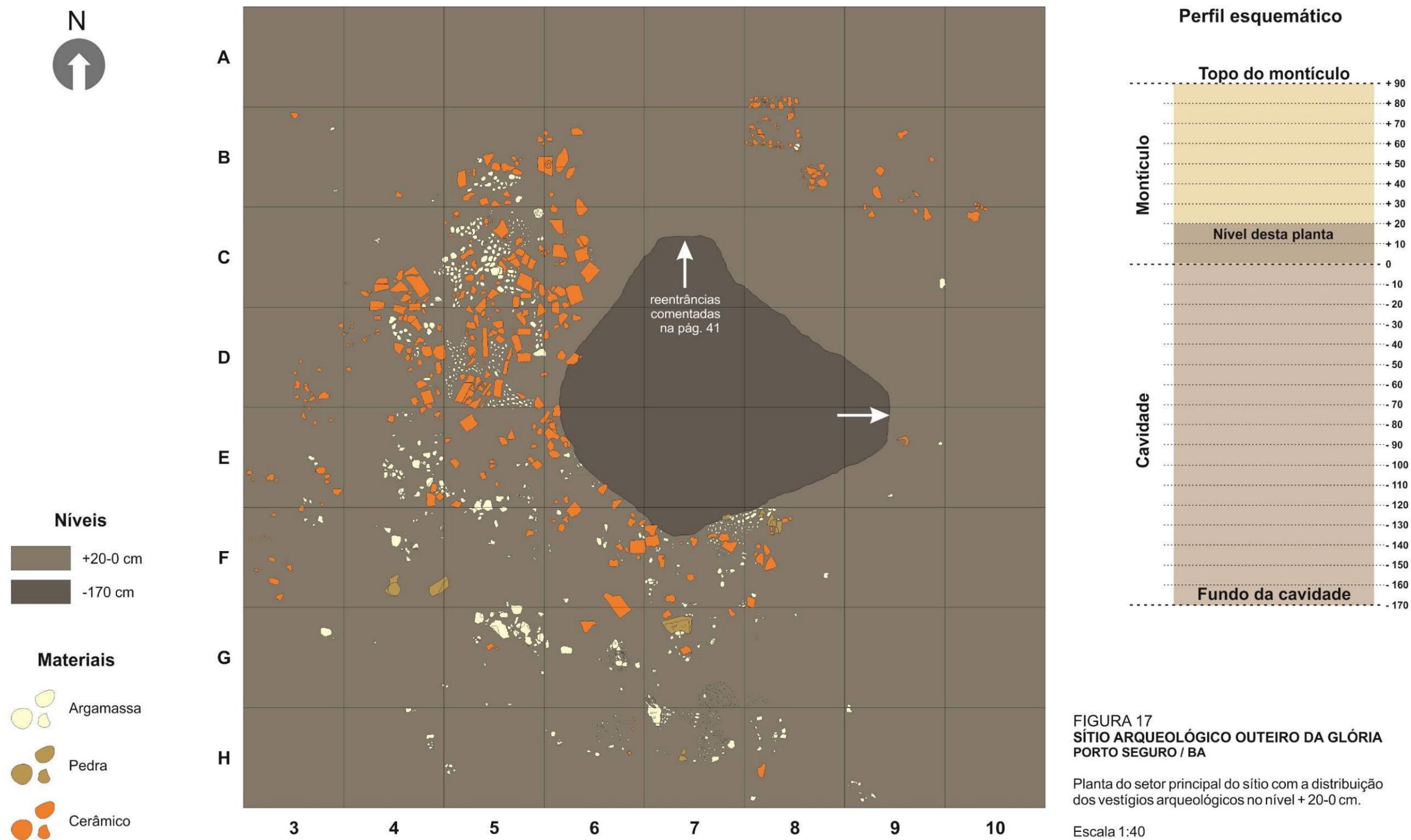


FIGURA 16
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

Planta do setor principal do sítio com a distribuição dos vestígios arqueológicos no nível + 30-20 cm.

Escala 1:40

Fonte: Relatório de Atividades (Nascimento et al., 2002:40).



3.2.2. Escavação de trincheiras

No espaço entre os vestígios construtivos e a borda da falésia se esperava evidenciar os alicerces da antiga Igreja de São Francisco de Assis, pois este foi o local arrasado por tratores em 1984 e cadastrado inicialmente pela arqueóloga Edna June Morley como sendo o sítio arqueológico propriamente dito.

Para abordar a hipótese dos alicerces, foram escavadas 6 trincheiras radiais a partir do *datum*, acrescida de uma sétima paralela à encosta sul do sítio. Definiu-se uma largura padrão de 40 cm e a profundidade atingida em todos os trechos foi de 40 cm, escavados em níveis artificiais de 10 cm. A estratégia previa que as trincheiras deveriam revelar possíveis interferências no terreno causadas por ocasião da escavação de cavas para fundações, independentemente das técnicas construtivas adotadas e considerando as condições de conservação do sítio.

Diante da possibilidade de serem encontradas paredes de adobe, pau-a-pique ou taipa de pilão, cada nível escavado permaneceu exposto ao tempo por pelo menos um dia, para que a umidade da madrugada ou mesmo as chuvas noturnas, revelassem nuances cromáticas imperceptíveis com o solo seco. Este procedimento passou a ser adotado nas atividades de pesquisa em Porto Seguro após escavações nos centros históricos de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, onde muitas estruturas construtivas mapeadas eram visíveis apenas nas primeiras horas da manhã, ou quando molhadas.

A escavação de trincheiras na área mais prejudicada pela ação das máquinas não obteve o resultado esperado com relação à identificação de vestígios de estruturas construtivas. Pelo contrário, a sua escavação reforçou a informação sobre a supressão da camada natural humífera do relatório de Edna Morley, observando-se nitidamente o recente deslocamento de solo no sentido norte-sul, caracterizado por sedimentos escuros e pouco coesos, onde se concentrou a maior parte da cultura material resgatada do sítio. Deste modo, pode-se dizer que o terreno estudado tende para a exposição de uma camada areno-argilosa clara, que corresponderia a uma transição entre o solo humífero removido e o solo predominante argiloso, mais

profundo e em geral estéril²⁹, no sentido do sul para o norte. Enquanto isso, no sentido inverso, o lado da encosta sul tende a acumular os sedimentos revolvidos pela terraplenagem [figuras 18 e 19, página 44].

A destruição da camada superficial do sítio não impediu a identificação de algumas interferências, caracterizadas por pequenos bolsões de sedimentos escuros provenientes de camadas superficiais. Este tipo de ocorrência coincide com a presença de materiais em profundidade, sobretudo nas trincheiras escavadas. Em alguns casos, a localização de rochas de arenito, por exemplo, levou à escavação de áreas subjacentes às trincheiras, a fim de se testar a possibilidade de sua relação com alguma estrutura construtiva.

A mancha que mereceu maior atenção ocorreu no segmento 27 da trincheira TD, levando à abertura de várias quadras complementares no seu entorno [figura 20, pág. 44]. Como resultado, observou-se haver uma continuidade da mesma para o lado norte, onde também foi constatada a presença de uma concentração de pequenas pedras de arrecife e fragmentos de argamassa branca [figura 21, pág. 44]. As informações fornecidas por esta mancha, que se estendeu por cerca de 4,5 metros até se mesclar com o solo escuro no sentido sul, são pouco conclusivas. Como hipótese para a sua ocorrência, a mancha corresponderia a um depósito de sedimentos que está preenchendo uma cavidade provocada por ação humana. Neste caso, o sentido da mancha e sua localização, próximo da encosta, poderiam sugerir um sistema de drenagem rudimentar. Outrossim, considerando a posição da única estrutura até então localizada, isto é, os restos de contrapiso junto aos principais vestígios construtivos, uma canaleta de escoamento, por exemplo, assinalaria uma área externa e a direção de seu curso, em função da possível proximidade com um edifício, que estaria em paralelo com uma das faces do mesmo.

²⁹ Em todos os contextos arqueológicos já identificados na região, apenas objetos intencionalmente enterrados, como urnas funerárias, têm sido encontrados nesta camada natural.

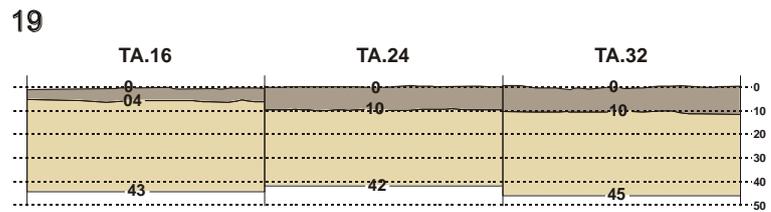


Figura 18: Escavação da trincheira TA aos 40 cm de profundidade. A estaca amarela, no canto direito, corresponde ao *datum*. Ao fundo, à direita, a trincheira TB e o cruzeiro.

Figura 19: Perfil estratigráfico norte da trincheira TA com o registro das camadas naturais em relação aos níveis artificiais adotados.

Figura 20: Quadra complementar à escavação do segmento 27 da trincheira TD aos 30 cm de profundidade, observando-se uma mancha de sedimento mais escuro com a presença de fragmentos de argamassa.

Figura 21: Quadras complementares à escavação da trincheira TD, observando-se a mancha de sedimento mais escuro mostrada na foto anterior totalmente evidenciada.

3.2.3. Traslado dos vestígios construtivos

Os dois grandes blocos de alvenaria de pedras existentes na área principal dos vestígios construtivos precisavam ser retirados do montículo, para que a escavação alcançasse o resultado desejado. Por isso, esta etapa da atividade foi planejada com muita antecedência, pois foi necessário convencer, em primeiro lugar, o IPHAN de que os blocos não respeitavam um contexto de degradação natural. Por outro lado,

era imperativa a sua retirada do local para que as escavações prosseguissem, já que o montículo era a principal evidência a ser pesquisada.

O peso de cada bloco de alvenaria foi calculado em 2.300 kg para o menor, depositado na superfície do montículo, e 2.500 kg para o maior, lançado no seu interior. O içamento e o transporte dos blocos foram marcados pelo risco permanente de fraturas nas peças, visto que não se sabia o grau de resistência da alvenaria.

Para reduzir as chances de ruptura dos blocos, ambos foram envolvidos por cabos de poliéster com resistência mecânica de 1.300 kg, imobilizando-os. Deste modo, caso algum elemento construtivo se desprendesse, ele ainda permaneceria unido ao corpo principal da peça, facilitando a sua posterior recomposição. Os blocos foram içados por um guidaste tipo “Munck”, com capacidade de até 9.000 kg, através de cabos de aço que atuaram em caibros de madeira dispostos sob o bloco.



Figura 22: Preparação do bloco menor de alvenaria para o içamento. À esquerda dele está o pedaço da estrutura que se desprendeu durante a primeira tentativa.

A imobilização com os cabos de poliéster surtiu efeito durante o içamento do bloco menor, que possuía um comprometimento estrutural parcial perceptível apenas após o desprendimento de uma porção, devido a uma rachadura que estava totalmente preenchida por terra e raízes [figura 22].

Tal comprometimento foi atribuído ao estado de conservação do bloco, exposto às intempéries.

O içamento do bloco maior foi mais simples, devido ao seu melhor estado de conservação. Em função do posicionamento do objeto no interior do montículo, não foi possível suspendê-lo com a utilização de caibros. Por este motivo, os cabos de aço foram instalados ao redor do próprio bloco, com o emprego de tábuas de madeira como afastadores, evitando-se assim a perda de arestas ou o colapso estrutural dos blocos em virtude da força cortante exercida pelos cabos [figura 23].

Os dois blocos de alvenaria foram retirados do montículo com sucesso e assentados sobre um estrado de caibros de madeira distanciados do local previsto para as escavações. A nova posição dos blocos permitiu a aferição da dimensão e morfologia dos mesmos, além do seu registro fotográfico, atividades essenciais para a



Figura 23: Bloco maior suspenso pelo guindaste.

análise posterior dos vestígios. O posicionamento dos blocos para o içamento e o assentamento definitivo nos estrados de madeira foi estudado previamente com base em hipóteses, levantadas a partir das fotos de arquivo e confirmadas no item 4.2.

3.2.4. Atuação a partir dos resultados de levantamento geofísico

A escavação contou com um levantamento geofísico que “consistiu de medidas com o Método Magnético e medidas eletromagnéticas com o Método Georadar (GPR)”³⁰, conduzida pela equipe do Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN. O levantamento foi realizado na porção leste do sítio, privilegiando a área afetada pela terraplenagem ocorrida em 1984, entre o montículo e a borda da falésia.

Como principal resultado apresentado pelo levantamento, foram identificadas anomalias magnéticas que indicaram a escavação de quatro pontos para verificação. Três destes pontos foram investigados através de sondagens, não causando maiores alterações na metodologia em uso, visto que este procedimento já fazia parte das atividades previstas. Entretanto, a anomalia mais forte encontrada exigiu um grande esforço da equipe para a sua averiguação, pois os geofísicos recomendaram uma escavação com mais de 1,5 m de profundidade para esclarecer

³⁰ Conforme relatório do levantamento geofísico, executado pelo Centro Federal de Ensino Tecnológico do Pará (CEFET-PA).

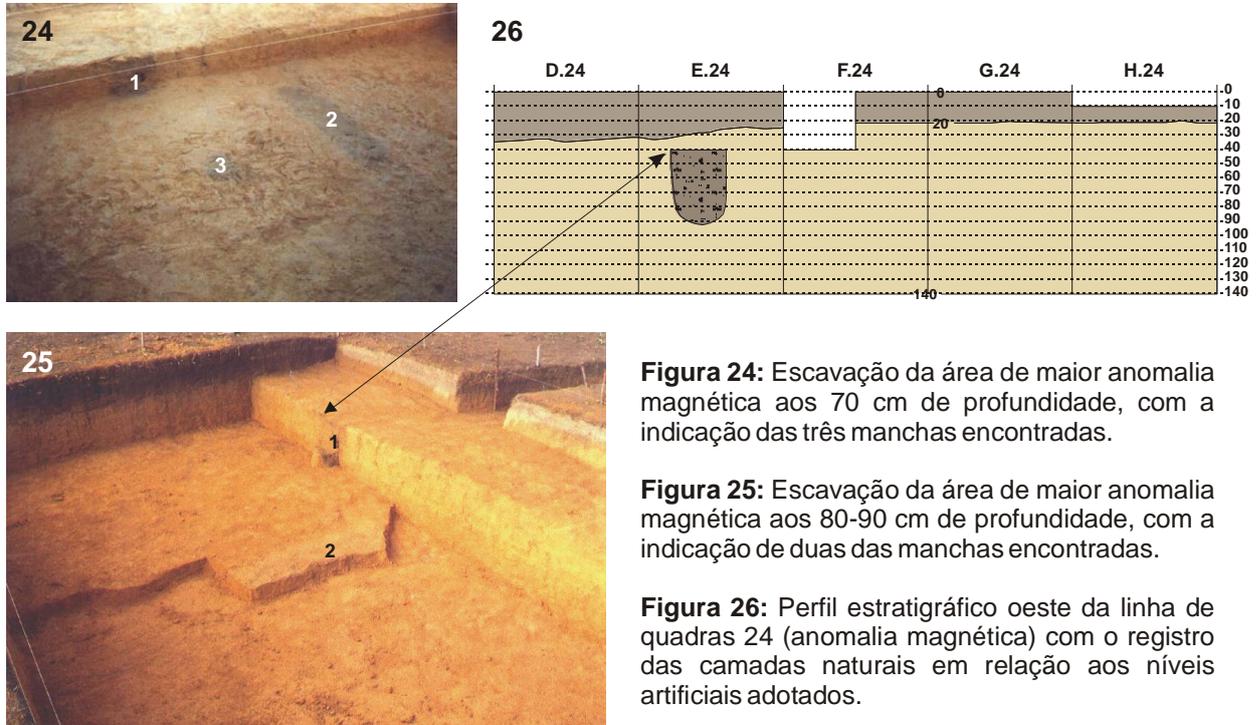
a sua causa. Os próprios geofísicos demarcaram uma área de 5 x 4 metros que deveria ser escavada.

A escavação no local indicado evidenciou duas manchas de solo argiloso marrom claro e ainda uma terceira mancha periférica em relação à área de maior anomalia. As manchas podem ser assim descritas:

- **Mancha 1** Esta mancha difere das demais encontradas no restante da escavação pela sua cor, um marrom mais escuro e, principalmente, pela presença de pequenos pedaços de carvão misturados aos sedimentos de solo argiloso. Possui cerca de 30 cm de diâmetro e só foi notada depois de escavados 40 cm, prosseguindo por 50 cm de profundidade. A mancha não foi previamente identificada no mapa de anomalias magnéticas. Sua aparição motivou a diminuição da área total escavada dos então 5 x 4 para 5 x 3 m, sem prejuízo para a averiguação das demais anomalias.
- **Mancha 2** Com formato retangular, arredondada dos lados menores, medindo aproximadamente 110 x 30 cm, constituída de sedimentos argilosos na cor marrom claro. Estava posicionada no sentido leste-oeste, alinhada com a malha de quadriculamento estabelecida no sítio. Presente dos 70 aos 75 cm de profundidade, ausente ou imperceptível no intervalo entre 75 e 80 cm, e presente novamente entre os 80 e 83 cm.
- **Mancha 3** Redonda, ligeiramente irregular, com diâmetro de aproximadamente 30 cm, constituída de sedimentos semelhantes aos da mancha 1. Esta mancha ocorreu somente entre os 70 e 75 cm de profundidade e estava posicionada cerca de 50 cm ao sul da mancha 2.

Os contornos das manchas 2 e 3 são correspondentes ao desenho observado na planta de anomalias magnéticas, levando à conclusão de que o motivo das anomalias seriam as próprias manchas. Após os 83 cm de profundidade da mancha 2, a área delimitada pelos geofísicos foi escavada até os 140 cm, atendendo ao inicialmente recomendado [figuras 24 a 26].

O relatório do levantamento geofísico não explica os motivos para a ocorrência das manchas.



3.2.5. Escavação de superfícies amplas

A ausência de estruturas construtivas após a escavação de trincheiras e o levantamento geofísico, somada às informações sobre os vestígios encontrados, predominantemente nos primeiros 20 cm de profundidade, conduziu a aplicação de outra técnica de escavação, privilegiando-se a observação de superfícies amplas. Deste modo, a retirada gradual dos sedimentos em espaços maiores poderia revelar marcas de esteios, tijolos de adobe, taipa de pilão ou outros indicativos da ocupação do sítio.

Esta intervenção não havia sido prevista no plano de trabalho inicialmente elaborado, pois os recursos disponíveis para o projeto não eram suficientes para uma intervenção deste tipo. Entretanto, a não localização de estruturas construtivas

levou a uma readequação do plano inicial, com a escavação de espaços intercalados de 4 m², de modo a cobrir aproximadamente 50% da principal área do sítio, e de superfícies contínuas nas porções sudeste e sul, locais de maior concentração material e com maior probabilidade de ocorrência de manchas, conforme os resultados obtidos nas trincheiras. Nas escavações promoveu-se a retirada de apenas 10 cm de sedimentos em todas as áreas demarcadas, possibilitando observar com maior clareza o que as trincheiras de certa forma já haviam indicado [figura 27].



Figura 27: Aspecto geral do sítio após a escavação das camadas superficiais de grupos intercalados de quadras.

O principal resultado desta atividade foi a evidenciação de uma concreção de argamassa, localizada aproximadamente a 2 metros ao sul do montículo, cobrindo uma área de aproximadamente 2,5 x 1 m orientada no sentido leste-oeste. Esta argamassa é semelhante àquela encontrada nos vestígios de contrapiso evidenciados. Contudo, constatou-se que não havia continuidade deste material, conforme pode ser observado na planta final da intervenção, quadras J6 a J9 [figura 29, pág. 51].

Apesar das atividades de campo terem atingido uma área considerável do espaço registrado por Edna Morley, alvo das movimentações de terra já citadas, é importante ressaltar o fato do sítio não ter sido esgotado, mesmo com a execução desta última intervenção acima descrita, posto que este não era o objetivo da escavação. Deste modo, o fato da não localização de estruturas construtivas não impede novas abordagens futuras do sítio, mesmo em se tratando de um contexto residual, o que motivou a proteção das áreas escavadas, conforme descrito mais adiante.

3.2.6. Escavação de sondagens

A partir da malha de quadriculamento do sítio, foram escavadas 7 sondagens de 1 m² em locais escolhidos no levantamento geofísico. Além destas, outras 9 foram escavadas aleatoriamente, distantes entre 26 e 50 metros do *datum*, para verificar a ocorrência de vestígios na área ao norte do local de intervenção. Em todos os casos as sondagens não apresentaram material arqueológico, ou qualquer variação significativa nas camadas naturais. As profundidades atingidas em cada procedimento metodológico adotado podem ser vistas na planta da página 52 [figura 30].

3.2.7. Recomposição da superfície do sítio

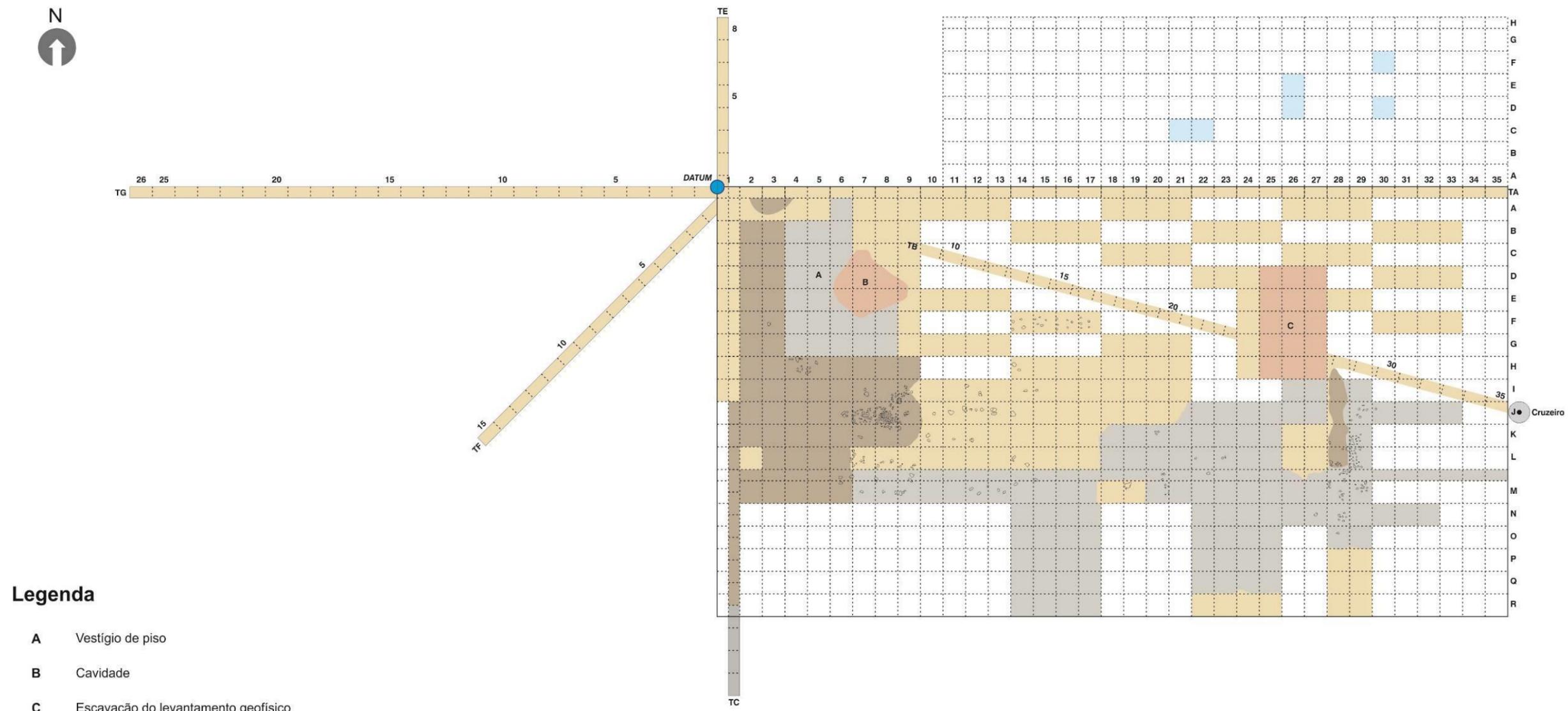
Terminadas as escavações, todas as áreas alvo da intervenção arqueológica foram re-aterradas, no intuito de recompor a superfície do sítio e proteger as estruturas arqueológicas identificadas

e mantidas *in loco*. Para tanto, depositou-se previamente em todas as áreas uma camada de 5 cm de areia branca, sucedida de várias camadas compactadas de sedimentos oriundos das escavações, de modo a facilitar a identificação das camadas ainda não pesquisadas do sítio pelos futuros arqueólogos [figura 28].



Figura 28: Reaterro das áreas escavadas com sedimento arenoso branco, sucedido por sedimentos retirados durante a escavação.

A cavidade no centro do montículo foi preenchida por sedimentos compactados em camadas alternadas de areia branca, até que se alcançasse o nível dos vestígios de piso, também protegidos por areia e sedimento compactado. Este local onde havia o montículo manteve uma diferença de nível em relação ao terreno circunvizinho, o que, além de inevitável, ofereceu maior segurança aos vestígios de piso, visto que seria difícil coibir a entrada de veículos no sítio e o trânsito de pedestres até a implementação de um projeto para a visita adequada da área.



Legenda

- A Vestígio de piso
- B Cavidade
- C Escavação do levantamento geofísico

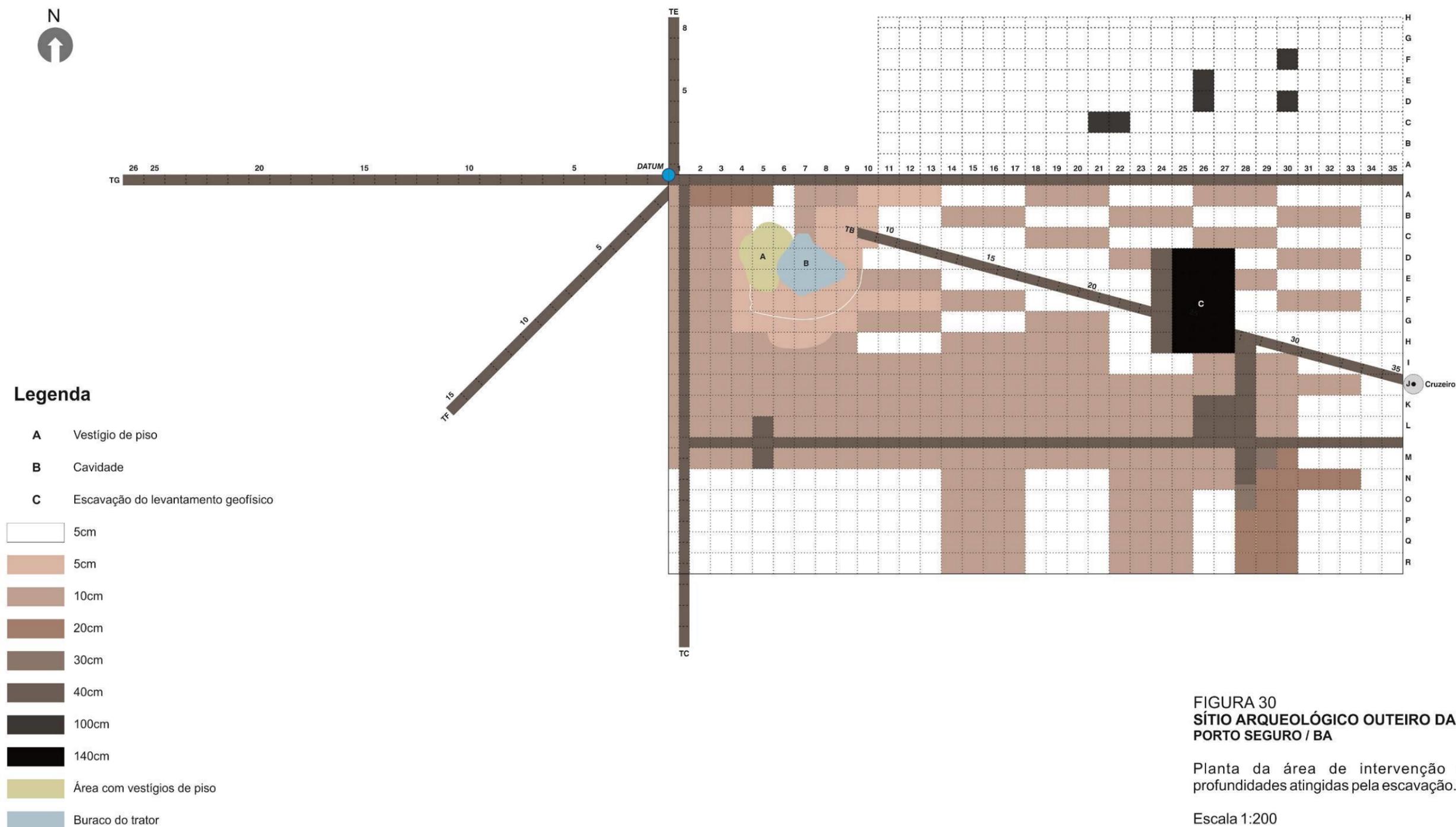
- Alaranjado
- Laranja escuro
- Marrom acinzentado
- Marrom escuro
- Cinza

FIGURA 29
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

Planta da área de intervenção com o registro das cores de solo predominantes ao final da escavação.

Escala 1:200

Fonte: Relatório de Atividades (Nascimento et al., 2002:77).



3.3. ANÁLISE DOS VESTÍGIOS MATERIAIS

3.3.1. Classificação geral dos vestígios

A escavação do sítio arqueológico resultou em um acervo composto principalmente por fragmentos cerâmicos, rochas de arenito e fragmentos de argamassa, conforme indicado na tabela 1. É predominante a presença de refugos de materiais construtivos, somados a um número reduzido de fragmentos de objetos domésticos, que representam apenas 4,8% das 3.590 peças inventariadas, conforme a tabela 2.

Tabela 1
Classificação do material arqueológico por matéria-prima

material	quantidade	%
cerâmico	2.381	66,32%
lítico (rochas brutas)	610	16,99%
metálico (cravos)	13	0,36%
vítreo	1	0,03%
argamassa	585	16,30%
total	3.590	100,00%

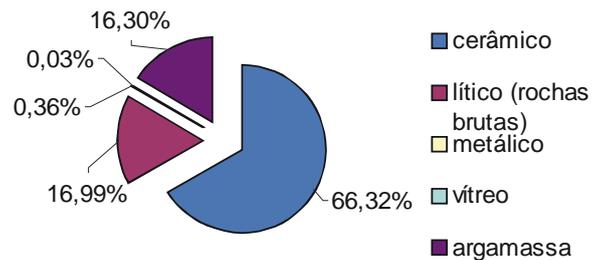
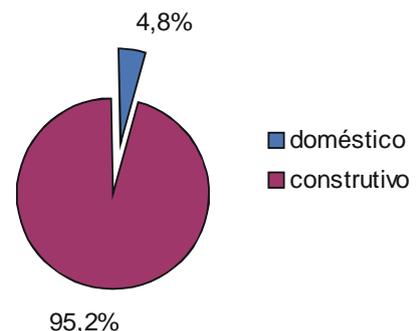


Tabela 2
Classificação do material arqueológico por categorias de uso

material	quantidade	%
doméstico	172	4,8%
construtivo	3.418	95,2%
total	3.590	100,0%



Os fragmentos de objetos domésticos do Outeiro da Glória, apesar de sua pequena quantidade, possuem elementos de análise suficientes para o estabelecimento de uma relação com os demais sítios já pesquisados na região. Nos sítios históricos intensamente ocupados, como os núcleos urbanos quinhentistas, os sítios apresentam uma profunda camada de deposição que chega a ultrapassar um metro de profundidade, onde são encontrados não apenas objetos associados ao período

histórico como também objetos produzidos por grupos pré-coloniais, antes ou durante o processo de colonização³¹. Quadro semelhante é observado no sítio do Outeiro, à exceção de sua estratigrafia, em função das condições pós-deposicionais.

Os dois blocos remanescentes de alvenaria de pedra não foram incluídos nesta análise, visto que os mesmos integraram uma discussão mais aprofundada da sua relação com as fotos antigas encontradas no arquivo central do IPHAN, permitindo uma abordagem crítica das várias narrativas criadas pelos órgãos oficiais a respeito da natureza do elemento arquitetônico registrado em 1939, conforme demonstrado nos dois capítulos seguintes.

3.3.2. Os objetos de uso doméstico

A caracterização dos vestígios de objetos de uso doméstico foi realizada de acordo com as limitações impostas pelas poucas peças disponíveis, fator que impediu a aferição de dimensões para a reconstituição precisa das formas dos objetos. Entretanto, no caso da cerâmica de torno, na medida do possível buscou-se relacionar os fragmentos disponíveis a objetos ainda hoje fabricados, permitindo uma análise comparativa de forma e função.

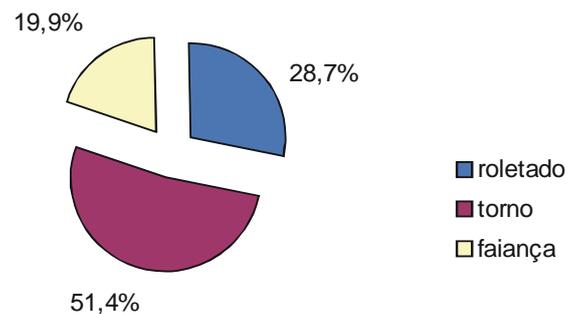
O fato de terem sido resgatados vestígios de objetos domésticos, apesar de sua pequena participação no conjunto material resgatado, reforça a hipótese de que o sítio arqueológico não corresponderia apenas ao local de uma igreja, como também de habitação para os missionários franciscanos. Caso o sítio esteja realmente associado ao edifício da Igreja de São Francisco de Assis, assunto que não é possível discutir apenas com base nos dados arqueológicos, ele corresponderia também ao local de moradia dos missionários, conforme a narrativa do padre Telles, datada do século XVII, que relata a existência de ruínas “[...] *das pobres casinhas, onde santamente habitavam*” (Telles, 1645:433-4).

³¹ Conforme pode ser observado nos vários relatórios das atividades de pesquisa realizadas na região de Porto Seguro, especialmente Etchevarne et al., 2000a, 2000b e 2000c.

Conforme a tabela 3, observa-se a predominância de fragmentos de objetos construídos com a técnica roletada, que representa as cerâmicas pré-colonial e neobrasileira³² (também denominada cabocla), com 28,7% de participação no conjunto. As cerâmicas confeccionadas em torno, com superfícies simples e vidradas, representam a maior parte das peças de uso doméstico, isto é, 51,4% do conjunto, enquanto as faianças participam com os demais 19,9% do total. Os dados apresentados na tabela 3 podem ser analisados sob a variável procedência dos objetos, considerando o fato da cerâmica roletada em geral corresponder àquela produzida no local ou na região do sítio (Morales, 2000:48), a de torno estar sendo associada ao centro produtor do Recôncavo Baiano³³, dentre outras possibilidades não abordadas, e a faiança pertencer a uma produção externa³⁴.

Tabela 3
Classificação do material cerâmico de uso doméstico por sub-categorias

sub-categoria	quantidade	%
roletado	49	28,7%
torno	88	51,4%
faiança	34	19,9%
total	171	100,0%



3.3.2.1. Cerâmica roletada

A análise dos fragmentos cerâmicos roletados não permitiu a distinção precisa entre aqueles que integravam objetos confeccionados por grupos pré-coloniais dos demais, neo-brasileiros, devido principalmente ao tamanho e ao estado de conservação dos fragmentos. Dentre os 49 fragmentos de cerâmica roletada encontrados, foi possível identificar um número mínimo de seis peças pré-coloniais, a julgar pelas quatro bordas analisadas e o tratamento dado às superfícies dos objetos, como a aplicação de engobo branco [figura 31] e decoração incisa [figura

³² Conforme definição de Morales (2000:48-9), que discute o tratamento dado pelos arqueólogos para este tipo de material, em contraposição a analogia em geral utilizada, que trata esta cerâmica como uma tradição cultural, conforme uma das principais referências sobre este assunto encontrada em Chmyz (1976:145).

³³ Conforme hipóteses discutidas nos trabalhos do Prof. Carlos Etchevarne (2000).

³⁴ Como a portuguesa, por exemplo, conforme proposto por Brancante (1981) e Santos (1960).

32]. As características destas peças permitem associá-las à Tradição cerâmica Tupiguarani (Prous, 1992:371), muito freqüente na região.

A ocorrência de objetos pré-coloniais nas camadas arqueológicas dos sítios históricos não pode ser tratada apenas sob o aspecto da re-ocupação pelos europeus dos locais habitados pelos grupos pré-coloniais, devendo ser inserida nas discussões a respeito de como o contato interétnico pode ser atestado através das evidências materiais. Entretanto, apesar da presença representativa destes objetos nos contextos históricos, em poucos casos estudados na região, a estratigrafia dos sítios ofereceu dados suficientes para a observação da diacronia ou sincronia entre o material pré-colonial e o histórico³⁵, considerando a dificuldade de análise das sucessivas interferências pós-depositivas nos locais de ocupação histórica intensa. Assim sendo, independentemente do intervalo temporal de ocupação do sítio do Outeiro da Glória, o esclarecimento dos motivos da presença de vestígios pré-coloniais nas mesmas camadas de deposição das peças históricas, recai no problema de avaliação enfrentado pelos demais sítios da região, conforme citado.



Figura 31: Fragmentos de bojo de vasilhame cerâmico Tupiguarani com engobo branco.

Figura 32: Fragmento de borda Tupiguarani com decoração incisa em diagonal.

A cerâmica neobrasileira corresponde aos objetos construídos com as mesmas técnicas dos grupos pré-coloniais, com formas e funções exógenas em relação a estes grupos. Ela está representada por um número mínimo de duas peças, uma delas com uma alça aplicada [figura 33]. A maior peça encontrada no sítio demonstra um certo refinamento técnico, possuindo paredes finas e escurecidas, resultado da sua provável exposição contínua ao fogo para o cozimento de alimentos.

³⁵ Conforme produção do NAPAS/UFBA, principalmente os relatórios Etchevarne et al., 2000a e 2000c.



Figura 33: Fragmentos de bojo e alça de cerâmica neobrasileira.

3.3.2.2. Cerâmica de torno simples

A cerâmica de torno foi introduzida no período colonial e é produzida até os dias atuais, fato que impede a sua utilização para o estabelecimento de datações relativas às ocupações históricas, visto que este material ainda é pouco estudado pela arqueologia histórica na Bahia. O Recôncavo Baiano, em especial de Maragogipinho, é um centro produtor expressivo deste material (Pereira, 1957:57). No município de Nazaré, a Feira de Caxixis, especializada em cerâmica popular, tem sua origem presumida no século XVIII (op. cit., 86-7).

Nos sítios arqueológicos do Extremo Sul e Recôncavo Baiano, as pesquisas desenvolvidas pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA nos últimos anos, têm apontado semelhanças entre a cerâmica arqueológica encontrada nos sítios no sul do estado e os vestígios de produção identificados nos sítios do Recôncavo, sugerindo uma intensa atividade comercial mantida desde o período colonial, não apenas com a região sul. Pelo contrário, o Recôncavo tem sido apontado como o mais importante centro produtor da cerâmica de uso doméstico no estado da Bahia (Etchevarne, 2000d).

A análise das peças de torno demonstrou a presença de 43 fragmentos, correspondentes ao número mínimo de quatro objetos de cerâmica de torno simples com morfologias distintas que, no entanto, possuem a mesma finalidade de conter líquidos. Foram encontradas quatro bordas, que integravam uma botija, dois porrões³⁶ [figura 34] e um quarto vasilhame não identificado. Os demais fragmentos

³⁶ Denominação no Recôncavo para este objeto em forma de ânfora utilizado para armazenar água.

de bojos possuem algumas variações de constituição e queima, apresentando núcleo nas cores bege e vermelho-alaranjado. Os fragmentos alaranjados assemelham-se aos encontrados no sítio arqueológico Engenho do Itacimirim, datado do início do século XVI, e, considerado um dos contextos coloniais mais íntegros já localizados em Porto Seguro. A respeito deste material, o relatório de atividades aventa a possibilidade da sua procedência ser européia, a julgar pela análise macroscópica da pasta (Nascimento et al., 2002:85).

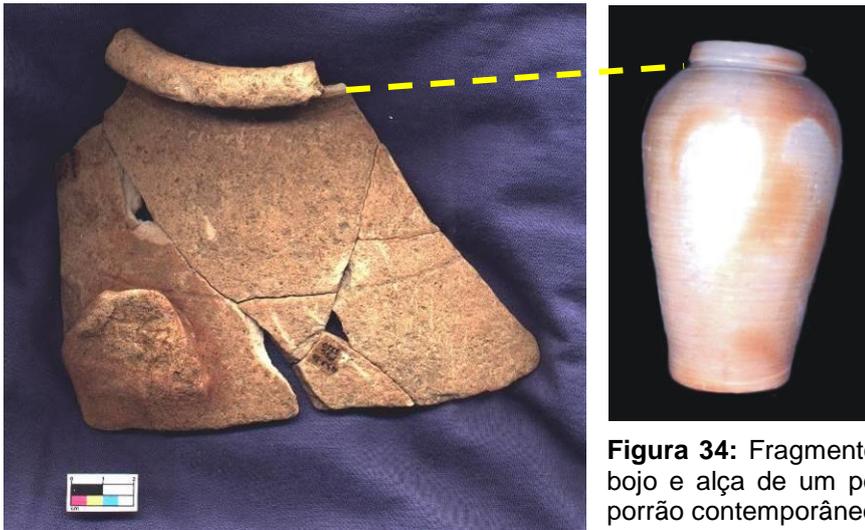


Figura 34: Fragmento de borda, parte do bojo e alça de um porrão, à esquerda, e porrão contemporâneo, à direita.

3.3.2.3. Cerâmica de torno vidrada

As cerâmicas domésticas vidradas são confeccionadas como as de torno simples, com a diferença de que elas recebem uma camada impermeabilizante, geralmente aplicada no lado interno da peça, e retornam para a uma segunda queima em alta temperatura, o que lhe fornece o seu aspecto final vidrado. A superfície vidrada facilita a sua utilização, sobretudo, no cozimento de alimentos.

Os 45 fragmentos com superfície vidrada integravam o mínimo de onze objetos, sendo: dois alguidares [figura 35], seis painéis de forma fechada, um vasilhame pequeno, uma botija e um caboré, objeto cerâmico com um pequeno bico e pequena alça utilizado para ferver água [figura 36]. Um pequeno fragmento de uma botija vidrada também do lado interno se destaca do conjunto pela sua provável procedência européia [figura 37]. As botijas eram peças próprias para conter óleos e azeites.

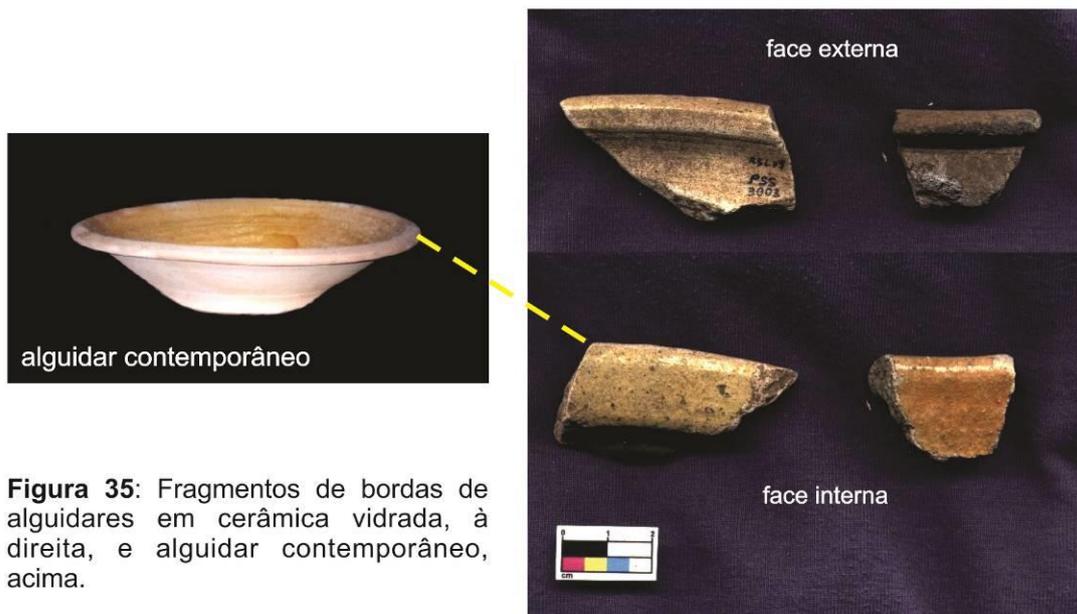


Figura 35: Fragmentos de bordas de alguidares em cerâmica vidrada, à direita, e alguidar contemporâneo, acima.



Figura 36: Bordas de vasilhames de cerâmica vidrada de formas fechadas. Panelas (1 e 2) e provável caboré (3). O caboré completo foi encontrado pela equipe do MAE/UFBA durante o mapeamento arqueológico de Jaguaripe. Fonte: Arquivo do MAE/UFBA.

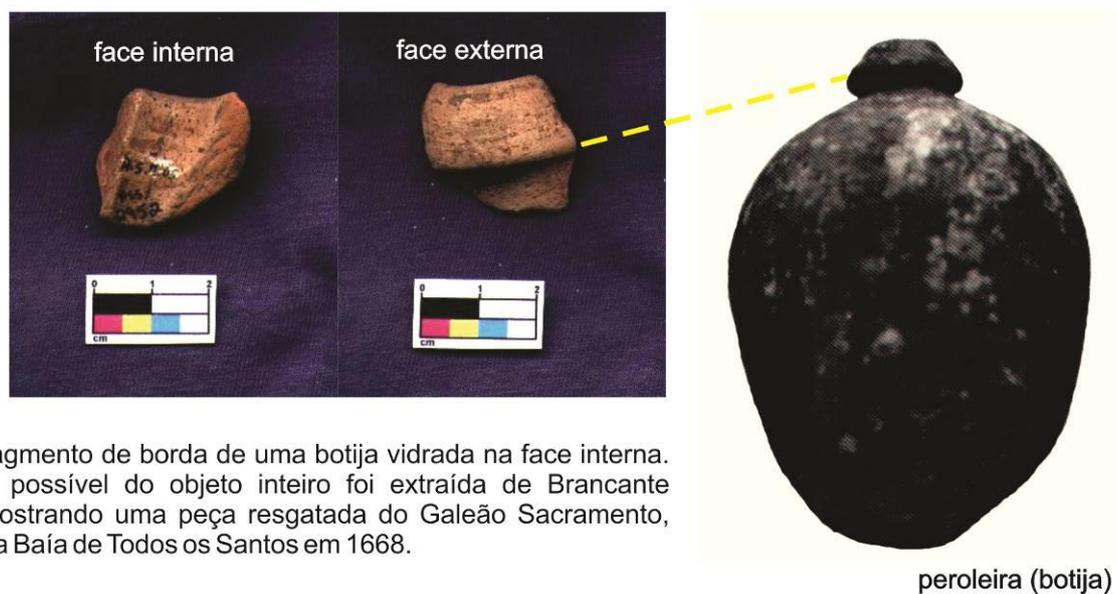


Figura 37: Fragmento de borda de uma botija vidrada na face interna. Uma imagem possível do objeto inteiro foi extraída de Brancante (1981:227), mostrando uma peça resgatada do Galeão Sacramento, que afundou na Baía de Todos os Santos em 1668.

peroleira (botija)

3.3.2.4. Faiança

A análise da cor, porosidade da massa e motivos decorativos, permitiu a identificação de um número mínimo de oito objetos em faiança, correspondentes a tigelas e pratos. Os fragmentos encontrados possuem superfície de cor branca, com pinturas decorativas em azul e vinhoso representadas por linhas ou faixas paralelas e sinuosas, pintadas nas faces internas das bordas e nos fundos dos objetos [figuras 38 a 40], motivos característicos da produção portuguesa.

Portugal produzia faiança para o seu mercado interno e suas colônias espalhadas pelo mundo, com dois grandes centros de produção em Coimbra e Lisboa, além de outros menores (Brancante, 1981:116). Para determinar o momento em que foram produzidas as faianças, Reinaldo dos Santos dividiu a decoração das peças em quatro grupos que correspondem a mais ou menos um quarto de século cada. As formas geométricas presentes nos poucos fragmentos encontrados no sítio estariam associadas ao quarto grupo, ou ciclo produtivo, cuja produção é iniciada no último quartel do século XVII e é verificada no transcorrer do XVIII (Santos, 1960:49 e Brancante, 1981:257).

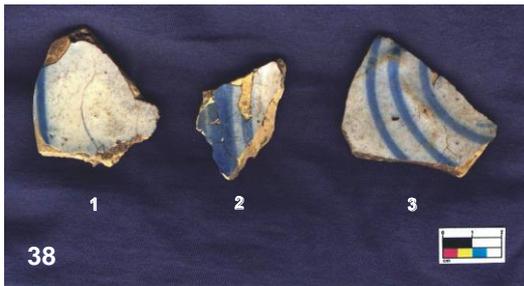


Figura 38: Fragmentos de borda (1), cup (2) e fundo (3) de pratos de faiança portuguesa com decoração em linhas circuncêntricas azuis.

Figura 39: Fragmento do fundo de prato(s) com decoração em linhas circuncêntricas (1) e da borda de uma tigela (2) decorada com linhas sinuosas e circuncêntricas.

Figura 40: Fragmentos de faiança portuguesa que remetem a uma tigela. A linha tracejada mostra um desgaste intencional, indicando que a peça foi reciclada.

3.3.2.5. Vidro

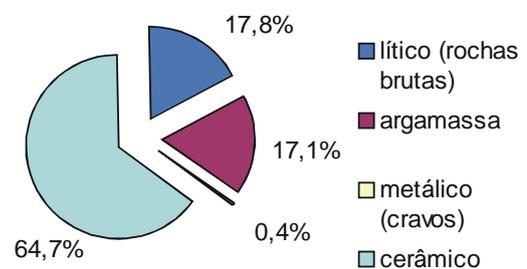
Vale a menção de um único fragmento de vidro encontrado no sítio arqueológico, parte do bojo de uma garrafa, de cor esverdeada. Sua pequena dimensão e a ausência de outras partes diagnósticas do objeto impedem o registro de outras informações sobre o mesmo e a sua relação com as demais peças do conjunto material doméstico.

3.3.3. Os materiais construtivos

Os materiais construtivos resgatados podem ser divididos em dois grupos a partir do seu potencial de análise. Deste modo, o primeiro grupo representa 65,1% do universo analisado, sendo formado pelos cravos e as peças cerâmicas, posto que estas peças permitem o levantamento intensivo de suas características tecnológicas, tendo sido tabulados dados referentes à dimensão, tratamento de superfície e aspecto da peça (para os tijolos e telhas) e forma (para os cravos). O segundo grupo representa os demais 34,9% do conjunto e é composto pelas rochas e fragmentos de argamassa, material desagregado de um ou mais elementos arquitetônicos, como a coluna de alvenaria de pedras vista nas fotos antigas, cuja análise macroscópica procurou registrar a composição destes vestígios.

Tabela 4
Classificação do material construtivo por matéria-prima

sub-categoria	quantidade	%
lítico (rochas brutas)	610	17,8%
argamassa	585	17,1%
metálico (cravos)	13	0,4%
cerâmico	2.210	64,7%
total	3.418	100,0%



De acordo com a metodologia de análise criada por Carlos Costa que integra o relatório de atividades (Nascimento et al., 2002:93-5), as peças cerâmicas e os cravos foram classificados a partir do levantamento das seguintes características:

- Dimensões:
 - *Comprimento*;
 - *Largura*;
 - *Espessura* (para as telhas e tijolos);
 - *Corda* (apenas para as telhas);
 - *Flecha* (apenas para as telhas).
- Tratamento de superfície e aspecto da peça (para as telhas e tijolos):
 - *Face superior* (para os tijolos) ou *Face externa* (para as telhas) – superfície que esteve voltada para cima no momento em que a peça ficou secando antes da queima. Determina-se aqui o tratamento dado a esta superfície (engobo, alisamento, vitrificação, sem tratamento, etc.);
 - *Face inferior* (para os tijolos) ou *Face interna* (para as telhas) – superfície que esteve voltada para o solo no momento em que o objeto esteve secando antes da queima. Determina-se aqui o tratamento dado a esta superfície;
 - *Faces laterais no sentido da largura* (apenas para os tijolos) – as duas faces laterais da peça que estão dispostas no sentido da largura. Neste item é registrado o tratamento dado a esta superfície, da mesma forma que nas faces inferior e superior;
 - *Faces laterais no sentido do comprimento* (apenas para os tijolos) – as duas laterais que estão dispostas no sentido do comprimento. Registra-se neste item o tratamento dado a esta superfície;

- *Aditivo ou antiplástico* – partículas de tamanho variado, geralmente minerais, que estão adicionadas intencionalmente ou não à pasta cerâmica e que podem ser identificadas no corpo do objeto;
 - *Cor da superfície* – coloração geral da parte externa do objeto ou córtex;
 - *Cor do núcleo* – nos casos em que a peça está quebrada determina-se a coloração da parte interna das peças, onde é manifestado também se a queima foi completa ou não;
 - *Marcas* – riscos intencionais aplicados a qualquer uma das superfícies do objeto, marcas de dedos e mãos, incisões, excisões;
 - *Corte* (apenas para os tijolos) – forma de deposição da pasta no molde, no momento da fabricação do tijolo, que fica disposta em camadas. A maneira em que estas se dispõem podem conformar uma espécie de “U”. Adotamos os títulos “U” superior, quando a base do “U” está voltada para a face superior da peça, ou “U” inferior, quando a base do “U” está voltada para a face inferior da peça.
- Forma (para os cravos):
 - *Tipo* – forma da haste do cravo que identifica sua provável função. Ela pode ser piramidal ou prismática quadrangular;
 - *Cabeça* – forma da cabeça do cravo. Pode ser redonda, quadrada, presilha ou sem cabeça;
 - *Parte* – a que parte corresponde à peça, se cabeça, corpo (haste) ou ponta.
 - Observação – Aqui foram registradas informações adicionais e relevantes ao entendimento da peça, que não puderam ser apontadas nos itens anteriores.
 - Catálogo – informações de controle do objeto, que podem ser:

- *Lote* – sistema de arrolamento adotado para os refugos arqueológicos provenientes do sítio Outeiro da Glória, determinado pela menor unidade de área do sítio (uma quadra e nível específicos);
- *Número* – número seqüencial crescente, partindo do 1 para cada categoria, dado à peça para fins de controle na análise tecnológica.
- Informações de Campo – Neste campo indica-se a procedência da peça, a partir da malha de quadriculamento e níveis artificiais adotados na escavação. Na tabela encontra-se dividida em:
 - *Quadra* – malha de quadriculamento;
 - *Nível* – níveis artificiais (profundidade).

Na seqüência da análise, os fragmentos de rochas e de argamassa do segundo grupo estudado foram assim classificados, conforme o levantamento das seguintes informações, cuja metodologia foi adaptada com base nos termos aplicados ao grupo de análise anterior:

- Matéria-prima (para as rochas) – Campo onde é registrada a matéria-prima da qual são constituídas as rochas resgatadas.
- Aspecto superficial:
 - *Granulometria* (para as rochas) – variável que define, juntamente com a *cor*, o aspecto geral das rochas. Pode ser fina, média ou grossa;
 - *Cor* – coloração geral da parte externa do objeto;
 - *Presença de argamassa* (para as rochas) – campo onde é registrado o percentual da superfície do objeto recoberta por argamassa.
 - *Material agregado* (para as argamassas) – onde é registrada a ocorrência de materiais agregados às argamassas, independente

do seu caráter constitutivo ou intrusivo, tais como fragmentos de corais, carvão e areia (quartzo).

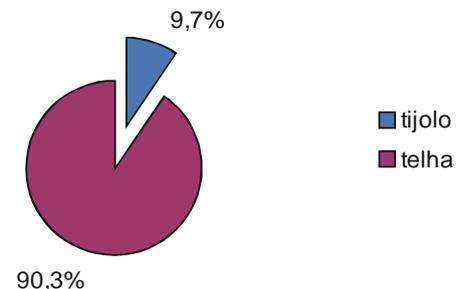
- Observação, Catálogo e Informações de Campo – conforme os parâmetros de registro do grupo anterior.

3.3.3.1. Telhas

As telhas representam a absoluta maioria dos materiais cerâmicos construtivos resgatados do sítio, com 90,3% de participação no total, conforme a tabela 5. Foram analisados 1995 fragmentos de telhas seguindo a metodologia citada que, no entanto, não foi aplicada na íntegra sob alguns aspectos como o comprimento, que permaneceu totalmente indeterminado, e a largura, aferida através de apenas 21 fragmentos. Por outro lado, o número expressivo de fragmentos deste conjunto, minimiza muito a margem de erro das demais características analisadas.

Tabela 5
Classificação do material cerâmico construtivo
por sub-categorias

sub-categoria	quantidade	%
tijolo	215	9,7%
telha	1.995	90,3%
total	2.210	100,0%



Como principais características morfológicas e constitutivas aferidas, pode-se destacar:

- A verificação da espessura entre 0,8 e 1,3 cm, com valor médio entre 1 e 1,1 cm;
- A predominância das superfícies porosas engobadas nas faces internas;
- A utilização de pequenos grãos de quartzo como antiplástico e chamote em menor quantidade;

- O registro das cores das peças, que variaram entre o creme, o laranja e o marrom nas superfícies, com poucas variações de tonalidade em relação ao núcleo, indicando uma queima de boa qualidade durante o processo de fabricação;
- A presença de marcas incisas e de dedos em 1,45% das peças analisadas.

O relatório conclui que as telhas foram fabricadas com a utilização de técnicas coloniais, em formas vazadas, sendo dada posteriormente a curvatura em *guarlape*³⁷. A massa foi misturada manualmente, apresentando um bom índice de queima.

3.3.3.2. Tijolos

Os tijolos são representados por 215 fragmentos cerâmicos analisados conforme a metodologia já referida que, assim como para as telhas, não foi integralmente utilizada, pois o conjunto não permitiu a determinação do comprimento dos objetos, dado o seu caráter fragmentário. Dentre as principais características morfológicas e constitutivas aferidas, pode-se destacar:

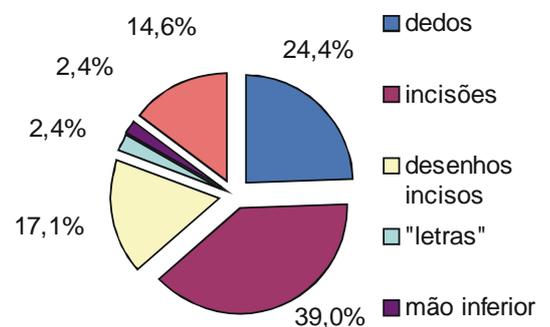
- A verificação da espessura entre 3 e 4,5 cm, com valor médio entre 3 e 3,9 cm;
- A verificação da largura, possível através da medição de apenas 21 fragmentos, entre 12 e 14,5 cm, com média entre 13 e 14,5 cm;
- A predominância dos tijolos com a face superior alisada ainda no quadro, durante a confecção, e face inferior porosa;
- A utilização de pequenos grãos de quartzo como antiplástico, além de chamote e material malacológico em menor quantidade;

³⁷ Na fabricação de telhas a massa é lançada em uma forma trapezoidal plana que determina a sua espessura e forma no plano. A curvatura é dada posteriormente em um molde denominado *guarlape* (Junqueira, 1986 cf. Nascimento et al., 2002:104).

- O registro das cores das peças, que variaram entre o creme e o laranja, com núcleo predominantemente cinza, indicando a queima incompleta das peças;
- A presença de marcas incisadas, formando letras ou desenhos, realizadas com dedos, formando volutas [figuras 41 a 45, pág. 68], em 19,1% das peças, conforme a tabela 6.

Tabela 6
Marcas superficiais dos tijolos cerâmicos

marcas	quantidade	%
dedos	10	24,4%
incisões	16	39,0%
desenhos incisos	7	17,1%
"letras"	1	2,4%
mão inferior	1	2,4%
indeterminado	6	14,6%
total	41	100,0%



Assim como as telhas, a análise do relatório de atividades conclui que os tijolos foram confeccionados com formas vazadas, técnica tradicional trazida pelos portugueses no início da colonização e re-adaptada ao longo dos séculos. As peças apresentaram um padrão morfo-tecnológico pouco oscilante, fator indicativo de que as mesmas procedem de uma mesma origem fabril. Outro dado aferido recentemente é a ocorrência de argamassa impregnada nos tijolos, constatado na face inferior de apenas três fragmentos do conjunto.

3.3.3.3. Cravos

Dos 13 fragmentos de cravos encontrados, apenas um ofereceu condições para a verificação do seu comprimento, que neste caso alcançou os 9,5 cm. Todos possuem haste prismática retangular e três peças apresentam vestígios de argamassa, o que pode estar indicando o seu uso primitivo fixado em uma parede de alvenaria. Quanto às demais peças, seu uso não pôde ser determinado.

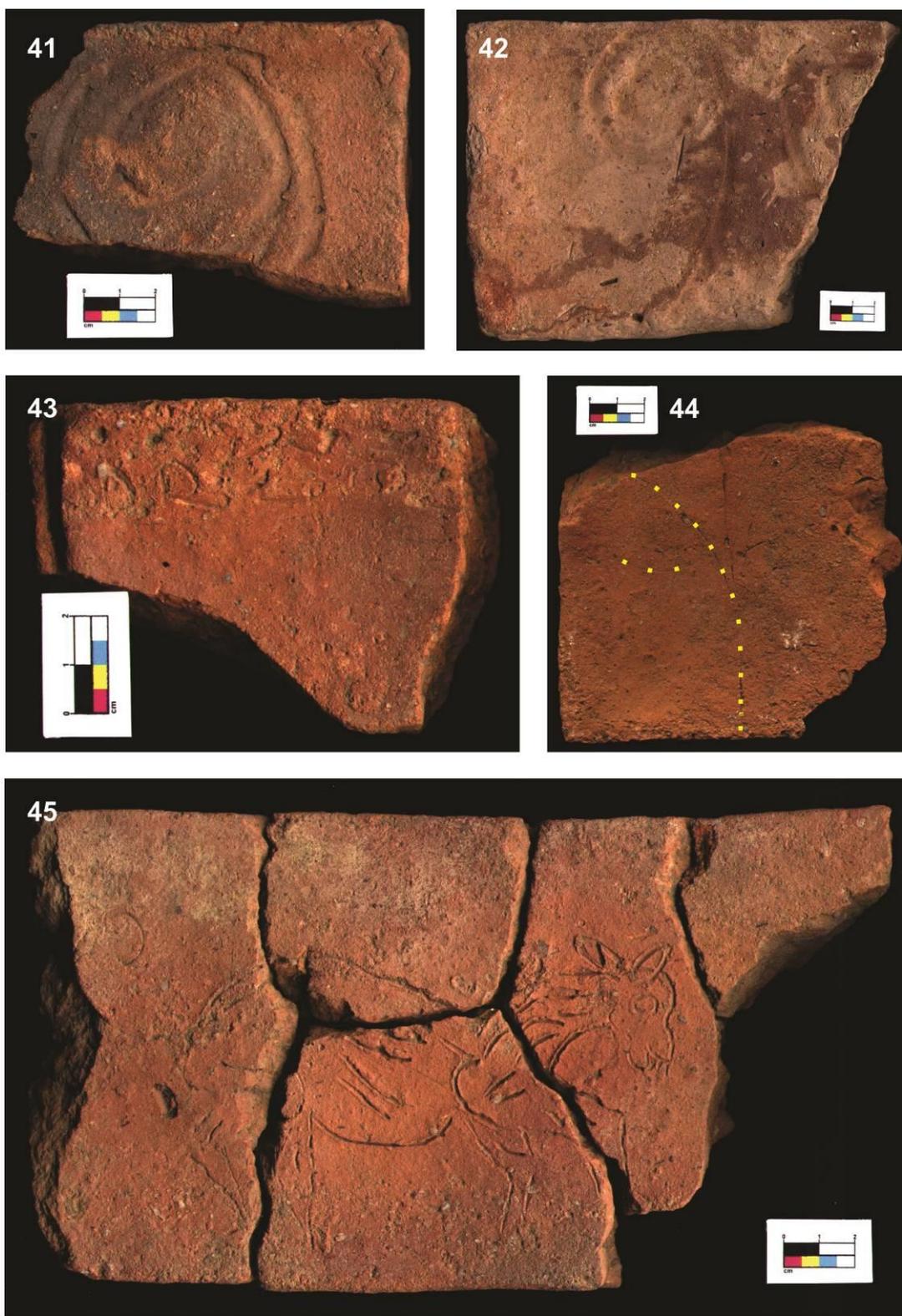


Figura 41: Fragmento de tijolo cerâmico decorado com voluta.

Figura 42: Fragmento de tijolo cerâmico decorado com volutas - uma inteira, à esquerda, e parte de outra, à direita.

Figura 43: Fragmento de tijolo cerâmico com incisões em forma de letras (ore...?).

Figura 44: Fragmento de tijolo cerâmico com incisões formando um desenho. Duas das linhas estão destacadas pelo tracejado (fitomorfo?).

Figura 45: Fragmentos de tijolo cerâmico com desenho inciso de um eqüino.

3.3.3.4. Rochas

Dentre as 610 rochas do conjunto de vestígios construtivos, a absoluta maioria, ou 590 exemplares, correspondem a materiais extraídos das formações marinhas existentes a poucos metros da praia. A cor roxa é predominante, presente em 61% da amostra, seguida pelo bege com 28,7% e o amarelo com 5,1%. As cores branca e cinza, somadas às indeterminadas, perfazem os demais 5,2% do total.

3.3.3.5. Fragmentos de argamassa

Na análise macroscópica dos 585 fragmentos de argamassa, o conjunto apresentou tonalidades de laranja, enquanto aspecto geral, resultado provável da utilização de argila do local na sua composição. Quanto ao material agregado, em 98,0% do conjunto, é possível notar a presença de quartzo e pequenos fragmentos de coral, cuja homogeneidade da combinação é quebrada apenas pela presença de fragmentos de carvão em 17,8% do total analisado, material intrusivo, indicativo das condições de produção da própria argamassa ou da cal, obtida pela queima de algas calcárias, moluscos e corais mineralizados³⁸. No restante do conjunto, em 1,7% dos fragmentos, não foi notada a presença de corais, enquanto em 0,3% observou-se a presença de conchas.

3.3.3.6. Datação absoluta

Um fragmento de tijolo do nível + 0-20 cm da área atribuída aos vestígios de um piso foi enviado para a o Laboratório de Vidros e Datação do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), em São Paulo, para a realização de uma datação pelo método da Termoluminescência (TL)³⁹. Conforme o resultado

³⁸ A matéria-prima para o fabrico da cal poderia ser obtida nos bancos de algas calcárias e recifes de corais que ocorrem em toda a costa (Dominguez, 2000).

³⁹ Cristais iônicos, presentes particularmente nos grãos de quartzo, possuem propriedades de luminescência térmica ou oticamente estimulada. Sua aplicação na arqueologia ocorre na datação de vasos cerâmicos, terras queimadas, telhas e tijolos antigos (Watanabe; Sengupta, 1997:161). Para a realização da datação é enviado ao laboratório um fragmento cerâmico, juntamente com uma amostra de solo do local em que a peça foi encontrada.

da amostra LVD nº 485, obteve-se uma data de 490 ± 60 anos AP⁴⁰, que corresponde ao intervalo temporal entre 1450 e 1570 AD. Desprezando-se os cerca de 50 anos da margem de erro que alcançam o século XV e, portanto, antecedem à chegada de Cabral a Porto Seguro, o resultado indica que a camada arqueológica evidenciada é datada do século XVI, correspondendo ao período historicamente atribuído à instalação franciscana no local.

⁴⁰ Pelo critério adotado pelo laboratório, o “Presente” corresponde ao momento da realização da análise, no caso o ano 2000, ao contrário dos resultados radiocarbônicos, cujo “Presente” corresponde sempre ao ano 1950 (Renfrew & Bahn, 1993:130).

4. INTERPRETAÇÃO DOS VESTÍGIOS CONSTRUTIVOS

4.1. ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Para apresentar o resultado da análise de 11 fotos, cada uma delas é apresentada duas vezes: a primeira em seu aspecto original e a segunda editada, com anotações elaboradas sobre a figura. As seqüências alfabéticas indicadas nas imagens editadas representam as observações relacionadas nos tópicos do texto, enquanto as seqüências numéricas apresentam informações listadas em legendas nas próprias imagens para identificar elementos de interesse.

Nas três primeiras fotos é possível observar uma coluna construída em alvenaria de pedra, registrada como remanescente da Igreja de São Francisco de Assis pelo SPHAN em 1939. Nas imagens editadas da coluna, são apresentadas as suas dimensões e uma escala humana para facilitar a leitura do elemento arquitetônico, visto que não existem elementos para referência de escala nas fotos. O tamanho do objeto foi aferido a partir das relações estabelecidas entre as fotos e os vestígios construtivos, conforme apresentado nos itens 4.2 e 4.3.

As intrigantes imagens da coluna de pedras, somadas às demais informações iconográficas e arqueológicas, geraram uma ampla discussão a respeito dos motivos que levariam à construção de uma coluna com uma seção terminal mais larga e o por que de não terem sido encontrados outros elementos de alvenaria de pedra no sítio. O objetivo deste capítulo é refletir sobre estes questionamentos.

As demais fotos apresentadas foram obtidas após o término das escavações e colaboram substancialmente para a construção de hipóteses sobre a localização do edifício da igreja, permitindo também um melhor entendimento dos processos naturais e antrópicos que agiram sobre o sítio arqueológico no decorrer do século XX.

4.1.1. Foto 1 – “Igreja da Glória – Ruínas”

<i>Descrição sumária</i>	Elevação leste da coluna de alvenaria de pedra.
<i>Autor</i>	Eric Hess
<i>Fonte</i>	IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos
<i>Data</i>	1939

As três primeiras fotos analisadas compõem o registro iconográfico mais antigo até agora identificado sobre o Outeiro da Glória. A imagem do elemento arquitetônico mostrado na foto fornece algumas informações acerca de sua constituição e de como poderia estar integrado ao corpo de um edifício.

Observações indicadas nas fotos editadas [figuras 47 e 48]:

- a) Há um espécime arbustivo crescendo sobre a coluna;
- b) A proeminência formada pela diferença de largura entre a seção superior e o corpo da coluna forma um ângulo reto;
- c) A coluna pode ser dividida em três seções distintas de acordo com o seu aspecto externo, considerando a argamassa que recobre a sua superfície e as rochas expostas (c1, c2 e c3);
- d) Há uma pequena área da base com aspecto de um triângulo, no canto direito, que não está recoberto pela argamassa vista no restante da superfície da coluna;
- e) Junto à coluna há um montículo de terra (e1) e um buraco (e2). O montículo precede ao buraco, pois o primeiro foi cortado e apresenta vegetação, como pode ser visto em suas laterais. As marcas na face cortada do montículo são resultados das ferramentas utilizadas para a escavação do buraco e/ou erosão;

- f) A vegetação ao redor da coluna de pedras foi recentemente cortada, talvez por ocasião do registro fotográfico. Há uma vara de madeira apoiada do lado esquerdo (f1), outra no montículo, à direita (f2), e uma terceira no interior do buraco, próxima à coluna (f3);
- g) A coluna aparenta estar em prumo;
- h) No detalhe são destacadas linhas diagonais paralelas em toda a estrutura e apresentadas algumas hipóteses conforme abordado adiante.

Hipóteses com indicações na segunda foto editada [figura 48]:

- Quanto à função do objeto, caso ele realmente tenha integrado o edifício de uma igreja, parece que o seu uso mais provável tenha sido como base para uma sineira, tipo ‘espadaña’⁴¹, hipoteticamente representada em corte (i), considerando a possibilidade de o edifício ter sido construído utilizando-se técnicas construtivas em barro, material com menor resistência para sustentar um sino do que a alvenaria de pedras⁴²;
- O ângulo reto que há entre a parte superior e o corpo da coluna (b) pode representar o negativo de uma parede de barro (taipa ou adobe, por exemplo). Neste caso, o montículo de terra aos pés da coluna (f2) seria o remanescente de uma parede de barro, hipoteticamente representada em corte (j);
- A diferença entre as seções (c1, c2 e c3) pode estar relacionada com as etapas de construção da coluna, que pode ter ocorrido em momentos distintos;

⁴¹ Este elemento arquitetônico é recorrente na arquitetura religiosa da Bahia e consiste em uma estrutura que comporta os sinos da igreja sem a necessidade das tradicionais torres. O IPAC-Ba inventariou vários exemplares de interesse em composições variadas, compreendendo estruturas autônomas, destacadas ou não do corpo principal do edifício, ou ainda integradas ao arcabouço da nave, apoiada em uma de suas laterais.

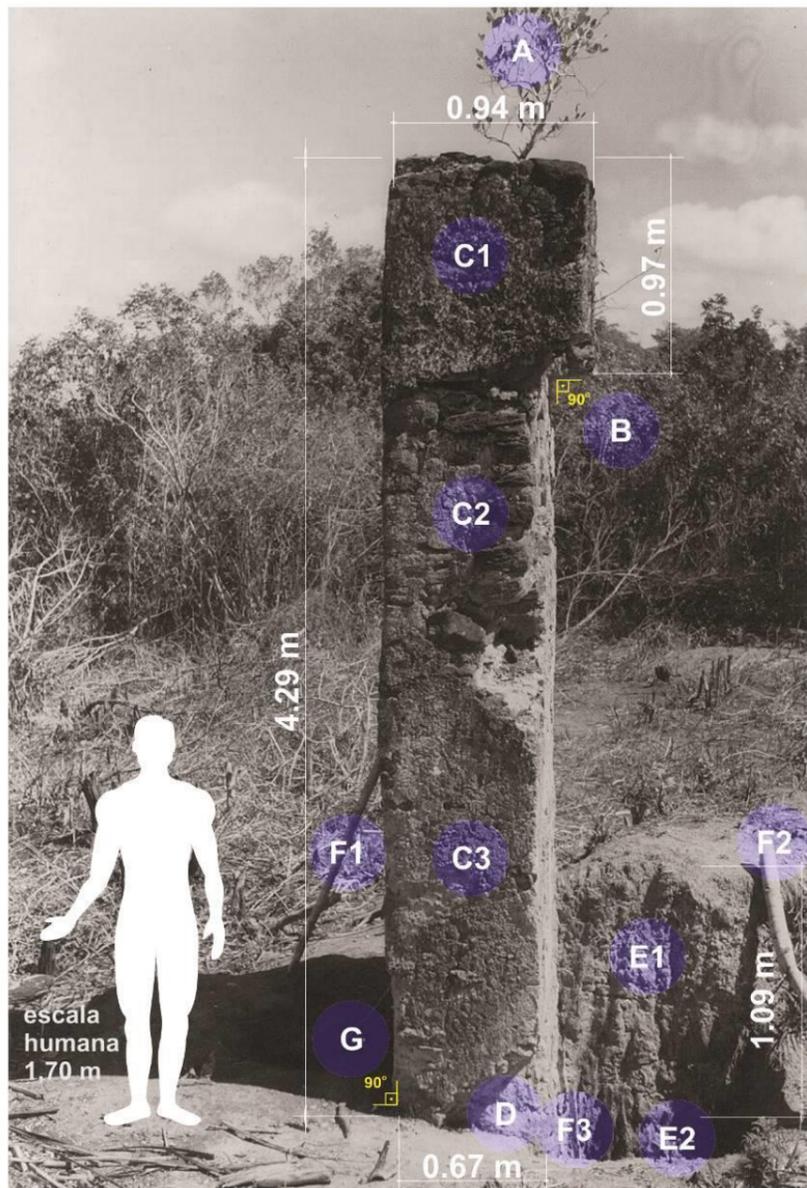
⁴² Em muitos casos os campanários não integravam o corpo principal das construções. A independência estrutural dos campanários evitava vibrações que pudessem provocar rachaduras, comprometendo lentamente a estrutura do prédio. Por outro lado, a arquitetura colonial brasileira é repleta de exemplos de edifícios grandes e resistentes construídos em taipa de pilão, por exemplo.

- A falha no revestimento da base pode estar indicando que o montículo ocupava a área onde está o buraco e ainda interceptava parcialmente esta face visível da coluna, que ficou protegida de um capeamento realizado com argamassa mais recente;
- Conforme o indicado na imagem editada, linhas diagonais podem ser visualizadas na coluna (h). Considerando as linhas não apenas como marcas do revestimento, elas estariam indicando que as fiadas de pedra que constituem este elemento estão dispostas em forma de cunha. Tal procedimento teria o objetivo de transmitir uniformemente a carga extra da seção superior, mais larga, através do corpo da coluna para a sua fundação, evitando desta forma o recalque diferencial e impedindo que tanto a seção superior quanto a própria coluna se apoiassem indesejavelmente em algum outro elemento construtivo contíguo.



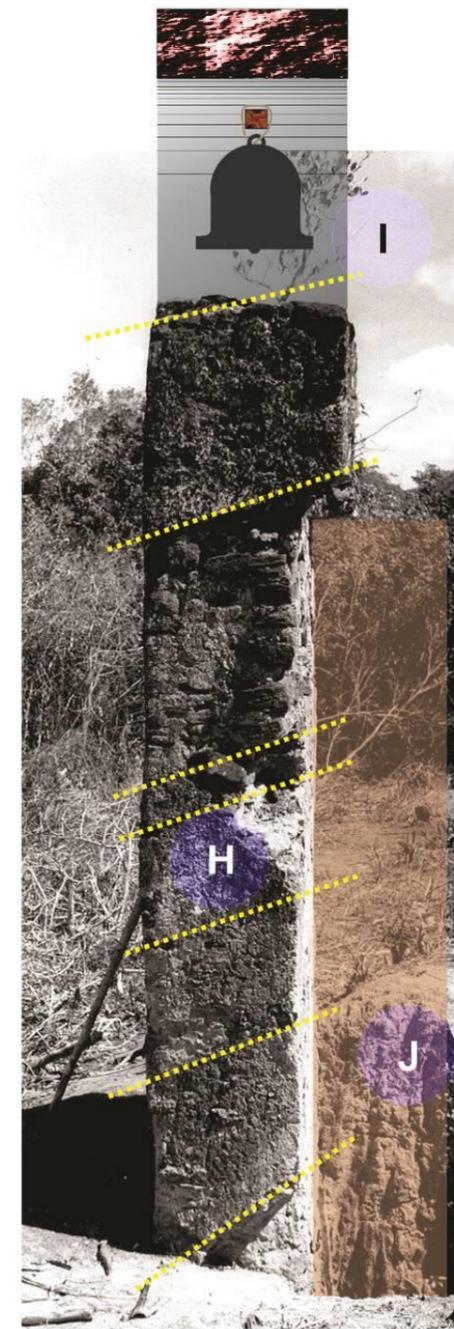
46

Figura 46: Elevação leste da coluna de alvenaria de pedra em 1939 (Erik Hess).



47

Figuras 47 e 48: Observações sobre a imagem original.



48

FIGURAS 46 a 48
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 1: "Igreja da Glória - Ruínas", 1939

Fonte: IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos

4.1.2. Foto 2 – “Igreja da Glória – Ruínas”

<i>Descrição sumária</i>	Elevação norte da coluna de alvenaria de pedra, tendo ao fundo a Ponta do Apaga Fogo, à esquerda, e a Cidade Alta de Porto Seguro, à direita.
<i>Autor</i>	Eric Hess
<i>Fonte</i>	IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos
<i>Data</i>	1939

Esta foto é a mais importante de todo o conjunto analisado, pois atesta a localização no sítio do Outeiro da Glória, referenciando-o em relação a elementos da paisagem de Porto Seguro facilmente identificáveis, como os edifícios da Cidade Alta. Além disso, a imagem permite associar os vestígios arqueológicos à coluna visualizada, conforme apresentado mais adiante.

Observações indicadas na foto editada [figura 50]:

- a) É possível identificar a localização da coluna de pedras em relação aos planos posteriores da imagem, onde se visualiza, à esquerda, a área ocupada atualmente pela cidade baixa de Porto Seguro, com o rio Buranhém ao fundo (a1) e, à direita, os edifícios da cidade alta (a2), conforme ampliações destes detalhes mostrados na seqüência;
- b) Além do espécime arbóreo que nasceu no topo da coluna, a imagem mostra um segundo, se desenvolvendo entre a seção superior e a intermediária;
- c) A superfície da coluna não é uniforme, notando-se as seguintes diferenças entre as seções do objeto: a seção superior (c1), apesar de escurecida, é a que apresenta maior uniformidade superficial, com poucas lacunas e rochas de arenito expostas, excetuando-se o topo; a seção intermediária (c2) apresenta uma lacuna maior na região central. A argamassa encontra-se

fragilizada, com rachaduras e perda de material em vários pontos; Na seção inferior nota-se a perda significativa de materiais construtivos em um ponto da aresta esquerda e dois à direita (c3). A superfície desta seção mantém uma regularidade maior que a da anterior, apresentando pequenas lacunas.

Observações sobre ampliação do lado esquerdo [figura 51]:

Nesta ampliação do lado esquerdo da foto, é possível identificar um sobrado na atual av. Portugal (1), o rio Buranhém e a sua margem direita no Arraial d'Ajuda (2).

Observações sobre ampliação do lado direito [figura 52]:

Nesta ampliação do lado direito da foto, pode-se visualizar, no canto esquerdo, a fachada posterior da antiga casa de câmara e cadeia (1), a fachada lateral de uma residência na rua da Misericórdia (2), parte do frontispício e do telhado da Igreja de Na. Sra. da Pena (3) e a fachada lateral esquerda da Igreja da Misericórdia (4).

Hipóteses:

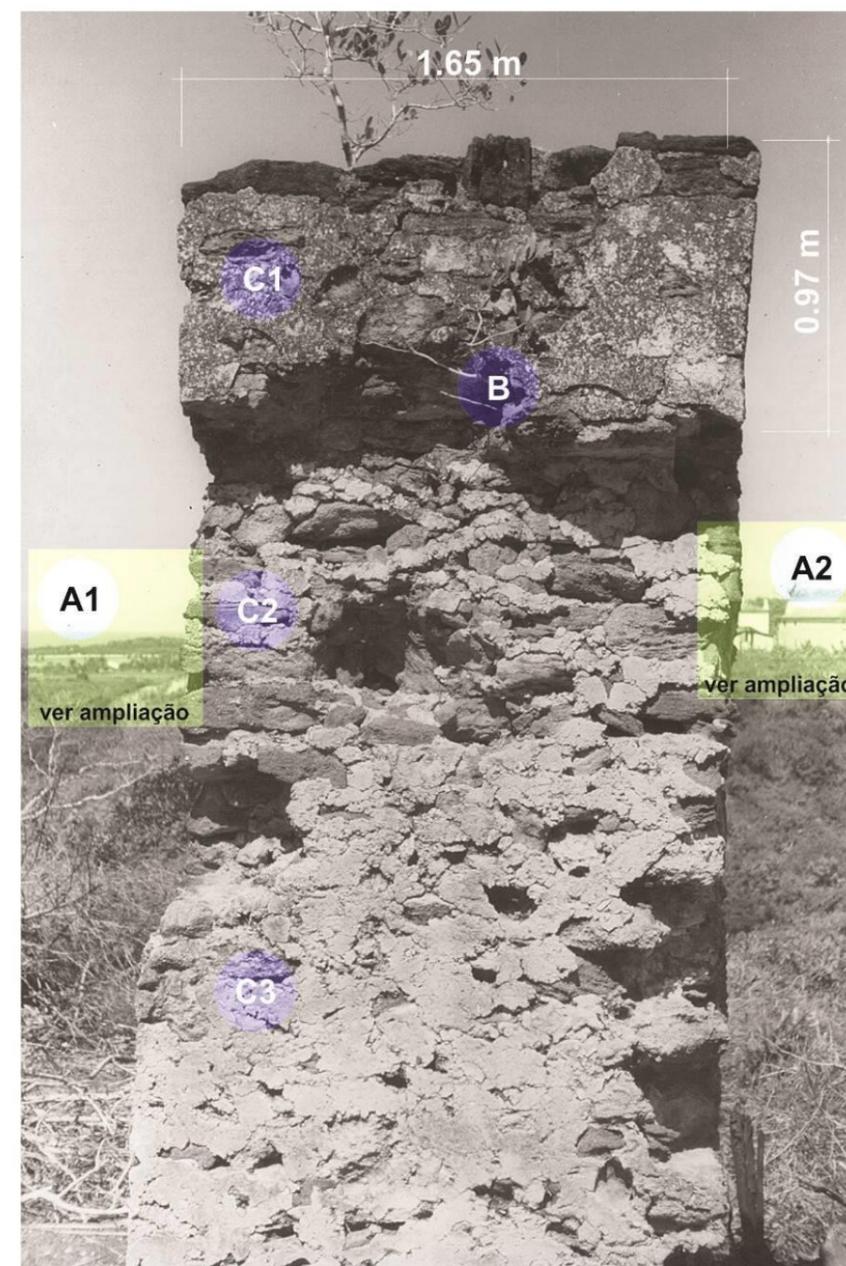
- A julgar pela vegetação mostrada na foto anterior, o desmate atrás do objeto principal foi intencionalmente executado para estabelecer uma relação espacial entre a coluna e os planos ao fundo, onde estão vários referenciais fixos;
- Considerando a possibilidade do edifício ter sido construído em taipa de pilão ou outra técnica construtiva utilizando a própria terra do local, a diferença de revestimento entre a seção superior e corpo da coluna pode indicar que ela foi construída rente a uma parede de taipa. A reentrância que marca o início seção superior, mais larga, representaria a altura desta parede;
- As diferenças entre as seções intermediária e inferior, com a observação inclusive de variações nas dimensões das seções, reforçam a possibilidade de sua relação com as etapas de construção da coluna.



49

Figura 49: Elevação norte da coluna de alvenaria de pedra em 1939 (Erik Hess).

Figura 50: Observações sobre a imagem original.



50

FIGURAS 49 e 50
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 2: "Igreja da Glória - Ruínas", 1939

Fonte: IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos



51

Figura 51: Observações sobre a ampliação A1 - lado esquerdo da figura 50.

Figura 52: Observações sobre a ampliação A2 - lado direito da figura 50.

LEGENDA

- 1 - Sobrado na atual avenida Portugal (Passarela do Álcool)
- 2 - Margem direita do rio Buranhém (Ponta do Apaga Fogo)
- 3 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu de Porto Seguro)
- 4 - Residência na rua da misericórdia
- 5 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Pena
- 6 - Igreja da Misericórdia (atual Museu de Arte Sacra)



52

FIGURAS 51 e 52
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 2: "Igreja da Glória - Ruínas", 1939

Fonte: IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos

4.1.3. Foto 3 – “Igreja da Glória – Escavação”

<i>Descrição sumária</i>	Escavação na base da coluna de alvenaria de pedra mostrando a sua fundação.
<i>Autor</i>	Eric Hess
<i>Fonte</i>	IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos
<i>Data</i>	1939

Observações indicadas na foto editada [figura 54]:

- a) Não é possível visualizar com clareza o início do embasamento da coluna no fundo do buraco, mas é perceptível a umidade junto ao provável início da estrutura;
- b) Desconsiderando o estado de conservação da parte da coluna exposta às ações intempéricas, a fundação (b1) tem um revestimento semelhante e contínuo em relação ao da parte superior (b2), atestando a originalidade da argamassa que recobre todas as superfícies.

Hipóteses:

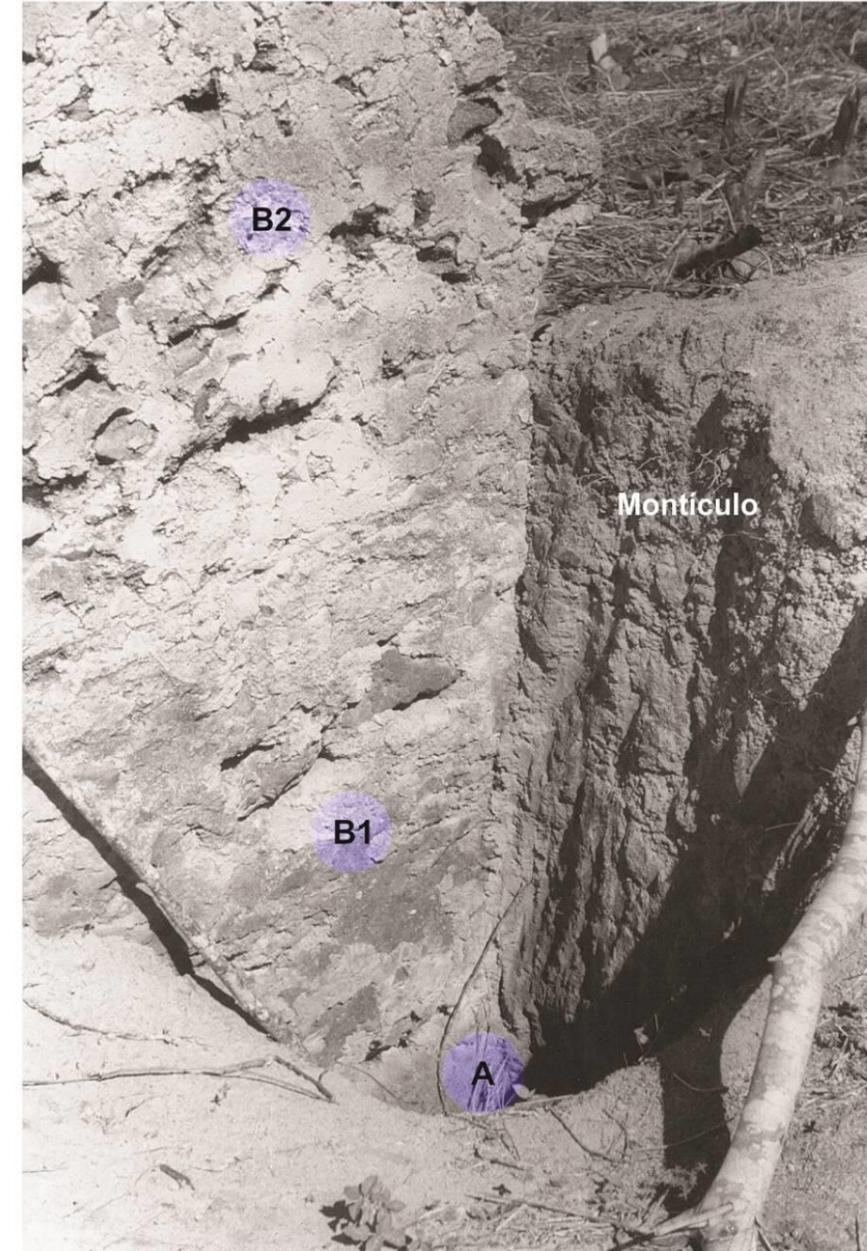
- O buraco pode ter sido escavado por curiosos em busca de tesouros;
- A escavação do buraco foi realizada por ocasião da foto de registro da coluna, que fora submetida a uma ‘pesquisa’ em seu alicerce.



53

Figura 53: Escavação na base da coluna de alvenaria de pedra mostrando a sua fundação. 1939 (Erik Hess).

Figura 54: Observações sobre a imagem original.



54

FIGURAS 53 e 54
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 3: "Igreja da Glória - Escavação", 1939

Fonte: IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos

4.1.4. Foto 4 – Coluna de pedras em 1958

<i>Descrição sumária</i>	Faces norte e oeste da coluna de pedras, em perspectiva.
<i>Fonte</i>	<i>Enciclopédia dos Municípios Brasileiros</i> (IBGE, 1958:134)
<i>Autor</i>	Não identificado
<i>Data</i>	1958 (no máximo)

Observações indicadas na foto editada [figura 56]:

- a) Em relação às fotos anteriores, esta imagem mostra a coluna de pedras em melhor estado de conservação. A superfície recebeu novo revestimento de argamassa e não são perceptíveis rachaduras ou espécimes vegetais;
- b) Apesar da consolidação realizada, observa-se a desagregação recente do material construtivo (b1 e b2);
- c) Algumas lacunas do objeto correspondem ao preenchimento daquelas registradas na foto anterior (c1 e c2);
- d) Não é mais perceptível o buraco ao pé da coluna mostrado nas fotos de 1939.

Hipóteses:

- A coluna sofreu uma intervenção de conservação após o registro do SPHAN, cujo resultado não surtiu o efeito desejado para a obturação das lacunas maiores.



55

Figura 55: Face norte da coluna de pedras em perspectiva.

Figura 56: Observações sobre a imagem original e comparação com a Foto 2, de 1939.

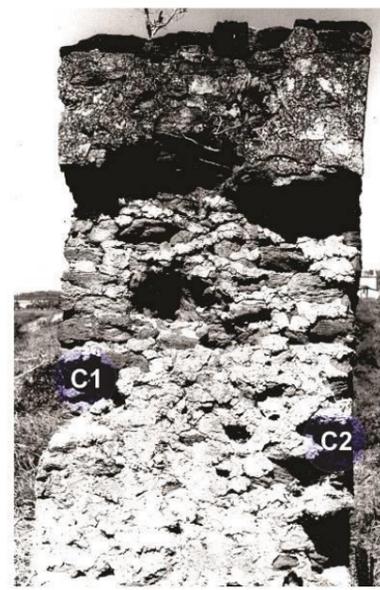
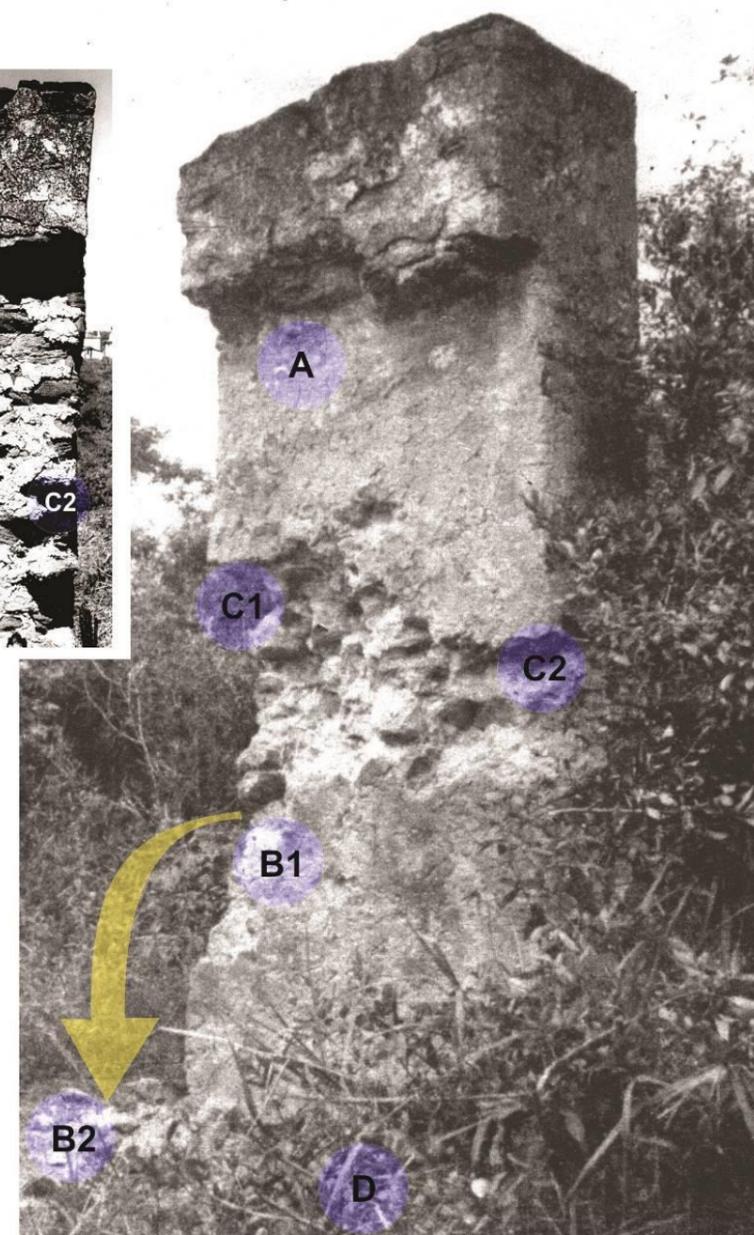


Foto 2 (1939)



56

FIGURAS 55 e 56
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 4: Coluna de pedras em 1958

Fonte: *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (IBGE, 1958:134)

4.1.5. Foto 5 – Sobrevôo em 1973

<i>Descrição sumária</i>	Vista panorâmica de Porto Seguro no sentido Norte-Sul, com destaque para a Sede do município no período de inauguração da rodovia BR-367.
<i>Fonte</i>	Arquivo pessoal do Sr. Romeu Fontana
<i>Data</i>	1973

Observações indicadas nas fotos editadas [figuras 58 e 59]:

- a) São perceptíveis três áreas distintas, conforme o aspecto da cobertura vegetal: a primeira, onde estão os restos construtivos, apresenta vegetação rasteira (a1); a segunda corresponde a uma faixa com cobertura vegetal preservada (a2); e na terceira é registrada uma movimentação de terra (a3);
- b) A grande movimentação de terra na porção norte do Outeiro indica que a elevação foi utilizada como área de empréstimo para a construção da rodovia BR-367;
- c) Parte significativa da superfície do platô teve a superfície revolvida pela movimentação de máquinas pesadas;
- d) Não é perceptível a presença da coluna de pedras na área atribuída às ruínas da igreja.

Hipóteses:

- É possível que a coluna de pedras já estivesse caída quando foram iniciadas as movimentações de terra mostradas na foto;

- O período de construção da rodovia BR-367 pode coincidir com a destruição da base da coluna de pedras, devido à presença de máquinas pesadas no local;
- A movimentação de terra sobre o platô pode não ter relação apenas com a obra da rodovia. A limpeza do terreno e a retirada de sedimentos podem estar associadas a outros motivos.



57

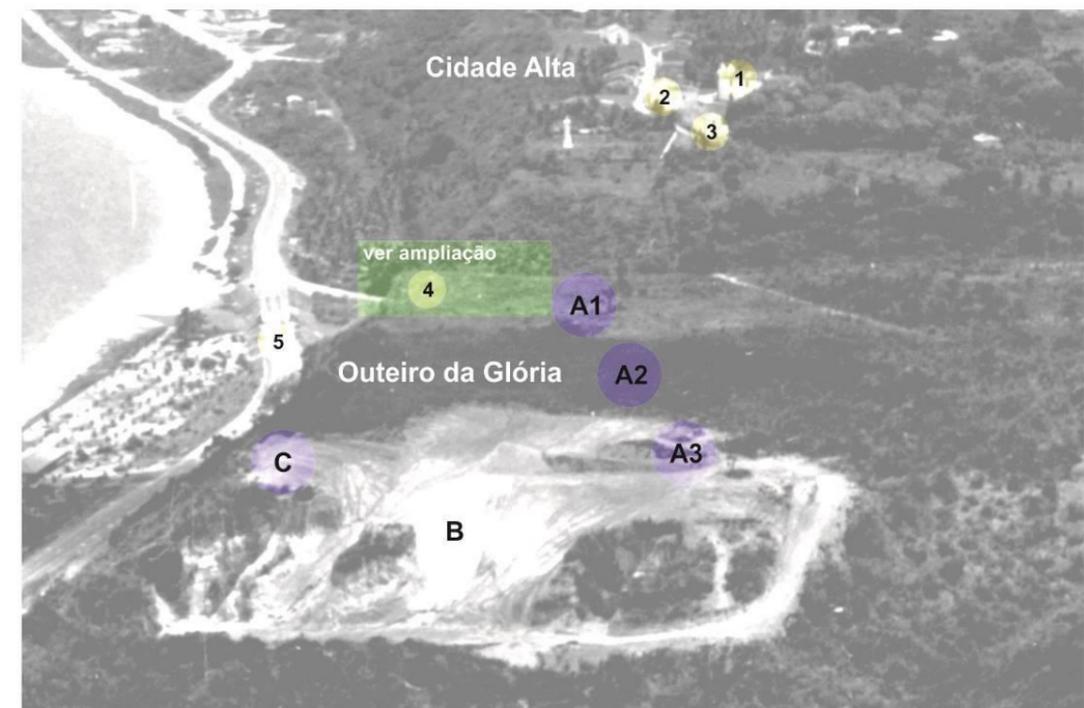
Figura 57: Vista panorâmica de Porto Seguro no sentido Norte-Sul, com destaque para a Sede do município no período da inauguração da BR-367.

Figura 58: Observações sobre a ampliação da imagem anterior.

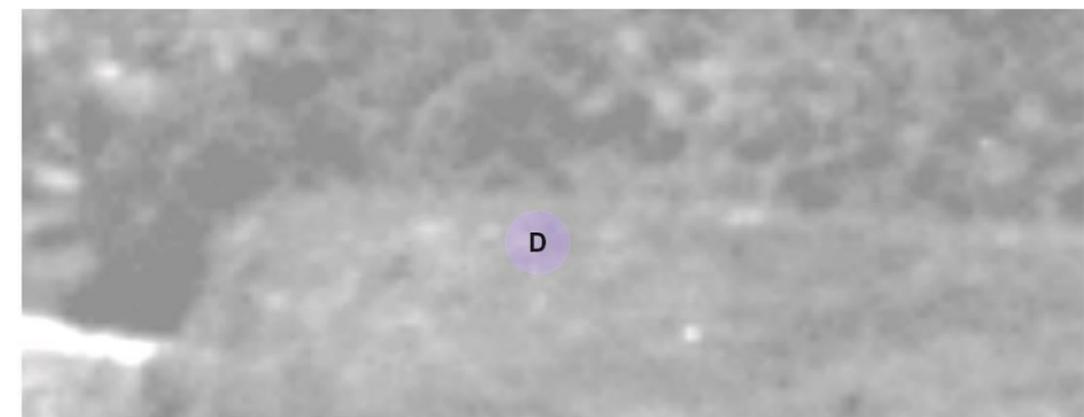
Figura 59: Ampliação da figura 58.

LEGENDA

- 1 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Pena
- 2 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu de Porto Seguro)
- 3 - Igreja da Misericórdia (atual Museu de Arte Sacra)
- 4 - Área principal do sítio arqueológico
- 5 - Rodovia BR-367



58



59

FIGURAS 57 a 59
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 5: Sobrevôo em 1973

Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Romeu Fontana

4.1.6. Fotos 6 até 10 – “Igreja do Outeiro da Glória: vestígios dos muros”

<i>Descrição sumária</i>	Fotos de registro do inventário estadual, mostrando os vestígios construtivos de vários ângulos.
<i>Fonte</i>	Arquivo do IPAC-Ba – Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia
<i>Autor</i>	Não especificado
<i>Data</i>	1982

Estas cinco fotos foram analisadas em conjunto e correspondem ao registro fotográfico realizado durante o levantamento de campo do inventário estadual, precedendo em dois anos o arrasamento do sítio por máquinas pesadas. Além de mostrar o estado de conservação dos vestígios construtivos em alvenaria de pedra, é possível observar o que havia ao seu redor. Para uma correta interpretação das imagens, foram destacados alguns elementos a fim de utilizá-los como referência, colaborando na percepção da profundidade das imagens e na relação espacial entre os objetos. As fotos 6, 7 e 8 [figuras 60, 62 e 63] são as mesmas publicadas no inventário (Bahia, 1988:357-8), enquanto as outras duas [figuras 66 e 67] são inéditas.

Observações indicadas nas fotos editadas [figuras 65 a 69]:

- a) Na foto 6 é possível observar uma sucessão de elevações de terra, vistas sob outro ângulo na foto 10, em um traçado contínuo. Comparando-se estas elevações com a área onde estão os vestígios de alvenaria de pedra, presume-se que as mesmas não possuem menos de 1 metro de altura, considerando-se a altura do montículo que embasa o bloco de alvenaria (1) visto na foto;
- b) Conforme a foto 6, a área onde estão localizados os blocos de alvenaria não é composta apenas do montículo remanescente. Ao contrário, ela está

inserida em um conjunto formado pelas demais elevações destacadas anteriormente;

- c) De acordo com o registrado nas fotos 7 e 8, a área dos blocos de alvenaria de pedra encontra-se no mesmo estado de conservação verificado no início das pesquisas arqueológicas, reforçando que não há relação entre a destruição da coluna de pedras e a terraplenagem do sítio, registrada em 1984;
- d) A foto 9 foi tirada muito próxima ao montículo, registrado no sentido do interior para o mar (W-E). Ele foi enquadrado com a câmera ao nível do seu topo, dificultando o estabelecimento de uma relação com os planos posteriores, pois foi criada a ilusão de um desnível. Entretanto, a presença de duas pessoas a noroeste do observador (d) colabora para corrigir este efeito, visto que eles estão posicionados logo após as elevações vistas nas fotos anteriores (a);
- e) Para entender o ângulo da foto 10 em relação à imagem anterior, a peça de madeira mostrada ao centro da foto 9 repete-se na imagem seguinte, conforme a linha tracejada, servindo de referência. Deste modo, a foto 10 foi tirada de cima do montículo em direção ao mar, mostrando o espaço contíguo a este, assim como as demais elevações de terra (a), parcialmente mostradas na foto 6. As elevações, vistas deste ângulo, delimitam um perímetro (e).

Hipóteses:

- O montículo e as demais elevações de terra corresponderiam aos ‘alicerces’ informados no inventário estadual (Bahia, 1988:358), constituídos de taipa de pilão;
- O lado interno do perímetro formado pelas elevações de terra, observado na foto 9 (e), corresponderia à nave da igreja.



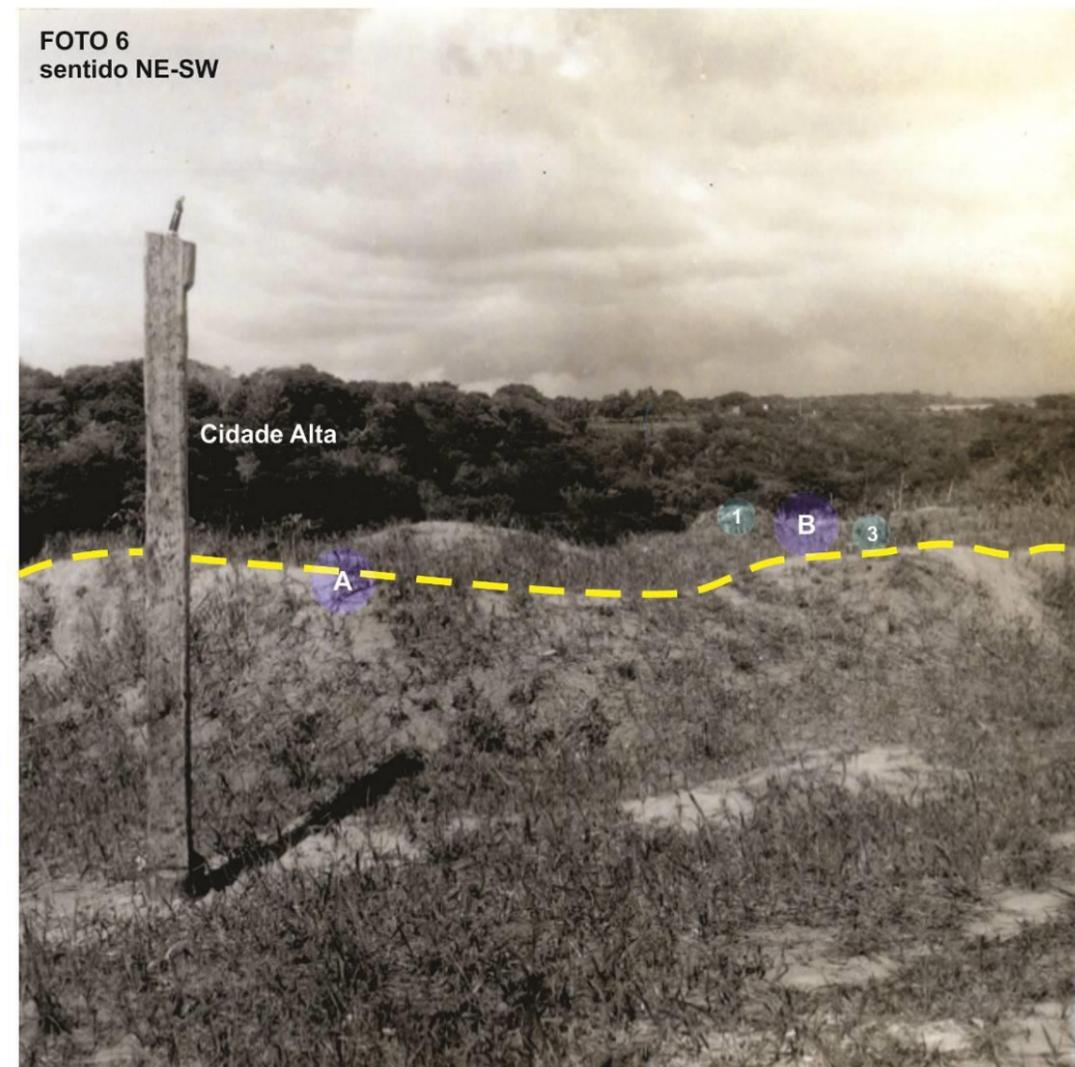
60

Figura 60: Sítio arqueológico visto no sentido NE-SW, com a Cidade Alta ao fundo.

Figura 61: Observações sobre a imagem anterior.

LEGENDA

- 1 - Bloco menor de alvenaria de pedra
- 2 - Bloco maior de alvenaria de pedra
- 3 - Montículo
- 4 - Cruzeiro



61

FIGURAS 60 e 61
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 6: "Igreja do Outeiro da Glória: vestígios dos muros", 1982

Fonte: Arquivo do IPAC-BA



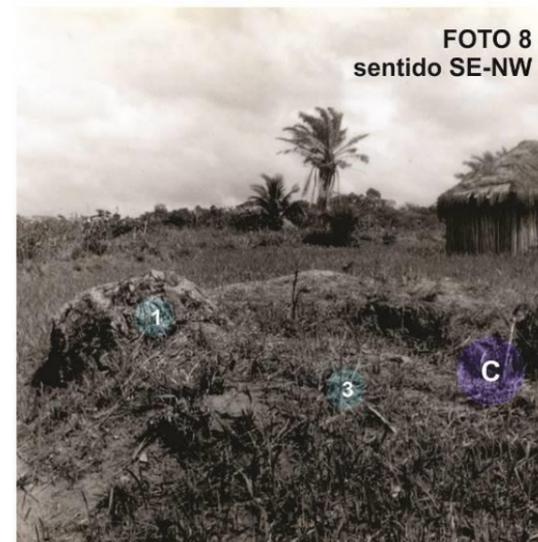
62



63



64



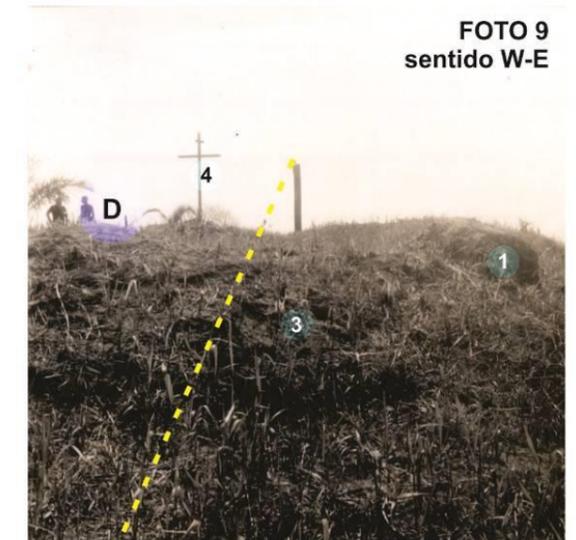
65



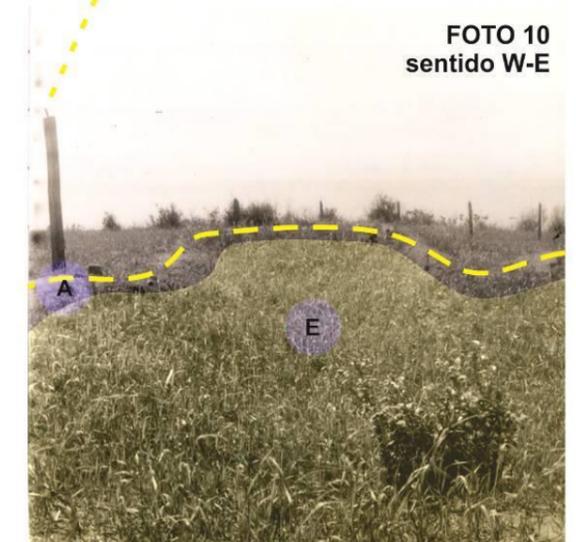
66



67



68



69

Figura 62: Vista dos vestígios construtivos no sentido N-S, com a cidade de Porto Seguro ao fundo.

Figura 63: Vista dos vestígios mostrados na foto anterior no sentido SE-NW.

Figuras 64 e 65: Observações sobre as duas imagens anteriores.

Figura 66: Sítio arqueológico visto no sentido W-E, a partir da área dos vestígios construtivos, em primeiro plano.

Figura 67: Sítio arqueológico visto no mesmo sentido da imagem anterior, após a área dos vestígios construtivos, em direção ao mar.

Figuras 68 e 69: Observações sobre as duas imagens anteriores.

LEGENDA

- 1 - Bloco menor de alvenaria de pedra
- 2 - Bloco maior de alvenaria de pedra
- 3 - Montículo
- 4 - Cruzeiro

FIGURAS 62 a 69
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Fotos 7 a 10: "Igreja do Outeiro da Glória:
vestígios dos muros", 1982

Fonte: Arquivo do IPAC-BA

4.1.7. Foto 11 – Sobrevôo entre 1973 e 1984

<i>Descrição sumária</i>	Vista panorâmica de Porto Seguro no sentido sul-norte com destaque para a Cidade Alta, Outeiro da Glória e imediações ⁴³ .
<i>Fonte</i>	Arquivo pessoal do Sr. Romeu Fontana
<i>Autor</i>	Não identificado
<i>Data</i>	entre 1973 e 1984 ⁴⁴

Observações indicadas nas fotos editadas [figuras 71 e 72]:

- a) Em relação ao Outeiro de São Francisco (a) e imediações, o Outeiro da Glória é o local que se apresenta mais devastado, com sua cobertura vegetal na faixa próxima à falésia totalmente suprimida. Em relação à foto 5, observa-se o avanço da devastação desta área, com possível movimentação de terra;
- b) Parece haver a intenção em manter o terreno 'limpo', talvez com a realização de queimadas, a julgar pela coloração do solo exposto e pela ausência de vegetação;
- c) Há uma estrada de acesso bem demarcada em direção aos restos construtivos (linha tracejada). Este acesso termina circundando uma área que aparenta estar numa cota mais alta em relação ao restante do terreno, coincidindo com o registro fotográfico do conjunto anterior;
- d) A área em destaque foi alvo da terraplenagem ocorrida ao final de 1984, com a destruição das ondulações observadas.

⁴³ A imagem original é um pouco maior do que a mostrada aqui, alcançando até o Hotel Vela Branca, localizado na extremidade sul da Cidade Alta. O corte foi combinado com o Sr. Romeu para assegurar o 'ineditismo' da imagem, pois ela integrará uma publicação sua.

⁴⁴ A julgar pela presença da rodovia BR-367, inaugurada em 1973, e do estado de conservação do sítio arqueológico, ainda sem as alterações registradas por Edna Morley em 1984.

Hipóteses com indicação na segunda foto editada [figura 72]:

- A estrada tem como objetivo acessar as ruínas da antiga igreja. O seu traçado terminal circunda os restos construtivos (d);
- A localização da igreja coincide com a área alvo das escavações realizadas.



70

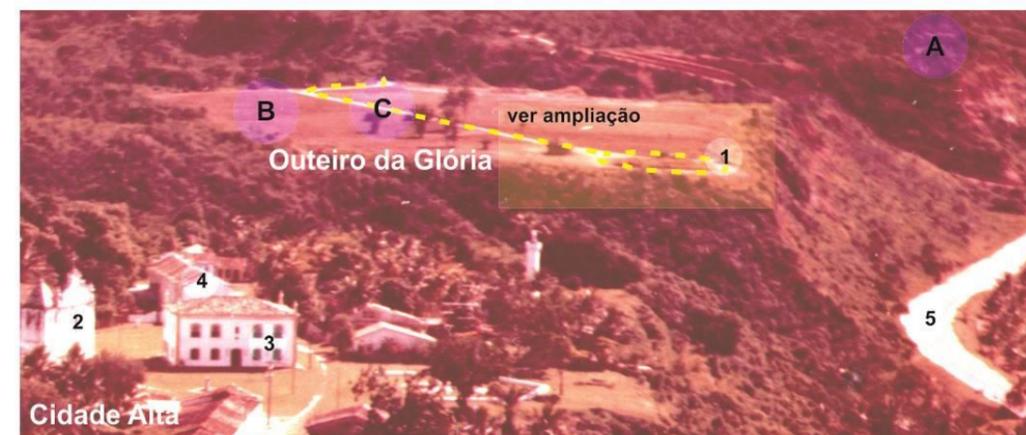
Figura 70: Vista panorâmica de Porto Seguro no sentido Sul-Norte, com destaque para a Cidade Alta, Outeiro da Glória e imediações.

Figura 71: Observações sobre a ampliação da imagem anterior.

Figura 72: Ampliação da figura 71 destacando a área principal do sítio arqueológico pesquisado.

LEGENDA

- 1 - Área principal do sítio arqueológico
- 2 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Pena
- 3 - Antiga Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu de Porto Seguro)
- 4 - Igreja da Misericórdia (atual Museu de Arte Sacra)
- 5 - Rodovia BR-367



71



72

FIGURAS 70 a 72
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

ANÁLISE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Foto 11: Sobrevôo entre 1973 e 1984

Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Romeu Fontana

4.2. RELAÇÃO ENTRE A COLUNA DE PEDRAS E OS VESTÍGIOS CONSTRUTIVOS

As três fotos encontradas no Arquivo Central do IPHAN, datadas de 1939, constituem, até o momento, os únicos registros iconográficos da coluna de alvenaria de pedra que havia no Outeiro da Glória. A partir das imagens, é possível situar aquele elemento arquitetônico no sítio arqueológico, sendo ainda possível estabelecer uma relação espacial deste objeto com o restante da cidade de Porto Seguro, que serve de pano de fundo a uma das imagens.

As fotos, além de apresentarem uma excelente resolução, possuem uma outra qualidade importante para a sua análise: em duas delas o fotógrafo posicionou sua câmera na direção dos eixos transversal e longitudinal do objeto, exibindo as faces leste e norte da coluna. Com isso, a distorção produzida pelo efeito de perspectiva foi reduzida, colaborando muito para a determinação das dimensões do elemento arquitetônico a partir dos vestígios construtivos encontrados⁴⁵.

No local em que foram encontrados, os blocos de alvenaria foram medidos e desenhados, estabelecendo-se aí, pela primeira vez, a possibilidade de associá-los às fotos de 1939, fator que determinou a posição do içamento das peças e o seu assentamento sobre os estrados de madeira. Deste modo, após a retirada dos blocos de alvenaria da área do montículo, foram realizadas fotos que buscaram registrar os vestígios em um ângulo semelhante ao da coluna de pedras vista nas fotos antigas, operação que contou com o auxílio de uma viatura utilizada para a manutenção de redes elétricas, pois o veículo é equipado com uma lança telescópica e cabine⁴⁶.

O registro fotográfico dos blocos permitiu a sua comparação com a Foto 2 pois, coincidentemente, os blocos transladados foram assentados com a face registrada na foto antiga voltada para cima, confirmando a hipótese de associação com a

⁴⁵ Os cálculos que estimaram a dimensão da coluna de pedras possuem uma margem de erro de alguns centímetros. Não se pode esquecer que o registro fotográfico de um objeto, mesmo quando realizado perpendicularmente em relação ao seu eixo, implica em perspectiva.

⁴⁶ Gentileza da equipe de manutenção de 'linha-viva' da COELBA – Companhia de Eletricidade da Bahia, que deslocou o seu veículo de trabalho ao sítio para permitir a realização das fotos pelo pesquisador.

coluna observada nas fotos de arquivo. Os blocos de alvenaria, apesar de não possuírem o mesmo aspecto superficial das fotos de 1939, visto que foram alvos de ao menos uma consolidação posterior, mostrada na Foto 4, apresentaram vários elementos que puderam ser comparados com as fotos de 1939, principalmente lacunas e o contorno de algumas rochas em evidência.

Com a confirmação da relação entre as Fotos 1 a 3 com os blocos de alvenaria de pedra, foi possível determinar as dimensões do elemento construtivo, através do estabelecimento de relações de proporção entre as partes encontradas e as faltantes, conforme os resultados apresentados nas análises das fotos. Por outro lado, a sobreposição das imagens recentes dos blocos à Foto 2, permitiu identificar quais partes da coluna haviam sido preservadas, viabilizando a análise das circunstâncias sob as quais o elemento arquitetônico teria entrado em colapso [figura 76, pág. 98].

4.2.1. Considerações sobre a função da coluna de alvenaria de pedra

Um elemento recorrente na arquitetura religiosa da Bahia poderia explicar a função da coluna e pedras do Outeiro da Glória. Em inúmeras igrejas inventariadas pelo IPAC-Ba é comum a ausência de torres e disposição dos sinos em uma estrutura denominada 'espadaña', que pode estar apoiada em uma das paredes laterais da nave, a exemplo da Igreja e Convento de Santa Teresa (séc. XVII), em Salvador, que abriga o atual Museu de Arte Sacra⁴⁷. Outra possibilidade é a sua instalação sobre uma estrutura independente, como na capela de Sant'Ana (final do séc. XVI), em Ilhéus, considerada "um dos raríssimos exemplares de arquitetura do primeiro século de colonização" (Bahia, 1988:247-8). Em Porto Seguro, a Igreja de São João Batista (séc. XVIII), localizada no distrito de Trancoso, também possui este elemento apoiado na lateral esquerda da nave, sendo praticamente imperceptível para quem observa a fachada principal.

⁴⁷ Este é o primeiro exemplo citado pelo IPAC-Ba para este tipo de elemento arquitetônico. A 'espadaña' da Igreja de Santa Teresa seria semelhante à de Trinidad de Salamanca, conforme observação de Bazin (Bahia, 1997a:51-2).

Caso se confirme a hipótese da ‘espadaña’ com o avanço das pesquisas, este seria o único exemplar registrado em um edifício construído em taipa de pilão, pois todos os monumentos listados pelo IPAC-Ba tratam de igrejas construídas em pedra e cal.

Outro aspecto a ser considerado seria o da solidariedade ou não entre o arcabouço de taipa de pilão do edifício e a coluna de alvenaria de pedras. Como se tratam de elementos estruturalmente independentes, a única evidência para que isso ocorresse seria a confirmação da hipótese de uma estrutura de barro arruinada, apresentada no item 4.1.1. Contudo, também é forte a possibilidade de que a coluna de pedras estivesse destacada do corpo principal do edifício, a julgar pelo seu revestimento, em semelhança a outras igrejas inventariadas no estado, tais como a Capela de N. Sr. de Bom Despacho (final do séc. XVII), em Itaparica; a Capela S. Antônio dos Velásquez (meados do séc. XVIII), em Vera Cruz; a Matriz Divino Espírito Santo (início do séc. XVII), em Cairu; e a já citada Capela de Sant'Ana (final do séc. XVI), em Ilhéus.

4.2.2. Localização provável no contexto arqueológico

O elemento arquitetônico mostrado nas fotos, a princípio, é único no sítio, possibilidade reforçada pela hipótese de uso da coluna como base para uma sineira tipo ‘espadaña’, pois estruturas similares requereriam fundações que, mesmo se destruídas, teriam deixado marcas perceptíveis durante a escavação arqueológica realizada. Neste caso, o local mais provável identificado para localização das fundações, seria a cavidade encontrada na área principal do sítio, considerando a destruição intencional desta estrutura, conforme levantado no item 3.2.1. As rochas utilizadas como matéria-prima para a construção da base do cruzeiro [figura 72], nos anos 1970, podem ser provenientes tanto da seção terminal da coluna (a mais larga), quanto da fundação destruída [vista parcialmente na figura 53, pág. 81].

Outro aspecto a ser observado diz respeito à maneira como a coluna de pedras desabou. Em primeiro lugar, o bloco menor de alvenaria encontrado estava encoberto nas laterais pelos sedimentos do montículo [figura 73], indicando que

estes sedimentos poderiam ser provenientes da escavação, que resultou na cavidade, ocorrida, portanto, após o desabamento da coluna.



Figura 72: Base do cruzeiro construído com a utilização de material que integrava a coluna de pedras.

Figura 73: Bloco menor, momentos antes do seu içamento. A parte mais clara estava encoberta pelos sedimentos do montículo.

O bloco maior de alvenaria remanescente, correspondente à última seção do corpo da coluna (que antecede à seção terminal, mais larga), foi encontrado no interior da cavidade da área principal, apoiado nas suas paredes [figura 74]. A possibilidade de um processo degenerativo natural, que teria resultado na queda do bloco maior em uma cavidade pré-existente, foi descartada por um dado simples: o bloco menor [figura 75], encontrado em superfície, manteve a sua face 'frontal' (elevação norte observada nas fotos de 1939) para cima. Se o desabamento precede a cavidade, este bloco menor poderia estar posicionado "in loco" desde o colapso estrutural, o que leva a acreditar que a coluna tombou para trás, isto é, para o sul. Portanto, o bloco maior, originalmente situado acima do menor, deveria ter sido encontrado ao sul do bloco menor, e não do lado norte. Deste modo, conclui-se que o bloco maior foi lançado intencionalmente no interior da cavidade.



Figura 74: Bloco maior de alvenaria de pedra assentado sobre estrado de madeira.

Figura 75: Bloco menor de alvenaria de pedra assentado sobre estrado de madeira.

Em suma, é possível identificar o local onde estava implantada a coluna de pedras, assim como distinguir partes remanescentes da estrutura vista nas fotos, com base nas informações existentes até o momento [figura 76]. Apesar da impossibilidade estrutural de re colocação dos blocos de alvenaria em seu local de origem, dada a existência de muitas lacunas e ausência de fundação, é possível imaginar uma reconstituição complementada por materiais novos para dar sustentação à coluna, vista nas fotos antigas, permitindo desta forma a sua re-introdução no sítio.



Figura 76: Sobreposição da imagem dos blocos de alvenaria de pedra encontrados na área principal do sítio à Foto 2, de 1939. O bloco superior, maior, foi encontrado no interior da cavidade, enquanto o inferior, menor e mais danificado, sobre o montículo.

4.3. SÍNTESE DOS RESULTADOS ARQUEOLÓGICOS COMO NOVO TEXTO ARQUITETÔNICO

A partir da escavação do sítio arqueológico, da análise laboratorial dos vestígios e comparação entre os dados e o registro iconográfico, podem ser listados os seguintes resultados de acordo com alguns temas de discussão específicos, suscitados durante a pesquisa:

- *Planta do edifício*

A determinação precisa da planta do edifício é inviável, caso seja baseada apenas nas informações obtidas com as pesquisas arqueológicas, até o momento. O fato de não terem sido encontrados sinais de fundações de pedras pode indicar que o edifício foi construído com técnicas mais simples, como o adobe, o pau-a-pique e a taipa de pilão, com o aproveitamento da própria argila do local como matéria-prima. A partir da combinação dos dados arqueológicos a outros obtidos, como fotos de sobrevôo e arquivo, por exemplo, é possível determinar a localização do edifício e seu perímetro aproximado, conforme indicado no item 4.1;

Os técnicos do inventário estadual (Bahia, 1988) haviam visualizado no sítio, em 1982, fundações atribuídas à taipa de pilão, o que, no entanto, ainda não foi possível comprovar arqueologicamente. Deve-se destacar que a menção a esta técnica é feita em apenas dois edifícios em todo o levantamento estadual: a Igreja do Outeiro da Glória e o Fortim, ambos monumentos quinhentistas de Porto Seguro. Por este motivo, as informações geradas por pesquisas arqueológicas são de suma importância para lidar com este tipo de vestígio, o que pôde ser comprovado na escavação do Colégio dos Jesuítas de Porto Seguro, onde houve a identificação de estruturas semelhantes (Etchevarne, 2002);

- *Autenticidade das ruínas da Igreja de São Francisco de Assis*

Devido às ações depredatórias sofridas pelo sítio, sua situação não permite que se ateste, apenas através das informações obtidas com a aplicação das técnicas

de escavações arqueológicas, de que naquele local, em algum momento passado, existiu uma igreja. Tal afirmação é fruto da combinação de diferentes fontes, baseadas, sobretudo, na tradição local, o que, em absoluto, não desmerece ou desqualifica a importância do sítio;

- *Vestígios de alvenaria de pedras*

Foi possível identificar a coerência entre os blocos de alvenaria de pedra e a coluna registrada nas fotos de 1939, encontradas no arquivo do IPHAN. Este elemento é provavelmente o único a utilizar esta técnica construtiva no sítio. A função mais provável da coluna seria a de base para uma sineira do tipo 'espadaña', elemento recorrente na arquitetura religiosa do estado. Em todos os exemplos tratados no inventário estadual o corpo principal da igreja é constituído de alvenaria de pedra e cal, não sendo registrados exemplares de 'espadaña' em edifícios de taipa ou adobe. O exemplo mais antigo registrado é o da Capela de Sant'Ana, em Ilhéus, datada do final do XVI (Bahia, 1988:247-8);

- *Vestígios construtivos resgatados nas escavações*

A análise dos materiais resgatados revelou que há uma unidade tecnológica entre os vestígios construtivos, indicando um mesmo período de produção e uso no sítio, não tendo sido encontrados materiais com outras características na amostra;

- *Vestígios de um piso de tijolos*

Identificou-se numa pequena área, sob 70 cm de sedimentos, com vestígios de argamassa de um contrapiso e tijolos cerâmicos fragmentados, alguns deles com marcas e desenhos incisos, integrados ao sítio no intervalo temporal entre 1500 a 1570 (data máxima), conforme o resultado da datação absoluta realizada. Os objetos não se encontram em sua posição original, aparentando terem sido empurrados durante alguma movimentação de terra ocorrida no sítio. Entretanto, uma observação mais cuidadosa demonstrou que as peças cerâmicas mantiveram suas faces superiores voltadas para cima, indicando que apesar da perturbação é provável que os tijolos tenham sido deslocados por uma distância

mínima em relação ao seu local de origem, tornando este vestígio o testemunho de ocupação mais importante encontrado nas escavações;

- *Inter-relação dos elementos construtivos*

As pesquisas arqueológicas constataram a presença de vestígios de um piso do século XVI, associaram a coluna de pedras vistas nas fotos de 1939 aos remanescentes construtivos do sítio e revelaram a presença de outras alterações no terreno promovidas por ação humana. Entretanto, o estado de degradação do sítio e as limitações quanto ao alcance das pesquisas arqueológicas já desenvolvidas, ainda não permitem uma associação funcional objetiva entre todos os elementos evidenciados;

- *Cavidade com cerca de 2 metros de profundidade no centro do montículo*

A grande cavidade, que para muitos moradores antigos corresponderia à entrada de um túnel, trata-se de uma escavação depredatória realizada possivelmente com a utilização de máquinas e em tempos relativamente recentes, isto é, nos últimos cinquenta anos. O modo como a escavação foi realizada indica, a princípio, que a parte mais profunda da cavidade coincide com a base do alicerce da coluna de pedras que havia no local, demonstrando que esta foi criminosamente destruída;

- *Estado de conservação e potencial informativo do sítio*

No desenvolvimento das escavações arqueológicas foi necessário se ocupar em aferir a extensão os danos causados pelas sucessivas ações depredatórias, o que acabou por reforçar a ausência de elementos para uma análise mais aprofundada do sítio. Entretanto, à medida em que outros dados são agregados às pesquisas e comparados com os resultados arqueológicos, como a análise do registro iconográfico, é possível vislumbrar a identificação de novos elementos que venham a caracterizar melhor o contexto do sítio, principalmente no que diz respeito aos seus vestígios construtivos. Por este motivo, é essencial a previsão de medidas rigorosas de preservação do sítio, que evitem qualquer tipo de perturbação do solo.

5. AS REPRESENTAÇÕES DO SÍTIO: DESCONSTRUINDO AS NARRATIVAS

5.1. O INVENTÁRIO ESTADUAL: SÍNTESE DE VÁRIAS NARRATIVAS

5.1.1. Conceituação e metodologia adotada no inventário

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado da Bahia (IPAC-Ba), iniciou as suas atividades em 1973, sob a coordenação do arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo. Os bens inventariados foram dispostos em sete volumes, dedicados: ao município de Salvador; Recôncavo Baiano (dois volumes); Serra Geral e Chapada Diamantina; Litoral Sul; Mesorregiões Nordeste, Vale do São Francisco e Extremo Oeste; e Região Pastoril. A publicação dos volumes foi realizada gradativamente, com o lançamento em 1975 do primeiro, até o ano 2000, com a publicação do sétimo livro, havendo re-edições de volumes neste intervalo. O inventário conta também com uma versão em um CD-Rom, contendo seis volumes na íntegra, com sistema de busca de palavras, entre outros recursos de acesso.

Ambicioso, o projeto implementou na Bahia, Estado que preserva um conjunto patrimonial dos mais significativos para a história do país, um inventário sistemático, com a adoção de critérios e métodos unificados, baseados nas recomendações internacionais mais recentes divulgadas pelo ICOMOS (International Council of Monuments and Sites). Dado o seu caráter metodológico universal e o pioneirismo em termos de extensão territorial inventariada, o inventário foi apresentado como uma proposta embrionária para a sua aplicação em todo o país.

Em cada volume do inventário observa-se uma atenção especial no sentido de fornecer um pano de fundo sócio-econômico e histórico antes da apresentação das fichas de registro propriamente. Do mesmo modo, nas áreas protegidas por

legislação especial, como no caso do município de Porto Seguro, além de outros sítios urbanos relevantes, mesclam-se informações de arquivos com fontes históricas secundárias, informações orais, dados censitários, dentre outros, expondo as bases de um trabalho estruturado por várias linhas de pesquisa para se obter o resultado final.

O seu principal autor, o arquiteto Paulo Azevedo, inicia a introdução do primeiro volume reconhecendo a importância do IPHAN ao evitar a destruição de inúmeros bens importantes, debatendo a respeito do sistema vigente de proteção do patrimônio, ao seu ver ineficiente diante das transformações da sociedade:

“Por um lado, a legislação de proteção peca por considerar o monumento como um fato cultural, até certo ponto, desvinculado da realidade sócio-econômica. O tombamento, ao decretar a imutabilidade do monumento, provoca a redução de seu valor venal e o abandono, o que é uma causa, ainda que lenta, de destruição inevitável. Por outro lado, a falta de disciplinação do crescimento urbano ou um planejamento tendo como objetivo, quase exclusivo, e o desenvolvimento físico e sócio-econômico da cidade tem permitido a destruição de grande parte de nosso acervo cultural e a desumanização de nossas cidades” (Bahia, 1997a:1).

Outro aspecto destacado, registrado no volume V, que trata dos sítios do Litoral Sul, é a preocupação do inventário em não se prender à condição de excepcionalidade dos monumentos como pressuposto para a sua preservação:

“É bem verdade que nem todos os bens inventariados apresentam ‘vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil’ ou ‘excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico’, como determina o Dec. Lei nº 25, de 1937. Mas a cultura não é formada apenas por monumentos excepcionais, senão por manifestações reiterativas, que caracterizam a maneira de ser, sentir e de fazer de um povo” (Bahia, 1988:26).

Com relação à metodologia utilizada, o IPAC-Ba adotou o fichamento de monumentos aprovado pelo Conselho de Cooperação Cultural da Europa, utilizado

então por vários países, seguindo o esquema elaborado para o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu (IPCE), que prevê a padronização das informações coletadas para facilitar o emprego de um banco de dados informatizado. O inventário distingue os ‘sítios urbanos’ dos ‘monumentos’. Cada qual é registrado em fichas diferenciadas, utilizando critérios elaborados especificamente para tratar destes dois âmbitos de preservação.

Conforme demarcado logo na introdução do primeiro volume, os monumentos são “compreendidos no sentido mais alto do termo em conformidade com a Carta de Veneza” (Bahia, 1997a:2), que por sua vez oferece a seguinte definição de ‘monumento histórico’:

“Art. 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (IPHAN, 1995:109).

Para a definição de ‘sítio’, termo utilizado normalmente para uma amplitude espacial maior que a dos monumentos, como os conjuntos urbanos, o inventário se apropriou da definição do Conselho de Cooperação Cultural da Europa, nos seguintes termos:

“É considerado sítio todo conjunto, seja obra do homem, seja da natureza, cuja homogeneidade e interesse especialmente artístico, histórico etnográfico, científico ou lendário, justifica sua proteção e valorização” (Bahia, 1982:276-7).

Adaptando os critérios europeus para o Brasil, admitiu-se que os sítios urbanos são compostos por: conjunto arquitetônico, monumentos relevantes, espaços livres, infra-estrutura e equipamentos (Bahia, 1982:277). De modo geral, os sítios são classificados tipologicamente em cinco categorias para o IPAC: Sítios Naturais, Sítios Históricos, Sítios Científicos, Sítios Urbanos e Sítios Mistos – (Urbanos e Naturais).

5.1.2. A arqueologia no inventário

A arqueologia no inventário está associada aos Sítios Científicos, definidos por locais nos quais estejam presentes:

“(...) características geológicas, formações paleontológicas, grutas, vestígios de interesse arqueológico ou etnográfico, reserva de fauna e flora, etc.” (Bahia, 1982:277).

Dentre as centenas de monumentos inventariados, é possível destacar indicação de prospecção arqueológica apenas para os seguintes monumentos inventariados:

Tabela 7
Monumentos registrados pelo IPAC-Ba onde é mencionada a necessidade de trabalhos de arqueologia

denominação	município	data de construção	restauração necessária
Casa de Câmara e Cadeia	Jaguaripe	XVII	Prospecção arqueológica da "Prisão do Sal" e galeria da fonte, limpeza geral e eliminação de sanitários públicos anexos ao edifício.
Fortaleza do Morro de S. Paulo	Cairu	XVII	Desmatamento, prospecção arqueológica, estabilização dos taludes, consolidação das cortinas, restauração e atribuição de uso social dos fortes.
Fortim	Porto Seguro	XVI	Prospecção arqueológica, consolidação das ruínas existentes e reunião, no local, dos canhões existentes na praia e em outros sítios.
Igreja do Outeiro da Glória	Porto Seguro	XVI	Prospecção arqueológica do sítio e consolidação dos alicerces e ruínas. Seria desejável, também, que o sítio fosse preparado para visita pública.

5.1.3. Análise das informações sobre o sítio arqueológico

Para a elaboração da ficha de inventário da “Igreja do Outeiro da Glória” [anexo A], o IPAC-Ba centrou esforços na recuperação de dados existentes no arquivo da regional do IPHAN em Salvador, no levantamento de fontes históricas e entrevistas com moradores antigos durante as vistorias para o cadastramento dos bens. Devido ao seu caráter totalizante, o Inventário foi considerado nesta dissertação como a síntese de várias narrativas, pois agrupa diversos pontos de vista a respeito do objeto estudado para alcançar o resultado desejado.

O texto de registro da “Igreja do Outeiro da Glória” atesta a finalidade de uso do local, determina as técnicas construtivas empregadas no edifício e lista os fatos históricos relacionados, oferecendo todos os dados em uma precisa seqüência cronológica. A segurança com que as informações são sinteticamente apresentadas, conduziu a busca de informações mais completas a respeito do monumento, iniciada com a leitura das fontes utilizadas na composição da ficha.

Para contrastar as informações fornecidas pela ficha de registro do Inventário com os dados obtidos e a narrativa arqueológica pós-escavação do sítio, estabeleceram-se alguns temas de discussão para conduzir a análise. A partir dos temas, as citações do Inventário (Bahia, 1988:357-8) relacionadas com cada assunto tratado foram reagrupadas em um novo texto, desconsiderando os campos definidos pela ficha, e comentadas, conforme o seguinte arranjo:

- ***Arquitetura: tipologia do edifício e sistema construtivo***

Informações da ficha

O local foi inspecionado pela equipe do Inventário em 1982, constatando-se a presença das fundações da igreja. Os dados tipológicos apresentam o edifício como representante da planta mais simples para um templo religioso conhecida no Brasil,

com apenas nave e capela-mor, esta última com menor largura do que a nave, informação verificada *in loco* e em entrevistas com moradores. Os dois únicos espaços da igreja eram fechados por paredes de taipa de pilão, havendo ainda um campanário com planta quadrada, construído em alvenaria mista de pedra e tijolo no século XVIII, também designado por torre. Sua entrada estaria voltada para o poente, isto é, de costas para o mar.

O texto também menciona um parecer de Lúcio Costa, datado de 1940, afirmando que ainda “ainda estavam de pé os muros da igreja”, recomendando a medição dos prumos e serviços de consolidação. Relata também a manifestação de “surpresa” de Lúcio Costa ao perceber que os muros possuíam fragmentos de tijolos.

Comentários

1) Planta: A ficha de registro da igreja ao contrário dos demais monumentos inventariados, não acompanha uma planta. A bibliografia básica da ficha faz menção a um croquis dos vestígios, elaborado provavelmente durante a vistoria que, no entanto, não foi incorporado à ficha publicada. As fotos 6 a 10, que integram o Inventário e foram analisadas no capítulo 4 desta dissertação, mostram a presença de possíveis vestígios de estruturas de terra cujo registro planialtimétrico, entretanto, implicaria em um grau de complexidade muito superior ao enfrentado nos demais edifícios inventariados. É provável que as informações fornecidas sobre a planta do edifício representam uma interpretação sobre um esboço feito no local que, apesar de não atender ao nível de exigência do Inventário para ser incorporado ao registro ‘oficial’, foi analisado em conjunto com informações orais. O croquis do IPAC-Ba trata-se da única referência documental identificada até o momento que confirma a visualização da planta do edifício no sítio, não tendo sido localizado no arquivo do IPAC-Ba até a conclusão deste texto⁴⁸, o que impede outras inferências a este respeito. A vistoria de 1982 precede o arrasamento do sítio por máquinas pesadas em 1984, que destruíram os vestígios vistos nas fotos.

⁴⁸ Conforme informação fornecida pela arquiteta Vivian Lene Costa durante pesquisa no arquivo do IPAC-Ba.

2) Sistema construtivo: O IPAC-Ba apresenta no campo do ‘histórico arquitetônico’ dos monumentos inventariados algumas referências a edifícios construídos em taipa de pilão, registrando-se em geral a sua substituição posterior pela alvenaria de pedra e cal. A ficha de registro da “Igreja do Outeiro da Glória”, todavia, apresenta a única referência a este sistema construtivo observado pela equipe de inventário *in loco*, fato que levou o apontamento da taipa de pilão nos ‘dados técnicos’, ao contrário dos demais monumentos, onde a informação está presente apenas nos ‘dados cronológicos’.

Além do inventário, a presença da taipa de pilão na região também já foi comprovada na escavação para evidenciação das ruínas do Colégio dos Jesuítas de Porto Seguro, ocorrida em 2000⁴⁹. A pesquisa arqueológica permitiu relacionar o achado ao registro histórico, conforme a transcrição de Serafim Leite sobre o relato do padre Mateus de Aguiar que, ao final de 1621 e início de 1622, foi um dos incumbidos em restabelecer a casa dos padres jesuítas em Porto Seguro:

“E tanto que se acabou de fazer a Igreja e tudo o demais, aos 2 de Fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias, depois de jantar, se deu princípio às obras novas, armando o primeiro taipal” (Leite, 1945:233).

“(...) vai à casa de um de um dos homens principais desta terra e o que mais pilou com o capitão no taipal (...)” (op. cit.:235).

A leitura conjunta das duas passagens não deixa dúvidas quanto à utilização da taipa de pilão, principalmente se balizada com referências anteriores à taipa de mão, contidas na mesma carta (op. cit.:232), distinguindo claramente os dois sistemas. Segundo Sylvio de Vasconcellos, o uso da taipa de pilão *“foi mais difundido nos primeiros séculos da colonização, desaparecendo quase por completo no século XVIII”* (Vasconcellos, 1979:21).

3) Campanário: O IPAC-Ba interpretou o montículo e os blocos de alvenaria de pedra citados nos capítulos anteriores, que correspondem à área principal do sítio arqueológico, como um campanário de planta quadrada construído em alvenaria mista, “caracterizadamente do século XVIII”. Contudo, a afirmativa presente no texto

⁴⁹ Conforme relatório da intervenção arqueológica (Etchevarne, 2002).

do inventário ignora a coluna de pedras vista nas fotos de 1939, tratando os blocos de alvenaria como vestígios de um alicerce com planta quadrada. O estado de conservação dos vestígios no momento da vistoria era o mesmo descrito por Edna Morley em 1984 e encontrado no início das escavações arqueológicas em 1999, conforme a análise comparativa entre as fotos de 1999-2000 [figuras 6 e 7, pág. 29 e 30] e as fotos do inventário [figuras 62 e 63, pág. 90].

Apesar do acesso às informações do SPHAN datadas de 1940, atribuídas ao arquiteto Lúcio Costa, observa-se que no momento da elaboração da ficha de registro a equipe do inventário não dispunha das fotos de 1939, provavelmente não encontradas nos arquivos do órgão federal em Salvador⁵⁰. Ademais, a Enciclopédia dos Municípios (IBGE, 1958), obra consultada para a composição das fichas de inventário de vários monumentos e que possui uma foto do mesmo elemento registrado pelo SPHAN em 1939 (conforme análise do capítulo 4), não é citada nas referências bibliográficas do volume V do inventário.

Assim sendo, o inventário baseou a sua análise em observações da vistoria, pesquisa histórica e informações de Lúcio Costa, desconhecendo o fato de o arquiteto ter organizado o seu parecer com base na existência de uma coluna de alvenaria de pedra inexistente à época do inventário. Portanto, a diversidade das condições de conservação dos vestígios entre o momento das anotações de Lúcio Costa e a inspeção da equipe do inventário, coloca estas duas narrativas em posições distintas, impedindo a citação de Lúcio Costa sem uma investigação prévia a respeito do seu contexto.

Tal argumentação motivou a elaboração de uma pesquisa especialmente destinada a esclarecer as condições em que o SPHAN produziu os primeiros dados sobre o sítio arqueológico no final da década de 1930, conforme os resultados apresentados adiante, no item 5.2.

⁵⁰ Em conversa mantida com o arquiteto Paulo Ormino, coordenador do IPAC-Ba, em 02/03/2001, o mesmo informou desconhecer este registro fotográfico.

▪ ***Cronologia do edifício e contexto histórico***

Informações da ficha

O pano de fundo histórico do monumento e os seus dados cronológicos tem como base o livro de Jorge Maltieira (1972), *“Ya’ Ya’ Bahia, meu bem”*, citado cinco vezes. A primeira citação ocorre logo no campo de situação e ambiência, ao localizar o outeiro em relação à “Ponta ou Bica da Velha”, que estaria na mesma direção “do Ilhéu Pequeno de Itacimirim, no local em que João da Rocha tinha um engenho”. Mais adiante, nas informações complementares, encontram-se as demais citações de Maltieira nos dados cronológicos do histórico arquitetônico, informando que alguns autores admitem a chegada dos franciscanos em Porto Seguro numa expedição de Duarte Coelho datada de 1504. Um destes primeiros padres havia morrido afogado, motivando a denominação do rio do Frade (ao sul de Trancoso), tendo sido sepultado no interior da igreja do Outeiro. As últimas informações referenciadas tratam do uso da igreja até o ano de 1730, “quando começou a arruinar-se”, e da transferência da imagem de São Francisco para a matriz em 1733.

Além de Maltieira (1972), dois cronistas franciscanos são citados para compor o histórico arquitetônico do edifício. O primeiro deles é o frei Apolinário da Conceição (1733), citado apenas uma vez para informar a reconstrução da igreja em 1515. Outras três citações foram extraídas do frei Venâncio de Willeke (1978), informando que os primeiros missionários não teriam chegado antes de 1516 a Porto Seguro, tratando da destruição da feitoria portuguesa em 1518 e da narrativa sobre os primeiros franciscanos contada por índios convertidos, quando da chegada dos jesuítas em 1549.

Comentários

1) Citações de Jorge Maltieira: A consulta à obra utilizada como base para as principais informações fornecidas pela ficha do monumento, revelou que a mesma

oferece interpretações sobre os fatos históricos, ausentes, no caso da igreja do Outeiro da Glória, de referências bibliográficas ou documentais suficientes para amparar as colocações do autor.

2) Localização da igreja: No livro de Maltieira, a passagem que trata da distância da igreja em relação à “Aldeia Velha” e ao “engenho de João da Rocha”, não informa a sua fonte (Maltieira, 1972:80). No caso do engenho referido, a informação mais atual a seu respeito é uma hipótese arqueológica, com base na escavação de um sítio datado do início do século XVI, ocorrida em 1998 (Nascimento, 2000), que pode estar relacionada ao relato quinhentista de Gabriel Soares de Sousa (2000[1587]:46).

3) Expedição de 1503: A respeito da expedição de Gonçalo Coelho, há um erro gráfico na ficha registrando-o como “Duarte”, perceptível pela recorrência da informação errada na ficha do Marco do Descobrimento (Bahia, 1988:349-350), que mostra “Duarte” nos dados tipológicos e “Gonçalo” na coluna ao lado, dos dados cronológicos. Esta última ficha utiliza como fonte Damião de Góes (1926 apud Bahia, 1988:350) para datar a expedição de Gonçalo Coelho em 1503, o que é confirmado pelo estudo de Malheiro Dias (1926:285).

4) Desuso da igreja em 1730: A informação citada de Maltieira é assim fornecida em sua obra:

“Como nos diz Frei Apolinário, [a igreja] foi reconstruída em 1515 e manteve-se ao culto até 1730, já em ruína.

Em 1733, destruída a igreja, foi transferida a imagem do padroeiro, São Francisco, para a de Nossa Senhora da Pena onde ficou e está exposta à veneração” (Maltieira, 1972:80).

A consulta à mesma obra de Frei Apolinário da Conceição citada por Maltieira revelou que a informação da ‘reconstrução’ da igreja, assim como a data até quando a mesma teria estado em uso, não foi extraída do seu livro, cujo conteúdo é tratado mais adiante, no item 5.4. Quanto à transferência da imagem de São Francisco para a matriz em 1733, também não foi encontrada outra referência histórica ou documental além desta utilizada na ficha do monumento. Outrossim, Frei Apolinário,

coincidentalmente publicado no ano citado, relata que o padre Batasar Telles, em 1645, havia comentado sobre as ruínas desta ocupação inicial (Conceição, 1733:99).

Durante as obras promovidas nos centros históricos às vésperas das comemorações dos 500 anos do Brasil, a imagem de São Francisco, datada do séc. XVI e atribuída à igreja do Outeiro da Glória [figura 77], foi transferida da matriz de Na. Sra. da Pena para o novo Museu de Arte Sacra de Porto Seguro, inaugurado em abril de 2000 na Igreja da Misericórdia.



Figura 77: Imagem de São Francisco de Assis (séc. XVI) atribuída à igreja do Outeiro da Glória. Fonte: IPHAN/9ª SR.

5) Citações de Frei Venâncio de Willeke: A respeito das datas comentadas por Willeke (1978:18-22), não existe consenso nem mesmo entre os cronistas da ordem franciscana. Todavia, parece não haver dúvidas quanto ao pioneirismo dos padres franciscanos nas primeiras ações catequéticas no Brasil, que precedem à colonização efetiva, iniciada com as capitânicas hereditárias na década de 1530. Deste modo, a história sob o ponto de vista franciscano constitui uma narrativa própria, analisada especialmente no item 5.4.

5.1.4. O grau de relevância do monumento

A ficha do IPAC-Ba classifica as ruínas da “Igreja do Outeiro da Glória”, nas suas categorias padronizadas, como “edifício de relevante interesse arquitetônico” (quadrícula 69) e inicia o texto da descrição do monumento como “ruínas de relevante interesse histórico”. Entretanto, apesar de destacar nos “dados tipológicos” que a planta do edifício, com apenas uma nave e capela-mor, “é a mais simplificada que se conhece no Brasil” e, portanto, única, o inventário atribui ao monumento o grau de proteção 2 (GP-2), utilizado para

“Monumentos que sofreram sucessivas transformações, muitas vezes impróprias, e só algumas partes justificam uma proteção, enquanto o resto do edifício pode ser modificado sob o controle da autoridade competente” (Bahia, 1982: 270-271).

É evidente que os padrões de classificação do inventário para os monumentos não atendem adequadamente a esta situação criada pelo Outeiro da Glória. Todavia, dada a importância das ruínas atribuída pela própria ficha do monumento e a fragilidade do contexto arqueológico observado, não parece adequada a denominação GP-2, que deveria ser substituída por GP-1, prevendo a conservação integral das ruínas, visto que não há lugar para proteção “parcial” de um vestígio tão suscetível ao completo desaparecimento.

A atribuição de proteção dada ao monumento, neste caso, parece estar relacionada ao seu grau de conservação e conseqüente visibilidade arquitetônica, pois os vestígios do Outeiro da Glória atingiram um estado avançado de arruinamento. Este fator dificulta a sua leitura e associação a uma determinada tipologia, impedindo a análise das suas características em relação aos demais dados apreendidos pelo inventário, padronizados e aferidos em um amplo rol de ‘monumentos’, uma vez que o Outeiro não consegue preencher todas as variáveis de avaliação.

Apesar de prever textualmente a necessidade de prospecção arqueológica, o grau de proteção atribuído a este ‘monumento’ subestima o potencial informativo de pesquisas documentais e arqueológicas, por exemplo, para ampliar o alcance das interpretações arquitetônicas, reduzindo, com isso, a significância do sítio.

5.2. O RECONHECIMENTO DAS RUÍNAS PELO SPHAN

5.2.1. Breve comentário sobre o contexto das informações do SPHAN

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) começou a funcionar oficialmente em 1937, com a publicação da sua legislação básica, o Decreto-Lei nº 25, no mesmo ano⁵¹. Este instrumento jurídico mantém-se em vigor

⁵¹ Theodoro Joels comenta que a promulgação do Decreto Lei, apesar de parecer um mero fruto da ditadura, passou pela Câmara, foi emendada pelo Senado e retornou à Câmara para apreciação final e votação, fato que não ocorreu devido ao golpe do ‘Estado Novo’. O ministro da educação Gustavo

desde a sua criação, produto da idéia original do escritor Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura do município de São Paulo, elaborada a pedido de Rodrigo Melo Franco de Andrade (Costa e Silva, 1992:23), diretor do SPHAN durante os primeiros 30 anos de funcionamento da instituição, entre 1937 e 1967.

Nos primeiros anos de trabalho do órgão são estabelecidas as suas diretrizes de atuação, que refletiam a necessidade de “assimilação das raízes históricas do país” (Joels, 1985:10), com forte influência dos intelectuais modernistas, dentre os quais o próprio Rodrigo. Este período inicial foi chamado por Mário de Andrade de ‘fase heróica’ do patrimônio (Andrade, 1987:19), sendo caracterizada pela proteção predominante de edifícios, isto é, os monumentos de ‘pedra e cal’.

Conforme a análise realizada por Silvana Rubino (2002), Rodrigo Andrade não exercia apenas uma função administrativa. Pelo contrário, ele era o responsável pela condução das pesquisas que instruíam os processos em tramitação no órgão, privilegiando o critério histórico ao artístico na avaliação dos ‘monumentos’. Junto com Rodrigo, Lúcio Costa partilhava das atividades intelectuais, como diretor da Divisão de Estudos e Tombamento.

A atuação de Lúcio Costa no órgão se estende até 1972⁵² e é definidora da interpretação generalizada do Decreto-Lei nº 25, visto que os seus pareceres são os responsáveis pela determinação dos bens que mereciam ou não integrar a lista de bens tombados, fixando, desta forma, os critérios de classificação adotados pelo órgão (Rubino, 2002:7-17). A deliberação final sobre os processos de tombamento pelo diretor geral, independente das demandas que os originavam, somente ocorria após o parecer de Lúcio Costa, embasado pelo trabalho do corpo técnico do órgão (Alcântara, 1985:33).

Com a saída de Rodrigo Andrade em 1967, o órgão é reestruturado e renomeado sucessivas vezes até se transformar no que é o IPHAN atual. De qualquer modo, após várias décadas de trabalho e inúmeras alterações das políticas de preservação no país, as informações produzidas pelo grupo de Rodrigo e Costa ainda sustentam

Capanema teria convencido Getúlio Vargas a promulgar o decreto, instrumento jurídico básico para o funcionamento do órgão de preservação recém-criado (Joels, 1985:10).

⁵² Após a sua aposentadoria, Lúcio Costa continuou a colaborar com o IPHAN nos anos seguintes.

o arcabouço básico de atuação do órgão para a deliberação sobre os bens tombados.

O modelo de atuação adotado na 'fase heróica' do SPHAN pode ser exemplificado através do registro 'primeiras' impressões sobre o Outeiro da Glória. 'Primeiras' no sentido de que as informações mais antigas localizadas pela pesquisa que empreendemos, são arrematadas por um parecer de Lúcio Costa, o que as enquadra na estrutura administrativa e hierárquica supramencionada. Não obstante, as primeiras impressões, de fato, talvez fossem as de Rodrigo Andrade e do arquiteto José Reis, chefe da Seção Técnica do órgão, que estiveram em Porto Seguro em 1939, de acordo com os documentos analisados mais adiante. Entretanto, ainda não foram encontrados outros documentos produzidos nesse evento além das fotos de Erik Hess, provavelmente realizadas na ocasião.

No contexto descrito, pode-se dizer que o parecer de Lúcio Costa a respeito das ruínas do Outeiro da Glória representa a principal informação oficial existente sobre o monumento, com seu discurso reproduzido no inventário estadual, que consiste atualmente em instrumento básico para as deliberações do IPHAN. Para proceder à comparação entre o texto de Costa e os dados arqueológicos, foi necessária a realização de uma reavaliação crítica do seu parecer, possível apenas através da releitura dos documentos por ele analisados, o que motivou uma pesquisa nos arquivos do IPHAN.

5.2.2. A busca da produção do SPHAN no IPHAN atual

5.2.2.1. As condições de pesquisa nos arquivos do órgão

O arquivo da regional de Salvador, à época das escavações arqueológicas, estava sendo transferido de cômodo, dificultando o acesso aos documentos. De qualquer modo, os funcionários do arquivo não haviam identificado pastas de relatórios, fotos ou quaisquer outras informações do período inicial de atuação do órgão, isto é, final dos anos 1930 e início dos 1940, com exceção da correspondência mantida entre a regional e a sede do Rio no período em análise. Recentemente, retornando ao

arquivo de Salvador já instalado em um espaço definitivo, constatamos que as caixas de documentos, apesar de armazenadas em local seguro, não possuem referências para consulta, visto que a catalogação ainda não alcançou a totalidade do acervo. Na última visita não foi possível sequer consultar os documentos anteriormente transcritos, apesar da colaboração dos funcionários no vasculhar de dezenas de caixas⁵³.

A elaboração desta dissertação dependia da compreensão dos trâmites administrativos nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN, requerendo uma pesquisa mais aprofundada sobre a documentação oficial. Deste modo, optamos por buscar os documentos referentes a Porto Seguro no Arquivo Central Noronha Santos, gerenciado pelo Departamento de Identificação e Documentação (DID), sediado no Rio de Janeiro.

As condições de conservação dos documentos do Noronha Santos representam, sem dúvida, seu grande mérito. O acervo consultado encontra-se todo higienizado e armazenado em pastas e caixas de ph neutro, indexado em um preciso sistema informatizado de localização topográfica no arquivo.

5.2.2.2. A organização dos documentos no Arquivo Noronha Santos

A classificação adotada para os documentos no Noronha Santos, obedece a uma rígida seleção por 'assunto', que faz referência aos bens tombados ou apenas inventariados, mencionados nos documentos. Este critério foi levado às últimas conseqüências, do que resultou a desarticulação de relatórios internos, pareceres e outros documentos que tratavam de mais de um 'assunto', ou monumento. Cada elemento de um documento composto por várias folhas e outros anexos foi, assim, tratado como documento avulso.

O arquivo possui, além dos originais, duplicatas e triplicatas, pois no encaminhamento dos processos administrativos era comum serem feitas cópias que acabavam retornando para a sede do Rio, após o despacho solicitado ao

⁵³ Infelizmente, a regional não dispõe de funcionários suficientes para indexar o arquivo. Na falta de um índice, a aposentadoria recente de uma funcionária antiga, Sra. Valderez, dificultou o acesso às informações, apesar da boa vontade dos demais funcionários.

destinatário. Por conseguinte, todas as cópias acabaram sendo arquivadas, o que poderá, mais adiante, ser resolvido com a organização definitiva do arquivo. A multiplicidade de cópias cria ainda problemas de autenticidade, pois muitas das cópias dos documentos não estão assinadas. Em alguns casos constam apenas as iniciais de quem provavelmente assinou o documento, o que não é suficiente para atestar a sua autoria do ponto de vista da formalidade burocrática necessária ao arquivo. Vários dos documentos consultados são cópias e, ainda assim, existe a probabilidade de serem únicos, no sentido de que os originais podem ter desaparecido.

Para localizar documentos especificamente sobre o Outeiro da Glória, foi necessário vistoriar todas as pastas referentes ao município de Porto Seguro e seus principais monumentos nas divisões 'Inventário' e 'Obras'. Apenas os processos referentes à atuação mais recente do órgão, que tratam da deliberação sobre obras em imóveis particulares, não foram consultados. A análise realizada em seqüência às transcrições permitiu recompor relatórios, contratos e outros documentos do cotidiano administrativo atualmente desarticulados, conforme já mencionado, oferecendo um conteúdo informativo cuja apreensão é impossibilitada pela disposição dos documentos no arquivo.

Cabe uma última ressalva a respeito do processo nº 800-T, que trata do tombamento do município de Porto Seguro. Apesar de julgarmo-lo imprescindível, não foi possível a sua consulta para esta pesquisa, pois o mesmo se encontrava no Conselho Consultivo do IPHAN, para a instrução da "re-ratificação" do tombamento.

5.2.3. Abordagem preliminar: informações do SPHAN no IPAC-Ba

A ficha da Igreja do Outeiro da Glória no inventário estadual (IPAC-Ba), reproduz um parecer do arquiteto Lúcio Costa no campo das 'restaurações e intervenções realizadas' datado de 1940, referente a um documento denominado "Anotações Complementares..." (Bahia, 1988:358). Conforme já tratado no item 5.1.3, o inventário menciona as informações de Lúcio Costa, desconhecendo o fato do

arquiteto ter organizado o seu parecer com base na existência de uma coluna de alvenaria de pedra, elemento arquitetônico inexistente à época do inventário, registrado nas fotos de 1939, de acordo com o seguinte texto:

“Restaurações e intervenções realizadas:

1940 – Ainda estavam de pé os muros da igreja. Lúcio Costa manda verificar os seus prumos, recomendando a consolidação do terreno em volta, obturação das fendas maiores e cimentação de seus topos. Manifesta-se surpreso com a presença de muros com fragmentos de tijolo e contrário ao seu recobrimento com telhas e colocação de contrafortes, como propunha o empreiteiro (4) [nota bibliográfica das anotações de Lúcio Costa]. Nenhuma obra, porém, foi realizada” (Bahia, 1988:358).

O texto citado pelo inventário trata de recomendações para uma obra e da análise de proposições feitas por um “empreiteiro”, indicando ainda que nenhuma obra teria sido realizada sem, no entanto, citar a fonte desta última informação. Todavia, criou-se a necessidade de identificar os motivos que teriam levado ao SPHAN elaborar um parecer sobre a realização de obras em 1940, o que acarretou na pesquisa realizada no arquivo da 7ª Coordenadoria Regional do IPHAN – Salvador⁵⁴.

Em Salvador, os únicos documentos encontrados na ocasião da pesquisa, disponíveis sobre Porto Seguro no período do parecer de Lúcio Costa, integravam a correspondência mantida no período entre 1938 e março de 1947 entre Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, e Godofredo Filho, diretor da 5ª Região (que incluía a Bahia). Foram identificados em 11 documentos, datados entre 18/01 e 12/09/40, referências a obras em monumentos de Porto Seguro, conforme o seguinte resultado que integra o relatório das escavações:

“1939 ~ 1940 – Um ofício datado de 18.01.40, de Godofredo Filho, então assistente técnico da 5ª Região do SPHAN, para Rodrigo Melo Franco, diretor, revela que o último visitou Porto Seguro e elaborou um relatório sobre os monumentos que deveriam sofrer reparos. As obras

⁵⁴ Pesquisa realizada em 04/04/2001 pelo autor desta dissertação, com o auxílio da arquiteta Cássia Maria Silva Boaventura, então diretora da 9ª Sub-Regional do IPHAN – Porto Seguro.

teriam sido executadas a partir de agosto de 1940 com verba doada pelos Diários Associados, conforme correspondência mantida entre os dois. Existe a possibilidade de que as fotos datadas de 1939 tenham sido tiradas quando da visita de Rodrigo a Porto Seguro”.

“1940 – É possível que em fins deste ano o SPHAN tenha realizado serviços de consolidação da coluna de alvenaria de pedras” (Nascimento et. al., 2002:24-5).

As informações obtidas no arquivo de Salvador ofereceram algumas pistas para contextualizar o parecer de Lúcio Costa, como a doação de recursos pelos ‘Diários Associados’ de Assis Chateaubriand e a presença de Rodrigo Melo Franco de Andrade em Porto Seguro, com a elaboração de um relatório para a especificação de obras. Entretanto, as informações levantadas ainda eram insuficientes para confirmar a execução de obras e a participação dos personagens envolvidos neste processo.

5.2.4. Documentação encontrada sobre Porto Seguro entre 1939 e 1941

5.2.4.1. Obras no início de 1939 anteriores à chegada do SPHAN

A atuação efetiva do SPHAN em Porto Seguro é iniciada após o reconhecimento ocorrido em agosto de 1939, cujos desdobramentos são abordados no tópico seguinte. Todavia, é importante mencionar a existência de documentos sobre intervenções na cidade alguns meses antes da primeira viagem de inspeção do órgão que, por não tratarem de observações do SPHAN, nem tampouco sobre o Outeiro da Glória, não se enquadram na proposta de análise deste trabalho [conforme os anexos B e C].

Em síntese, em 3 de maio de 1939, o empresário Assis Chateaubriand, então proprietário dos “Diários Associados”, promoveu uma revoada de teco-tecos em Porto Seguro (Bahia, 1988:360), o que motivou a realização de obras de conservação e asseio por parte do governo estadual. O edifício do Paço Municipal

(antiga casa de câmara e cadeia) e as “duas principais igrejas de Porto Seguro” teriam sido beneficiadas.

O SPHAN havia aprovado desde janeiro de 1939 as instruções para a realização das obras, transmitidas por via telegráfica ao prefeito Carlos Martins⁵⁵. Entretanto, Godofredo Filho, diretor da 5ª Região, remete em março notícias publicadas nos jornais “A Tarde” e “Estado da Bahia” tratando das obras⁵⁶, motivando o envio de um ofício de Rodrigo Andrade ao ministro Gustavo Capanema, solicitando interceder junto ao interventor da Bahia e ao bispo de Ilhéus para a não realização das obras⁵⁷.

Os elementos analisados são poucos para explicar o que teria motivado o ofício de Rodrigo ao ministro, considerando que o órgão já havia aprovado instruções para as obras meses atrás. Outra questão vaga é a aparente surpresa de Godofredo Filho sobre as intervenções em Porto Seguro, motivando o diretor a transmitir ao seu superior as matérias de jornais tratando do assunto, meses após orientações emitidas diretamente do Rio. Este quadro é reforçado por um outro ofício enviado por Godofredo Filho para Rodrigo alguns dias depois, onde agradece a Rodrigo as providências tomadas em defesa do patrimônio de Porto Seguro e informa o envio do ‘parecer nº 6’ [anexo C], contendo sugestões⁵⁸.

O ofício de Godofredo é respondido alguns dias depois por Rodrigo, que acusa o recebimento do parecer⁵⁹. No mesmo dia também é enviada outra correspondência para o prefeito Carlos Martins, informando que foram transmitidas a Godofredo as instruções para orientar as obras em Porto Seguro⁶⁰.

Os documentos disponíveis, foram interpretados apenas em função da seqüência cronológica apresentada, subentendendo a anuência da diretoria geral do SPHAN a respeito de obras em Porto Seguro sem o conhecimento do diretor da 5ª Região, Godofredo Filho. Entretanto, seria necessária uma investigação específica para tratar deste tema, pois ao menos dois documentos deste processo não foram localizados: o telegrama inicial de Rodrigo ao prefeito de Porto Seguro em

⁵⁵ Conforme telegrama de Rodrigo Andrade ao prefeito enviado em 20/01/1939 aditando anterior, não localizado, enviado cinco dias antes (IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 92, doc. 10).

⁵⁶ IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 92, doc. 4.

⁵⁷ Idem, pasta 92, doc. 7.

⁵⁸ Idem, pasta 92, doc. 8.

⁵⁹ Idem, pasta 89, doc. 1.

⁶⁰ Idem, pasta 89, doc. 5.

15/01/1939 e o ofício nº 124 de Rodrigo para Godofredo Filho, em resposta às matérias de jornais enviadas.

Em último caso, é necessário confirmar se existe a possibilidade de algum erro nas datas da mensagem telegráfica inicial, pois a substituição do mês '4' por '1', como foi lido, por exemplo, daria a Godofredo todo o mérito sobre as primeiras providências tomadas com relação à conservação dos edifícios de Porto Seguro. Independente desta dúvida colocada sobre a mensagem inicial, os textos deste primeiro trâmite analisado refletem uma extrema centralização das decisões e do relacionamento interinstitucional na sede do Rio de Janeiro, características de atuação que também permeiam a análise dos trâmites subseqüentes.

5.2.4.2. A igreja da Glória e o reconhecimento de Porto Seguro pelo SPHAN

No dia 1º de setembro de 1939, o jornal carioca “O Jornal” publicava uma entrevista com Rodrigo Melo Franco de Andrade⁶¹, que acabara de regressar ao Rio de Janeiro em companhia do arquiteto José de Sousa Reis e do fotógrafo Erik Hess⁶², após viagem de inspeção que teria durado mais de um mês a quatro “estados do Norte – Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba”. Contudo, o objetivo principal da viagem era

“(...) ver Porto Seguro, em favor de cujos monumentos, de tanto valor histórico e também artístico, os Diários Associados levantaram uma subscrição entre particulares que, coisa única no Brasil, acudiram generosamente ao seu apelo, atingindo a subscrição a elevada soma. Vários brasileiros ilustres contribuíram com somas apreciáveis, que nos permitem realizar muita coisa interessante em Porto Seguro” (Andrade, 1987:33-5).

⁶¹ Apesar de terem sido encontradas várias matérias de jornal no Arquivo Noronha Santos, esta matéria especificamente não foi localizada nas pastas de Porto Seguro, mas sim no livro *Rodrigo e o SPHAN* (Andrade, 1987:33-5), que a reproduz na íntegra.

⁶² A matéria não cita o nome de Erik Hess, mencionando apenas que um “fotógrafo do serviço” teria viajado com Rodrigo. Entretanto, não há registro da presença de outros técnicos do SPHAN em Porto Seguro neste ano e as únicas fotos datadas de 1939 encontradas no arquivo são de Hess.

A bagagem do fotógrafo Hess trazia três fotos de um paredão construído em alvenaria de pedra atribuído à primeira igreja construída no Brasil. O registro daquele elemento arquitetônico, considerado como remanescente da Igreja de São Francisco de Assis, marca a sua inserção no rol dos ‘monumentos históricos nacionais’, conforme as primeiras impressões de Rodrigo Melo Franco de Andrade:

“Entre os principais monumentos que examinei ali, quero destacar os vestígios da igreja da Glória e os redutos de Santa Cruz⁶³, cuja construção é atribuída do ano de 1503. Se for exata essa data, pois não tenho elementos precisos para apurar isto no momento, trata-se das primeiras edificações feitas no Brasil” (Andrade, 1987:35).

Rodrigo também comenta sobre as obras realizadas antes da sua chegada:

“Verifiquei pessoalmente os magníficos efeitos da revoada de maio, organizada pelos Diários Associados, pois a cidade foi muito beneficiada, tendo remodelado as suas construções, que encontrei pintadas de novo, com cores alegres e bizarras” (Andrade, 1987:34).

A matéria de jornal citada é o mais extenso registro sobre a viagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade identificada nesta pesquisa, e a que melhor contextualiza as duas iniciativas distintas dos “Diários Associados”, em prol dos monumentos de Porto Seguro. A primeira é um evento que tem como consequência as obras realizadas pelo governo estadual, brevemente comentadas no item anterior sob o ponto de vista interno do órgão de preservação. A realização de obras estaduais é confirmada na primeira vistoria do SPHAN em Porto Seguro pelos comentários de Rodrigo Andrade.

A segunda iniciativa dos “Diários Associados” demonstra que no período em análise o conglomerado realizou doações ao SPHAN e utilizou a sua estrutura para a difusão de uma ampla campanha de captação de recursos para a preservação dos monumentos de Porto Seguro, que repercutiu em todo o território nacional e conseguiu sensibilizar o empresariado. Os resultados desta campanha e seus

⁶³ Dos “redutos de Santa Cruz” resta apenas o “Fortim”, monumento à meia encosta, logo abaixo da Cidade Alta de Porto Seguro, inventariado pelo IPAC-Ba (Bahia, 1988:359-60) e mencionado no item 5.1.2. O segundo reduto, ou “bateria de costa”, parece ter sido ignorado nos anos seguintes e talvez destruído.

reflexos podem ser observados nas matérias publicadas após a revogada de Assis Chateaubriand⁶⁴.

5.2.4.3. Estratégia da aplicação dos recursos dos “Diários Associados” em Porto Seguro

As obras realizadas pelo governo do Estado no paço e em duas igrejas de Porto Seguro em 1939, foram provavelmente de natureza emergencial, ou estética, visando principalmente melhorar o aspecto dos edifícios para o evento promovido pelos “Diários Associados”. Contudo, a utilização dos recursos angariados por Assis Chateaubriand, permitiria ao SPHAN a realização de obras de conservação mais criteriosas, cujo planejamento exigido pôde ser analisado através da correspondência e produção técnica identificada, exibidas nos anexos B e C.

No mesmo dia em que agradecia a Assis Chateaubriand a doação de dez contos de réis pelos “Diários Associados” para obras em Porto Seguro, em 01/06/1939, Rodrigo Andrade enviava um ofício a Godofredo Filho, solicitando, em poucas linhas, informações para:

- “ - *Coligir os elementos necessários para elaborar o projeto das obras*
- *Arrumar os meios para a execução das obras*
- *Informar os meios de transporte e data para atacar os trabalhos desejados*”⁶⁵.

A resposta à solicitação de Rodrigo, elaborada por Godofredo Filho, em 19/06/1939, evidencia as dificuldades experimentadas nos primórdios do órgão de preservação para iniciar a sua atuação em Porto Seguro. Em primeiro lugar, Godofredo não conhecia nenhuma pessoa habilitada na cidade para tal tarefa, o que obrigaria uma vistoria “in loco”. Em segundo, Porto Seguro não possuía ligação terrestre com a

⁶⁴ Matérias do jornal “O Jornal” do Rio de Janeiro e “Estado de Minas” de Belo Horizonte, publicadas entre 04/06 e 04/08/1939 (IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 92, doc.19-23).

⁶⁵ Idem, pasta 92, doc. 17.

capital do estado⁶⁶, obrigando o deslocamento sob as seguintes condições informadas a Rodrigo:

“a. Vapores da Cia. de Navegação Baiana, em viagens quinzenais, com escalas, custando uma passagem de 1a. classe, rs. 95\$900;

b. Hiates de aço, a motor, da firma Correia Ribeiro e Cia., em viagens mensais, com escalas, custando uma passagem de 1a. classe, rs 63\$000;

c. Aviões da Panair (até Canavieiras) e da Condor (até Belmonte), custando neles, uma passagem (excetuado o desconto de 50% a que têm direito os funcionários federais quando da requisição dos Ministérios), respetivamente 350\$000 e 377\$400.

Comunico-vos, outrossim, que Belmonte é a última escala, perto de Porto Seguro, em que tomam os aviões e a maioria dos vapores que viajam regularmente para esta faixa do sul do estado. De Belmonte a Porto Seguro, a condução é feita em barcos, lanchas, ou, mesmo, a cavalo (cêrca de 18 léguas)”⁶⁷.

Apesar da correspondência sugerir que tivesse sido Godofredo Filho o responsável pelo planejamento das obras a serem realizadas em Porto Seguro, o fato é que o próprio diretor geral do SPHAN, Rodrigo Andrade, é quem viaja para lá na companhia de outros técnicos, em agosto de 1939⁶⁸, conforme já abordado no tópico anterior. Além da entrevista publicada na matéria de jornal anteriormente mencionada, não foram localizados documentos sobre a viagem de Rodrigo Andrade nas pastas do Arquivo Noronha Santos que tratam de Porto Seguro. De acordo com a mesma matéria, Rodrigo teria partido do Rio para Salvador e de lá para Porto Seguro de avião, contando para isso com o apoio da Aeronáutica Civil (Andrade, 1987:34).

⁶⁶ A primeira via foi implantada em meados da década de 1960, consolidada pela implantação da rodovia BR-101, inaugurada em 1973 com um ramal de acesso ligando Eunápolis a Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália (Bahia, 1974:19).

⁶⁷ IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 92, doc. 24-5.

⁶⁸ A julgar pela matéria do “O Jornal” de 04/08/1939 informando a chegada de Rodrigo a Porto Seguro (IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 92, doc. 26) e da entrevista publicada em 01/09/1939 após o seu regresso ao Rio de Janeiro (Andrade, 1987:33-5).

Durante a vistoria em Porto Seguro, Rodrigo Andrade e sua equipe realizam o que poderia ser denominado como primeiro inventário do patrimônio construído local, abrangendo as igrejas da Cidade Alta, a Igreja da Glória e a Igreja de Na. Sra. d'Ajuda, além do fortim e do Paço Municipal (antiga casa de câmara e cadeia), únicos monumentos não religiosos relacionados. Rodrigo também encomendou a elaboração de desenhos de alguns edifícios de interesse ao "Dr. Evandro"⁶⁹.

Apesar da insuficiência de informações a respeito da viagem da equipe de Rodrigo Andrade a Porto Seguro, parece evidente que na sua estadia não havia ainda sido escolhido um empreiteiro para a realização das obras de interesse do órgão, decisão que coube ao escritório de Salvador. As lacunas documentais, no entanto, não permitem afirmar se José Reis ou o próprio Rodrigo elaboraram algum tipo de registro com as especificações mínimas para a conservação dos edifícios identificados. Deste modo, parece que o próprio empreiteiro foi incumbido de estabelecer as especificações das obras, posteriormente revisadas pelo SPHAN.

A escolha do empreiteiro para as obras ocorreu em Salvador, com o auxílio do Dr. Galdino Mendes, diretor da Aeronáutica Civil, que apresentou a Godofredo Filho o Sr. José Ribeiro Coelho, empreiteiro de Galdino em Porto Seguro, para que elaborasse especificação de obras e orçamentos⁷⁰. O próprio José Ribeiro esteve novamente com Godofredo Filho para lhe mostrar os orçamentos e plantas do paço e igreja dos jesuítas, documentos encaminhados diretamente para o SPHAN do Rio de Janeiro através de Galdino Mendes, em 06/11/1939⁷¹.

Apenas três dias depois do ofício de Godofredo Filho, em 09/11/1939, os orçamentos de José Ribeiro Coelho são analisados por José Souza Reis, da Seção Técnica. Na sua avaliação, as especificações do empreiteiro precisavam ser revistas pessoalmente, sugerindo a viagem de Godofredo Filho ao local, pois o empreiteiro havia previsto obras cujo escopo poderia interferir na originalidade dos monumentos, visto que eles já teriam perdido muito do seu aspecto primitivo, não interessando ao órgão a realização de grandes obras de restauração. Os trabalhos em Porto Seguro

⁶⁹ IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 92, doc. 27.

⁷⁰ Idem, pasta 92, doc. 27.

⁷¹ Idem, pasta 92, doc. 31.

deveriam ser orientados, portanto, “(...) *no sentido de simples conservação e preservação no sentido do que ainda existe*”⁷².

O despacho de José Reis seguiu para Rodrigo Melo Franco de Andrade, que no mesmo dia registrou estar “de acordo”⁷³ com a orientação sugerida. No dia seguinte, em 10/11/1939, Rodrigo envia para Godofredo cópia da carta de José Ribeiro com os orçamentos⁷⁴, seguida de outra correspondência, o ofício nº 442 de 1º/12/1939, não localizado, mas citado na resposta de Godofredo. Nesta última, Godofredo Filho informa em 05/12/1939 que viajará para Porto Seguro a fim de revisar os orçamentos⁷⁵.

Há um intervalo de vários meses desde o encaminhamento da documentação de José Ribeiro até a vistoria de Godofredo Filho, que ocorre apenas no final de abril de 1940. A única hipótese levantada para este atraso seria a de que a relação entre o órgão e a prefeitura de Porto Seguro era politicamente delicada, pois a municipalidade, ou pessoas relacionadas a ela, teria interesse em gerenciar as obras, mas esta responsabilidade estava sendo atribuída a José Ribeiro Coelho. Tal situação é demonstrada nos comentários feitos pelos Srs. Galdino Mendes e José Ribeiro a Godofredo Filho, registrados em ofício enviado a Rodrigo Andrade, a respeito do Sr. Evandro Vianna de Araújo, que havia sido contratado pessoalmente pelo próprio Rodrigo para a elaboração de desenhos dos edifícios:

*“Disseme-lhe o sr. Galdino e o sr. José Ribeiro não vêem com bons olhos o dr. Evandro, pessoa da intimidade do prefeito, pelo que me abstive, por ora, de anunciar-lhes que o dr. Evandro incumbiu-se de alguns serviços por nossa conta”*⁷⁶.

O processo de obras só é retomado em 27/03/1940, quando Rodrigo Andrade comunica a Godofredo Filho que José Ribeiro Coelho havia sido escolhido para

⁷² Idem, pasta 92, doc. 33.

⁷³ Idem, ibidem.

⁷⁴ Idem, pasta 92, doc. 32.

⁷⁵ Idem, pasta 92, doc. 35.

⁷⁶ Idem, pasta 92, doc. 27.

gerenciar as obras em detrimento ao prefeito municipal, mencionando ainda a necessidade de iniciar os trabalhos “o mais rápido possível”⁷⁷.

5.2.4.4. Planejamento das obras na Igreja da Glória

Os já mencionados orçamentos de José Ribeiro Coelho datam de 31/10/1939 e determinam não apenas os custos, como também as especificações das obras a serem realizadas nos edifícios selecionados durante a viagem de Rodrigo Andrade. Um dado importante com relação aos serviços é a pesquisa para a identificação de alicerces tanto na Igreja da Glória, conforme transcrito abaixo, quanto nas ruínas do Colégio dos Jesuítas:

<i>“I – Reforço dos alicerces e obturação das fendas maiores do paredão</i>	<i>300\$000</i>
<i>II – Limpeza (destocamento, capinação) e gramagem da suposta área da igreja; procura e proteção de outros alicerces acaso existentes</i>	<i><u>200\$000</u></i>
	<i>500\$000⁷⁸”</i>

Ao final de abril de 1940, Godofredo Filho realiza a sua primeira viagem de inspeção a Porto Seguro e revisa os orçamentos de José Ribeiro Coelho. Além dos telegramas enviados para Rodrigo Andrade⁷⁹, um primeiro relato do diretor da 5ª Região, elaborado durante o retorno a Salvador, demonstra que ele ficou muito impressionado com a cidade. A respeito da Glória ele menciona, preliminarmente, no referido documento, que “[...] *O paredão da Igreja da Glória sofrerá as obras indispensáveis para que fique de pé*”⁸⁰.

⁷⁷ IPHAN/Arquivo da 7ª CR/Caixa “Documentos Godofredo Filho – Rodrigo Melo Franco Andrade. 1937 / 1967 – Correspondência; relatórios, fotografias”.

⁷⁸ IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 93, doc. 5.

⁷⁹ Idem, pasta 92, doc. 37 e 38.

⁸⁰ Conforme aerograma manuscrito, enviado de Canavieiras em 02/05/1940. Idem, pasta 92, doc. 40-42.

De volta à capital, Godofredo Filho elabora um parecer de quatro páginas sobre a revisão dos orçamentos de José Ribeiro Coelho, que é reduzido a praticamente à metade do valor total inicialmente apresentado. Em suas “conclusões”, Godofredo relata que os orçamentos somavam 84:352\$000 e passaram para 42:983\$600, restando um saldo de 7:016\$400, dos 50:000\$000 disponibilizados pelos “Diários Associados” para as obras. A diferença de valores foi decorrente da atenção de Godofredo Filho ao parecer já mencionado da Seção Técnica do órgão sobre o assunto, que havia concluído não interessarem em Porto Seguro grandes obras de restauração. O diretor sugere, ainda, o emprego do saldo na construção de um novo pedestal para o marco da descoberta e a proteção das ruínas do reduto da costa (Fortim), visto que elas não seriam contempladas pelas obras e precisavam ser protegidas, para que não desaparecessem. O parecer de Godofredo é enviado para Rodrigo Andrade em 09/05/1940, com as seguintes observações sobre a igreja da Glória:

“[...] o que resta da Igreja da Glória, de 1503, é um negro paredão carcomido, com o reboco quasi todo descascado, pondo à mostra solidíssima alvenaria. Urge protegê-lo. Reforçar-lhe os alicerces, fechando os grandes buracos cavados em seu derredor, e (propõe o empreiteiro) amparar o velho muro, obturando-lhe as brechas maiores e sustentando-o com dois pequenos gigantes postos, um, no lado sul, outro, no lado oeste. Na parte de cima, para livrar o muro da ação das chuvas, alvitram cobri-lo com telhas estendidas a guisa de um telhadinho de duas águas. Aguardo, sobre todas essas sugestões propostas o pronunciamento definitiva da Seção Técnica do Serviço. Aconselhamos que fosse destocada, capinada, roçada e, depois, gramada, a suposta área da igreja, conservando-se à mostra quaisquer alicerces acaso encontrados”⁸¹.

Ao receber o documento de Godofredo Filho, Rodrigo Andrade despacha-o à Seção Técnica do órgão “com a urgência necessária”, em 13/05/1940⁸². Alguns dias depois, em 21/05/1940, Rodrigo remete a Godofredo cópias do parecer da Seção Técnica e das “Anotações Complementares de Lúcio Costa”, recomendando

⁸¹ Idem, pasta 92, doc. 14 e 15.

⁸² Idem, pasta 92, doc. 44.

considerar os documentos para orientar os trabalhos projetados⁸³. As Anotações de Lúcio Costa e a comparação das suas observações com o registro arqueológico merecem uma atenção especial e são tratadas no item seguinte.

5.2.4.5. As “Anotações Complementares de Lúcio Costa” em comparação aos dados arqueológicos

As “Anotações” elaboradas por Lúcio Costa sinalizam a conclusão da avaliação técnica do SPHAN a respeito das obras de Porto Seguro, conforme o modelo administrativo contextualizado anteriormente no item 5.2.1, que pressupõe o pronunciamento do arquiteto na avaliação final dos processos em trâmite no órgão, precedendo o despacho final de Rodrigo Andrade. Contudo, antes de tratar das observações de Lúcio Costa, cabe ressaltar que o documento original não foi localizado nos arquivos do IPHAN e na síntese publicada dos documentos do trabalho do autor, organizada por José Pessôa (1998).

No Rio de Janeiro, apenas uma cópia datilografada da primeira página das “Anotações Complementares” foi identificada e transcrita na íntegra⁸⁴. Todavia, o prosseguimento das pesquisas no arquivo do IPAC-Ba revelou que a equipe do inventário havia localizado no arquivo do IPHAN de Salvador, em 1977, o documento de Lúcio Costa, transcrevendo-o em fichas divididas de acordo com os tópicos de cada imóvel comentado nas “Anotações”. As referências bibliográficas de Lúcio Costa citadas no inventário (Bahia, 1988), tanto para a Igreja da Glória quanto para os demais bens tratados no documento inicial, foram baseadas nestas fichas de pesquisa.

Para tentar validar o conteúdo das fichas, a transcrição realizada no Rio de Janeiro, que compreendia as anotações sobre o “Paço Municipal” e parte do texto sobre a “Matriz”, foi comparada com as transcrições da equipe do inventário. Como resultado, constatamos que a equipe reproduziu na íntegra o texto de Lúcio Costa, ao menos com relação aos bens mencionados. Deste modo, se considerarmos que

⁸³ Idem, pasta 92, doc. 43.

⁸⁴ Idem, pasta 92, doc. 46.

a comparação realizada é válida também para a Igreja da Glória, as “Anotações Complementares” têm o seguinte conteúdo:

“Glória – Deve-se evitar a cobertura de telhas. Convém verificar o prumo. Caso esteja perfeito, a consolidação do terreno, obturação das fendas maiores e cimentação do topo superior, talvez dispensem os contrafortes propostos pelo empreiteiro. Esse pano de muro não pode datar de 1503 (vê-se na fotografia alguns fragmentos que parecem de tijolo).”

Conservar a pequena casa que se vê na foto que segue junto, ou na primeira oportunidade”⁸⁵.

A análise de Costa a respeito das ruínas, elaborada a partir de uma foto, é tratada de modo sucinto e direto: a coluna de pedras não poderia datar do século XVI pois o arquiteto havia notado a presença de objetos que ‘pareciam’ ser tijolos. Tal afirmativa sustenta o discurso do inventário estadual, conforme observado no item 5.1.4, que associa o “campanário” ao “século XVIII” em função de sua “planta quadrada” e “fábrica em alvenaria mista” “de pedra e tijolo”, informação oficial a respeito das ruínas, a qual é reproduzida até o presente.

Na falta de outros elementos de análise documentados, podemos dizer que Lúcio Costa se enganou. As fotos de 1939 constituem, provavelmente, a base da sua análise e, mesmo que não fossem, corresponderiam, pelo menos, a um estado de conservação do elemento arquitetônico semelhante ao analisado pelo arquiteto. As imagens realmente sugerem a presença de tijolos na estrutura, conforme pode ser observado nas reproduções trabalhadas no capítulo anterior [fotos 1, 2 e 3 analisadas no capítulo 4]. Entretanto, a regularidade dos elementos que compõem a alvenaria, reforçada por linhas paralelas horizontais, principalmente na seção superior da coluna, não é resultado da utilização de tijolos. Pelo contrário, a regularidade consiste em uma característica observada nas rochas extraídas dos bancos de arenito próximos à praia⁸⁶, matéria-prima que talvez o arquiteto não conhecesse em detalhe.

⁸⁵ Arquivo do IPAC-Ba, fichamento realizado por Elizabeth Câmara em 27/12/1977.

⁸⁶ Estas formações são definidas por Dominguez (2000), conforme já mencionado no capítulo 2.

De fato, nos blocos de alvenaria de pedra remanescentes da coluna, assim como no universo material resgatado com as escavações e posteriormente analisado, não foram encontrados indicativos da existência de tijolos na alvenaria de pedra, o que remeteria à “alvenaria mista” registrada pelas informações oficiais. Além disso, em se tratando dos tijolos cerâmicos analisados, apesar de representarem um conjunto relativamente pequeno, de 215 fragmentos resgatados, que devem ser considerados em conjunto com aqueles que permanecem *in loco* como testemunhos de um vestígio de piso, constatamos que não há indícios da utilização destes objetos em uma estrutura mista, visto que a presença de argamassa impregnada nas peças foi verificada em apenas uma das faces de três fragmentos, conforme tratado no item 3.3.3.2. Por outro lado, não há também, entre as 610 rochas e os 585 fragmentos de argamassa analisados, vestígios de tijolos cerâmicos agregados.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à datação relativa dos arquitetos baseada na presença ou não de tijolos, que associou a coluna de pedras ao século XVIII. Salvo a necessidade de realização de outras datações absolutas para calibrar a única amostra enviada para laboratório, o resultado obtido indicou 1570 como a data máxima do remanescente de piso cerâmico, conforme demonstrado no item 4.3.

5.2.4.6. O registro da execução de obras e as impressões de Ghislandi e Godofredo Filho sobre a igreja da Glória

A correspondência mantida entre Rodrigo Andrade e Godofredo Filho deixa evidente a pressa do diretor geral em providenciar a execução das obras em Porto Seguro o mais rápido possível e as dificuldades enfrentadas para tanto. Após o envio do último parecer da Seção Técnica com as Anotações de Lúcio Costa para Salvador, por exemplo, Rodrigo Andrade remete outra mensagem, em 13/06/1940, solicitando informações sobre o início das obras⁸⁷. Na resposta de Godofredo Filho, ele e Rodrigo ainda discutiam os termos para a formalização do contrato com o empreiteiro, assinado apenas no dia 19/07⁸⁸. No entanto, José Ribeiro Coelho já

⁸⁷ Idem, pasta 92, doc. 47.

⁸⁸ Idem, pasta 92, 49-52.

estava juntando o material necessário para iniciar os trabalhos, conforme informado em 26/06 do mesmo ano⁸⁹.

No início de agosto de 1940, Godofredo Filho pede ao prefeito e ao vigário que deixem os edifícios à disposição para as obras, mas somente em 29/08/1940, um ofício de Godofredo deixa entrever, primeira vez, que os trabalhos já estão em andamento, informando mais adiante que visitará as obras ao final de outubro⁹⁰.

O registro mais preciso que comprova a realização de uma intervenção na igreja da Glória é o relatório do engenheiro Pedro Ghislandi⁹¹, datado de 08/01/1941, onde consta o seguinte:

“Igreja da Glória

I Item:

Ainda não foi feito.

O paredão mantém-se apurado apesar de grande buraco cavado ao seu redor. Os alicerces parecem ser bastante profundos, talvez dois metros. – Conforme entendimento que tive como empreiteiro, as fendas e as erosões serão obturadas com o mesmo tipo de pedra que é constituída a alvenaria (arenito) e com o mesmo tipo de argamassa (cal e barro).

II Item:

Uma primeira limpeza já foi feita na area circunvizinha, a procura de outros alicerces acaso existentes dos quais não encontrado o minimo vestígio o que faz supor que o paredão não seja resto ou ruina de igreja e sim qualquer torre ou marco de assinalação marítima, atendendo tambem ao fato de que esta paredão tem reboco em todas as suas quatro faces e não apresenta em nenhum delas traço de ligação com outra alvenaria.

Conforme acordo com o empreiteiro será feita outra limpeza e capinação e gramagem de certa area ao redor.

⁸⁹ IPHAN/Arquivo da 7ª CR/Caixa “Documentos Godofredo Filho...”

⁹⁰ Idem, ibidem.

⁹¹ “Engenheiro e empreiteiro. Era responsável pela realização de obras do PHAN na Bahia” (Pessôa, 1998:307).

A parte superior do paredão está protegida e impermeabilizada com uma camada de argamassa com duas inclinações (água) para protegê-lo das águas pluviais. —⁹².

O relatório de Ghislandi faz referência à estrutura de tópicos da especificação dos serviços que integra o orçamento de José Ribeiro Coelho, exposto na pág. 127. Deste modo, o primeiro item ainda não realizado mencionado pelo engenheiro seria o de reforço dos alicerces e obturação de fendas, apesar de já ter sido realizada a impermeabilização do topo da coluna, de acordo com a referência do item seguinte. Ainda sobre este item, não há como determinar o tamanho e a extensão do “grande buraco” cavado ao redor da coluna, que pode corresponder ao mesmo observado na Foto 3 analisada no capítulo anterior [figura 83, pág. 81].

O segundo item do relatório, tratava do serviço de “procura e proteção de outros alicerces acaso existentes”, cujo resultado havia sido, até o momento, negativo. Neste caso, é provável que o empreiteiro tenha realizado escavações nas proximidades da coluna, atividade corriqueira neste tipo de intervenção do SPHAN, pois apenas nas últimas décadas os arqueólogos começaram a se fazer presentes. Como exemplo em Porto Seguro, o arquivo Noronha Santos possui fotos da igreja dos Jesuítas mostrando as ruínas do Colégio totalmente escavadas para a localização dos alicerces que, à época do registro, estavam protegidos por uma grande quantidade de sedimentos⁹³.

O texto de Ghislandi destaca-se nesta narrativa por apresentar, pela primeira e única vez, uma interpretação distinta para as ruínas da igreja da Glória que põe em dúvida a atribuição dos remanescentes construtivos à referida igreja, sugerindo a sua utilização como “torre ou marco de assinalação marítima”, conforme os motivos por ele justificados. Independentemente da validade ou não da sua colocação, é importante observar que, em nenhum dos textos já citados, é feita qualquer menção à existência de vestígios de paredes de taipa, por exemplo, cuja existência será abordada apenas na década de 1980, no inventário estadual. Deste modo, partindo do aspecto do sítio mostrado nas fotos do IPAC-Ba, que sugere a possibilidade de visualização dos vestígios das paredes de um edifício, torna-se difícil perceber qual

⁹² IPHAN/Arquivo Noronha Santos, pasta 94, doc. 13.

⁹³ Idem, pasta 153, envelope 3. As mesmas ruínas foram alvo de uma intervenção arqueológica realizada a pedido do IPHAN em 2001 (Etchevarne, 2002).

foi a impressão de Pedro Ghislandi e dos demais técnicos do SPHAN que estiveram no local a respeito do contexto no qual estava inserida a coluna de pedras, considerando que, parece mais provável a hipótese dos mesmos terem ignorado outros elementos, que não os construídos em pedra e cal.

Com base no relatório de Ghislandi, Godofredo Filho elaborou em 15/01/1941 um outro documento de seis páginas que, aparentemente⁹⁴, acompanhou o relatório inicial quando do envio para Rodrigo Andrade. O seu texto reforça tanto a opinião de Ghislandi sobre a função, quanto o parecer de Lúcio Costa sobre a antigüidade da coluna, determinando as referências oficiais posteriores sobre o sítio, ao comentar o seguinte:

“Igreja da Glória

“II Item – Não parece destituída de interesse a hipótese do Dr. Pedro Ghislandi sobre a origem do paredão que a tradição afirma ter pertencido á igreja da Glória. Convém lembrado que a Seção Técnica do S.P.H.A.N., á vista dos elementos constitutivos do dito paredão, negou que o mesmo datasse dos primeiros anos do séc. XVI” [grifado assim no original]⁹⁵.

Após o envio dos relatórios mencionados ao final de janeiro de 1941 para Rodrigo Andrade, não foram encontrados outros registros oficiais com relação às obras em Porto Seguro. Uma matéria do jornal “A Tarde”, entretanto, informa que as obras de “reconstrução e conservação dos monumentos históricos existentes em Porto Seguro”, entre eles “um paredão ainda existente da antiga igreja de S. Francisco”, haviam sido finalizadas por José Ribeiro Coelho⁹⁶.

⁹⁴ ‘Aparentemente’, pois não localizamos a primeira página deste documento, que está disperso em várias pastas do arquivo. Apesar disso, todas as folhas encontradas são originais e a última está datada e assinada.

⁹⁵ IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 93, doc. 6.

⁹⁶ Idem, pasta 92, doc. 61.

5.3. O ADVENTO DA ARQUEOLOGIA: O RELATÓRIO DE EDNA MORLEY

As informações levantadas pela arqueóloga Edna June Morley são utilizadas em várias ocasiões no decorrer da dissertação, pois ela é a responsável pelo registro inicial das ruínas do Outeiro como sítio arqueológico, assim como pela primeira aplicação de uma metodologia de análise arqueológica ao sítio. Entretanto, consideramos importante destacar brevemente alguns aspectos do contexto da sua atuação em Porto Seguro, sem adentrarmos às relações institucionais entre a Prefeitura Municipal de Porto Seguro e a SPHAN/Pró-Memória à época da presença da arqueóloga em campo.

Conforme já exposto, Edna pertencia ao Núcleo de Arqueologia do SPHAN/Pró-Memória no Rio de Janeiro, e foi enviada a Porto Seguro para averiguar a comunicação de irregularidade ocorrida nas “ruínas da Igreja da Glória” feita pelo então diretor do Escritório Técnico de Porto Seguro, arquiteto Francisco de Assis S. de Santana ao diretor da 5ª Regional de Salvador, Prof. Ary Guimarães.

A vistoria de Edna ao local ocorreu entre 11 e 13/12/1984 e, em seu relatório de viagem, ela descreve a retirada de cerca de 50 cm de terra do sítio arqueológico, constatada em uma área de 800 m², onde teriam sido “poupadas as ruínas que estavam aflorando”⁹⁷. Segundo apurado pela arqueóloga, o então prefeito, Sr. Valdívio Costa⁹⁸, realizou uma terraplenagem irregular no local, pois pretendia construir ali a residência oficial do Executivo, o “Palácio Caramuru”. Próximo a este edifício seria levantado o “Hotel Embaúba”.

Quando Edna Morley esteve no sítio arqueológico, dois anos já haviam se passado desde o registro das ruínas pela equipe do IPAC-Ba. Todavia, a arqueóloga não havia encontrado informações sobre o sítio no escritório de Porto Seguro, pois a publicação do inventário ocorreu apenas em 1988.

⁹⁷ Idem, pasta 143, p. 3.

⁹⁸ Em entrevista concedida em novembro de 2000 por ocasião da elaboração do relatório de atividades da escavação arqueológica, o ex-prefeito Valdívio Costa informou que não teve nenhuma responsabilidade sobre o ocorrido e que na verdade a movimentação de terra foi realizada para a construção de um hotel, por iniciativa privada. Esta versão difere bastante daquela apurada pelo IPHAN e constante no relatório da arqueóloga Edna Morley (IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 143).

De volta ao Rio de Janeiro, Edna encontra nos arquivos as fotos de 1939 de Erik Hess, analisadas neste trabalho, constando a inexistência da coluna de pedras referida por Godofredo Filho no processo de tombamento de Porto Seguro, fato desprezado pelo órgão de preservação naquele momento. A informação do processo deveria ser, por sinal, a única que o órgão dispunha para lidar com o monumento. Devido do desconhecimento das imagens de 1939, Edna chega a reproduzir uma das fotos de Hess em seu relatório [aqui referida como Foto 2, figura 49, pág. 78], conforme visto no documento original, consultado no Rio de Janeiro⁹⁹.

Transcorridos vários anos após a passagem de Edna Morley por Porto Seguro, constatamos haver na Sub-Regional uma cópia do seu relatório, ausente dos anexos iconográficos e com a sua legibilidade comprometida. Com a publicação do IPAC-Ba em 1988 e a reiteração de informações sem o conhecimento das imagens de 1939, conforme já abordado no início deste capítulo, a informação oficial a respeito do sítio arqueológico em vigência continua a ser aquela de Godofredo Filho e Lúcio Costa.

5.4. A PRIMAZIA SERÁFICA

A narrativa seráfica é popular entre os moradores de Porto Seguro, principalmente os mais antigos. É ela que confere os significados pelos quais o sítio arqueológico é tradicionalmente reconhecido pela comunidade católica e o público em geral, motivando uma abordagem específica dos discursos elaborados pelos religiosos. O aspecto principal a ser observado nas crônicas franciscanas por esta dissertação, no entanto, não é a precisão das datas atribuídas aos fatos. O importante é notar que, apesar das discordâncias a respeito deste assunto, existe uma unidade no discurso em torno da história da igreja de São Francisco, iniciada com a chegada a Porto Seguro de dois missionários franciscanos nos primeiros anos do século XVI. A obra destes padres é reconhecida como a primeira ação catequizadora no Brasil, conforme citado pelo próprio padre Manoel da Nóbrega, que ao chegar a Porto Seguro, em 1549, verificou haver dezenas de índios batizados por “*padres enviados por D. Manuel a este país*” (cf. Willeke, 1978:19).

⁹⁹ IPHAN/DID/Arquivo Noronha Santos, pasta 143.

A análise das narrativas franciscanas obedeceu a uma cadeia cronológica iniciada pela consulta de Willeke (1978), Van der Vat (1952) e Röwer (1947), que fazem referência a autores dos séculos XVIII e XVII, como Jaboatam (1741), o jesuíta Telles (1645) e Ilha (1975[1621]), criando a necessidade de localização destas obras raras em disponibilidade de consulta¹⁰⁰. Frei Venâncio Willeke é o cronista franciscano com obra mais recente publicada (1978) a tratar do descobrimento do Brasil e dos primeiros missionários que aqui chegaram. Ao tentar organizar as informações já disponibilizadas sobre o assunto, ele lista nove obras de autores franciscanos que tratam do tema, incluindo a sua. Destas nove, cinco foram consultadas nesta dissertação, acrescidas de duas crônicas jesuíticas – Vasconcelos (1663) e o já citado Telles (1645) – e uma outra franciscana, de Frei Apolinário da Conceição (1733), que não é listada entre as nove mas consta na bibliografia de Willeke. A busca por Frei Apolinário ocorreu devido à sua utilização no IPAC-Ba.

Nas crônicas franciscanas existe um consenso em torno da primazia da religião seráfica no Brasil, assunto que intitula capítulos e até obras inteiras. São considerados os primeiros religiosos a chegarem ao Brasil, os franciscanos, que acompanharam o frei Henrique de Coimbra e a esquadra de Cabral em 1500. Jaboatam descreve nos primeiros capítulos do *“Orbe Serafico novo Brasílico”* (1741) a saga destes primeiros missionários e suas primeiras ações evangelizadoras. Conforme frei Apolinário, segundo alguns autores os religiosos seriam em número de oito:

“Então estes portuguezes, e filhos de habito da muy Santa Provincia de Portugal, da qual deraõ, segundo alguns authores, os oito, que manifestamos, posto que o padre Fr. Jacintho de Deos diz, serem alguns delles de outras Provincias; e como desta, ou daquellas são de nossa ordem, não nos toca averiguar o posto, pois o que mostro, he o serem de nossa Religião, os que primeiro na America cortaram o mato da infidelidade, e lançarão a semente do Evangelho” (Conceição, 1733:13-15).

¹⁰⁰ Encontradas na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. A obra do padre Simão de Vasconcelos encontra-se disponível na íntegra pela Internet, no site da Biblioteca Mário de Andrade, que pertence a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Um pouco mais adiante, quando o assunto são os “*segundos Indagadores desta Costa do Brasil*”¹⁰¹, a narrativa que se tornou mais freqüente informa a chegada de dois missionários em 1503, quando trataram logo de construir uma capela dedicada a São Francisco :

“(...) dous Religiosos Menores da Santa Provincia de Portugal Observante (...) no anno de 1503, passaram do Reyno para o Brasil estes Semeadores do santo Evangelho (...) e concluirão com pressa huma pobre casinha, com uma pequena Igreja da invocação do Serafico Patriarcha S. Francisco, e foi este o primeiro Templo deixado a Deos, que levantou em todo o Brasil” (Jaboatam, 1741:6-7).

“(...) no ano do Senhor de 1503 o rei Manuel enviou ao mesmo Porto Seguro um navio no qual estavam dois Frades Menores. Assim que o navio atracou começaram a exercer o ofício para o qual tinham vindo, a saber, mostrar o caminho da salvação aos ignorantes. Para isso construíram uma capela ao nosso pai São Francisco onde viveram pelo espaço de dois anos (...)” Ilha (1975[1621]:66).

Por outro lado, a respeito do momento da chegada dos missionários em 1503, as revisões contemporâneas, mais críticas e melhor documentadas, tendem a recusar esta data e recuar até, no máximo, ao ano de 1516. A narrativa do padre secular Aires de Casal (1980[1817]:29-30) oferece um ponto de vista externo em relação aos franciscanos que exemplifica o caso. O autor também apresenta dois missionários na expedição de 1503, apesar de não haver concordância sobre o seu comandante, “*que parece ser Cristóvão Jacques*” (op. cit.). As dúvidas a respeito da expedição de Cristóvão Jacques foram esclarecidas muito tempo após o término da obra de Casal. Dentre outros historiadores que se detiveram em pesquisar a documentação das primeiras expedições à costa brasileira, Jaime Cortesão confirma que Cristóvão Jacques teria saído de Lisboa em 21 de junho de 1516 e retornado em 9 de maio de

¹⁰¹ Assim Jaboatam (1741:6-7) trata os missionários que vieram a Porto Seguro depois de Cabral no início de sua narrativa.

1519 (Cortesão, 1993:325), atestando o equívoco de Casal e muitos outros autores desde Gabriel Soares de Sousa¹⁰².

Frei Venâncio Willeke, apoiado em Vat (1952), comenta que este último submeteu as várias versões sobre os primeiros franciscanos a um *“rigoroso exame”* (cf. nota em Willeke, 1978:27), concluindo que os primeiros missionários teriam sido enviados por D. Manoel I entre 1516 e 1521, ano de seu falecimento, representando portanto a segunda data o limite para a chegada dos padres a Porto Seguro. Na opinião de Willeke, os missionários não teriam chegado antes de 1516, associando o fato ao início da exploração da costa da brasileira. No ano referido, o rei assinara um decreto permitindo a *“distribuição gratuita de machados e enxadas a todos os portugueses dispostos a povoarem o Brasil”*, o que indicaria, para Willeke, que antes deste período não teria havido em Porto Seguro *“qualquer colônia que usurpasse os direitos humanos dos Tupiniquim e experimentasse a sangrenta vingança”* (1978:20-21), em referência às condições violentas que envolveram a morte destes primeiros missionários, tratados como ‘protomártires’ na literatura religiosa brasileira. Para Jaime Cortesão, 1516 é marcado por uma reorientação da política colonial em relação ao Brasil, quando ocorre o *“primeiro pensamento de colonização metódica e aproveitamento da terra com base na plantação de açúcar”* (Cortesão, 1993:325), colocação que favorece a justificativa de Willeke.

O martírio franciscano é um fato importante para a missionologia brasileira, registrado décadas após a sua ocorrência, através de relatos testemunhais colhidos pelas missões religiosas que sucederam os padres pioneiros. De acordo com Willeke, o Frei Manuel da Ilha é o primeiro cronista franciscano português a mencionar os protomártires, ao citar o testemunho de um colono dos mais antigos em Porto Seguro encontrado no arquivo provincial de Lisboa (Willeke, 1978:19). Ilha trata o fato como um *“acontecimento antiqüíssimo”*, o que impedia maior explicitação:

“(...) os indígenas conspiraram cruelmente contra os portugueses e resolveram matá-los juntamente com os Religiosos que com exímia caridade lhes pregavam a fé. Sendo por natureza indômitos, valeram-

¹⁰² Malheiro Dias comenta que Gabriel Soares de Sousa confundiu as expedições de 1501 e 1503 e talvez a de 1526 (Dias, 1923:286-7).

se da crueldade de sua condição e para isso organizaram uma feira de compra e venda perto da capela dos Religiosos. Quando os cristãos foram à feira e estavam ocupados em seu negócio, os demais índios que estavam emboscados atacaram a vila, destruíram-na e mataram os que nela se achavam. Procederam do mesmo modo com os que estavam ocupados com os negócios da feira.”

“Vendo que os indígenas não se importavam com sua pregação, os Religiosos entraram na capela e de joelhos e mão erguidas ao alto pediam a Deus, diante de um crucifixo, pela alma de todos os que ali tão atroz e grosseiramente eram chacinados e que Deus abrisse os olhos daqueles gentios a fim de reconhecerem a sua cegueira. Neste ato e local foram assassinados, e depois de despedaçados, assados e cozidos, foram devorados. Assim foi aquela terra irrigada com seu sangue; e por tal matança tornaram-se os protomártires desta região brasileira, pois foram os primeiros que nela verteram o sangue e deram a vida por amor de Deus, confirmando com sua morte a verdade que apregoavam” Ilha (1975[1621]:66-8).

Para Willeke, o martírio franciscano teria ocorrido em 1518, pois a data indicada no “*Agiológico*¹⁰³ *Lusitano*” de Jorge Cardoso (1652-66 cf. Willeke, 1978:20), não teria a pretensão de informar uma data precisa, mas sim “encaixar” o fato em um determinado período, ao modo do “martirólogo” (op. cit.). A data de 19 de junho de 1505 é citada por Frei Apolinário (Conceição, 1733:100) e Jaboatam:

“Dizem as chronicas da ordem acontecera o martyrio, ou morte destes Religiosos a dezenove de Julho de mil quinhentos e cinco, das quaes o tirou agiologio lusitano neste dia, e o padre Telles nas chronicas da companhia no lugar citado” (Jaboatam, 1741:8).

¹⁰³ Tratado acerca da vida dos santos. No português contemporâneo se escreve hagiológico.

5.4.1. A missão do rio do Frade

Alguns anos após o massacre dos primeiros padres, outros dois religiosos italianos chegaram a Porto Seguro e deram continuidade ao trabalho iniciado (Conceição, 1733:101), conforme a seguinte narrativa de Jaboatam sobre esta segunda missão:

“Assim se vio neste proposto terreno de Porto Seguro, aonde ainda que com dilatação de alguns annos, que seriam dez com pouca differença, depois do martyrio daqueles dous Religiosos Franciscanos Portuguezes, aportarão outros dous de nação Italianos, e tambem filhos do Serafico Patriarcha. Foy o seu primeiro cuidado, levantar outra Igrejinha no mesmo lugar, em que esteve na primeira, que o tempo, e o Gentio havia consumido, e com o proprio titulo do Serafico Patriarcha. Não custou tanto como aos primeiros esta obra, pois havia ja alli mais concurso de portuguezes, que a fama, ou ambição das riquezas da terra por todos os modos os levaram a ella. Não nos consta porém o tempo, que alli assistirão; mas só que com grande exemplo, e dedicação aos Catholicos, e aproveitamento daquelle Gentio” (Jaboatam, 1741:9).

Quanto ao momento da chegada destes missionários e o tempo de permanência em Porto Seguro, mais uma vez há controvérsias sobre as datas. A periodização de Jaboatam não segue a narrativa do Frei Manuel Ilha, que a faz coincidir com a segunda missão franciscana ao mesmo período do início da colonização da capitania de Porto Seguro por Pero do Campo Tourinho, que chegou em 1535:

“Alguns anos depois vieram de Lisboa outros dois Religiosos sacerdotes, um dos quais pregador, e ambos italianos. Chegando a esta vila de Porto Seguro no tempo de Pedro Tourinho, construíram outra capela sob a invocação de nosso santíssimo pai Francisco como a primeira, que o tempo e os gentios haviam destruído. Junto dela edificaram sua pobre habitação onde viviam em tamanha clausura, virtude e edificação que na opinião geral eram considerados santos” Ilha (1975[1621]:66-8).

Frei Odulfo cita o padre Manoel da Nóbrega para relatar a brevidade da passagem dos missionários por Porto Seguro:

“Chegaram aqui dois padres de S. Antônio, os quais estiveram alguns meses neste Porto Seguro e deixaram de si muito bom exemplo e grande nome pelas suas virtudes e eram italianos” (cf. Vat, 1952:87).

Um dos missionários se afogou em um rio ao sul de Trancoso, que passou a ser denominado rio do Frade desde então, conforme a continuação da citação anterior de Nóbrega em Van der Vat, seguida por Jaboatam e o padre Telles:

“(...) a umas dez milhas daqui, um deles se afogou em um rio” (Vat, 1952:87), e *“(...) Para a memoria deste caso se ficou chamando até hoje aquelle, o rio do Frade”* (Jaboatam, 1741:9-10).

“(...) um delles vadear um rio a quem nam sabia o vão, se afogou nelle, dandolhe com este desastre o nome, porque ainda hoje lhe chamam Rio do frade; como contam do Rio Tybre em Itália, que teve este nome de hum rey, que se dizia tyberino, que nelle se afogou, chamandose d’antes Albula” (Telles, 1645:433-4).

O corpo do padre teria sido retirado do rio, transportado de volta para a vila de Porto Seguro e enterrado na Igreja de São Francisco, então já reerguida, conforme Frei Jaboatam e Frei Manuel Ilha:

“Foy tirado dellas [as águas] o seu corpo, e com muita devoção, e piedade lhe derão sepultura na propria Igreja, que havia erigido, ou renovado do Serafico Patriarcha” (Jaboatam, 1741:9-10).

“(...) tomaram o corpo e o levaram à capela que ele e seu companheiro haviam construído, sepultando-o ali com grande mágoa por causa do consolo espiritual que tinham perdido com sua morte. Maior foi ainda sua desolação quando o outro Frade, por ter ficado só, voltou à sua Província, etc.” Ilha (1975[1621]:66-8).

Uma passagem interessante em Telles relata a presença de ruínas das habitações dos padres no século XVII:

“Nam sabemos que viesses outros religiosos, nã pregarores de Portugal a estas partes, senam foram tres, ou quatro da mesma ordem, que tambem acodiram á capitania de Porto seguro, aonde ainda hoje se mostram as ruinas das pobres casinhas, onde santamente habitavam” (Telles, 1645:433-4).

A narrativa de Telles sobre Porto Seguro, no entanto, é muito sucinta, não havendo a divisão das missões ora citadas. Em apenas um parágrafo (Cap. I, §10) ele trata da pregação de Nóbrega em Porto Seguro, comenta da vinda de três ou quatro missionários para acudir a capitania, passa para o trecho supracitado e finaliza o seu texto expondo brevemente o afogamento do missionário no rio do Frade, também já referido anteriormente. Por isso, na opinião de Van der Vat, as ruínas das habitações pertenceriam não aos frades da primeira missão, massacrados pelos índios, mas aos dois frades italianos da missão posterior (Vat, 1952:34). Por outro lado, considerando que Telles escreve muito tempo depois das missões iniciais, os restos observados poderiam corresponder aos dois momentos de ocupação descritos, principalmente pelo fato dos primeiros missionários terem permanecido no local pelo menos dois anos, o que pressupõe a possibilidade de se estabelecer construções maiores e mais sólidas.

6. OS NOVOS SIGNIFICADOS

6.1. DISCUSSÃO PRELIMINAR DA RELAÇÃO ENTRE O SÍTIO E O PÚBLICO

Antes das escavações no sítio arqueológico Outeiro da Glória ocorrerem, o IPHAN já discutia internamente como deveria ser o perfil da intervenção que permitiria a apropriação do sítio pelo público. Os debates eram conduzidos, pela museóloga Célia Corsino¹⁰⁴ e o embaixador Wladimir Murtinho, dentre outros¹⁰⁵, e foram impulsionados, principalmente, pela necessidade de planejamento das ações do órgão na região da Costa do Descobrimento, no período das comemorações dos 500 anos.

A idéia da equipe era a de construir no sítio um equipamento cultural que servisse de memorial, evocando os primeiros missionários que chegaram ao Brasil, cuja função estaria articulada com os demais equipamentos a serem implementados nas imediações. Para melhor caracterizar o sítio e colaborar na elaboração do projeto, Célia Corsino propôs a realização prévia de uma pesquisa arqueológica.

No entanto, finalizadas as escavações, os recursos financeiros para as obras haviam se esgotado, adiando os planos do IPHAN, que seriam retomados apenas em 2002. Com as mudanças na política interna do órgão e a saída da museóloga Célia Corsino, coube ao embaixador Wladimir Murtinho, então colaborador eventual, dar continuidade ao projeto.

Murtinho assumiu um compromisso com relação ao Outeiro da Glória e outras ações de preservação cultural na Costa do Descobrimento, que ultrapassava o âmbito profissional. Ele acreditava que o sítio deveria ser provido de um espaço que

¹⁰⁴ A ex-diretora do IPHAN/Departamento de Informação e Documentação (DID), foi a responsável pelas ações do MinC/IPHAN na Costa do Descobrimento durante os preparativos para os festejos dos 500 anos, liderando uma comissão especialmente criada para esta finalidade.

¹⁰⁵ Além de Célia Corsino e do embaixador Wladimir Murtinho, segundo a arquiteta Cássia Boaventura, então diretora do escritório de Porto Seguro, ela e o presidente do órgão na ocasião, Glauco Campello, participaram das discussões, dentre outros técnicos.

abrigasse adequadamente a imagem de São Francisco de Assis e permitisse, ao menos uma vez ao ano, no dia do santo, a celebração de um culto. Para tanto, com o apoio do arquiteto Fernando Madeira, foi elaborado um estudo para o pavilhão que seria construído na área adjacente ao sítio arqueológico¹⁰⁶.

O projeto de Madeira previa a construção de uma torre sineira e um edifício multiuso, que serviria para abrigar um espaço museográfico, eventualmente podendo ser convertido em local para culto. Todavia, o projeto arquitetônico aludia à imagem de uma igreja, o que certamente confundiria o público visitante, pois seria inevitável

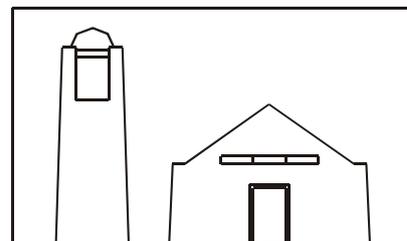


Figura 78: Torre sineira e pavilhão, propostos para o Outeiro da Glória.

a associação entre o edifício proposto a uma possível réplica da “primeira Igreja do Brasil”.

O arquiteto havia elaborado os seus primeiros estudos antes de conhecer o sítio arqueológico. Ao chegar a Porto Seguro, Madeira foi posto em contato com os resultados das escavações e logo percebeu que a implantação do seu projeto exigiria uma discussão mais aprofundada, para não interferir na leitura do sítio arqueológico. Por isso, o arquiteto e a diretora do IPHAN local sugeriram que nos reportássemos diretamente ao embaixador Murtinho, visto que as diretrizes do projeto eram dele.

A conversa com o embaixador ocorreu na seqüência, aproveitando uma de suas passagens por Porto Seguro. De posse do relatório de atividades (Nascimento et al., 2002), expusemos ao Sr. Murtinho que o projeto do edifício e torre eram inadequados para lidar com aquele contexto, considerando o fato de que o principal elemento arquitetônico identificado no sítio arqueológico, a coluna de alvenaria de pedra, era passível de ser reconstituída. Deste modo, se a intenção era a de criar algo monumental para assinalar o local da Igreja de São Francisco de Assis, o embaixador foi convencido de que o sítio já o possuía.

¹⁰⁶ Vários estudos foram desenvolvidos para a construção deste edifício. Entre eles, um projeto executivo completo elaborado por Glauco Campello. Um terreno anexo ao local das ruínas foi doado ao IPHAN com a finalidade de implantação deste equipamento.

A coluna de pedras em si, com seus mais de quatro metros de altura, poderia atender à necessidade de projeto, sem que fosse preciso, para isso, a introdução novos elementos no sítio. Tal preocupação se dava, principalmente, pela atenção às relações entre o sítio e o público, que precisavam ser priorizadas na elaboração do projeto.

A experiência contemporânea demonstra que nos sítios arqueológicos abertos à visitação, os vestígios são compreendidos não apenas através de um conteúdo informativo selecionado, transmitido pelos pesquisadores por meio de folhetos, placas ou guias treinados para acompanhar os visitantes, dentre inúmeros recursos de comunicação. Ao invés disso, o público atribui significados às informações arqueológicas muitas vezes não entendidos pelos arqueólogos e não encontrados nos seus dados (Leone et al., 1987:287). Deste modo, haveria de se ter cuidado em evitar a implementação de novos elementos, tais como a torre sineira em conjunto com um edifício semelhante a uma igreja, ao lado do sítio arqueológico, evitando-se que os novos significados, criados pelo público sobre estas construções, pudessem interferir nas informações a serem transmitidas sobre os vestígios arqueológicos e seu contexto.

A proximidade associaria fortemente o local a um determinado uso religioso, permitindo ainda ao público estabelecer uma referência entre a tipologia do edifício e uma reconstrução histórica estilizada, por exemplo, dificultando a apreensão dos testemunhos, que precisavam ser destacados. O resultado das pesquisas mostra haver uma série de lacunas e imprecisões históricas a respeito do sítio que, todavia, seriam substituídas por um conceito fixo de “igreja”, dificultando outras possibilidades de interpretação dos vestígios. Em suma, podemos dizer que a construção de um conjunto arquitetônico tipologicamente semelhante a um templo religioso, implicaria na imposição de novos significados ao sítio arqueológico, em detrimento ao seu potencial informativo e simbólico.

A apresentação dos resultados da pesquisa arqueológica sensibilizou o embaixador quanto à necessidade de conduzir o projeto de outro modo, o que acarretou na transferência de responsabilidade da sua elaboração para a Sub-Regional do IPHAN em Porto Seguro. Dada a escassez de recursos, no entanto, as novas proposições ainda não atingiriam o terreno anexo ao sítio, destinado à construção do espaço

museográfico. Por outro lado, a verba disponível seria suficiente para a implementação de uma primeira etapa de agenciamento paisagístico do sítio, cujo projeto arquitetônico foi elaborado pela arquiteta Cássia Boaventura, então diretora da 9ª Sub-Regional do IPHAN, e o autor desta dissertação, conforme tratado adiante¹⁰⁷.

6.2. O PROJETO ARQUITETÔNICO IMPLANTADO

O projeto apresentado em substituição ao anteriormente referido, tomou como parâmetro o histórico de degradação do sítio arqueológico e os resultados das pesquisas, assuntos discorridos neste trabalho. Sua intenção principal foi a de assegurar a preservação dos vestígios arqueológicos, visto que a falta de uma estrutura para receber os visitantes acarreta em situações de risco para os remanescentes construtivos, alguns deles sujeitos às ações depredatórias pós-escavação, conforme tratado no capítulo 2.

Em primeiro lugar, seguindo as proposições do relatório de atividades das escavações (Nascimento et al., 2002:148), procurou-se minimizar o impacto causado pela terraplenagem de 1984, pois, em tese, estavam expostas desde então as camadas de solo que um dia poderiam ser alvo de uma pesquisa arqueológica. Portanto, independentemente do grau de degradação das mesmas, elas precisavam ser protegidas. Todas as intervenções propostas foram planejadas considerando este cuidado com as camadas referidas.

As intervenções implementadas têm o caráter mais reversível possível, no sentido de possibilitar variações futuras do projeto paisagístico em prol de novas leituras do sítio arqueológico. Outrossim, a previsão da apropriação do sítio pelo público é um fator determinante para todas as ações realizadas, podendo ser assim expostas:

¹⁰⁷ Nosso projeto chegou a ser encaminhado e discutido com o embaixador, que o aprovou. Entretanto, Wladimir Murinho faleceu antes de ver o projeto concluído.

▪ **Reconstrução da coluna de alvenaria de pedra**

A reconstrução da coluna de pedras foi, antes de tudo, uma opção de conservação para os blocos de alvenaria depositados junto ao sítio após a escavação. A restituição dos blocos ao seu local de origem presumido, foi baseada nas hipóteses elaboradas no relatório de pesquisa.

A dúvida em realizar ou não esta intervenção se dava em função de não dispormos dos alicerces da coluna, além do que os blocos de alvenaria representavam menos de 50% do objeto visto nas fotos de 1939. Utilizando como parâmetro as recomendações internacionais para o tratamento de ruínas, a Carta de Lausanne (1990), que trata da proteção e gestão do patrimônio arqueológico, indica a Carta de Veneza (1964) para a determinação dos critérios de conservação de elementos arquitetônicos, que por sua vez define o seguinte:

“[...] Todo o trabalho de reconstrução deverá, portanto, ser excluído a priori, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas” (IPHAN, 1995:112).

Nas discussões mantidas com diversos profissionais, dentre eles os profs. Mário Mendonça e Paulo Ormino de Azevedo, houve um consenso em torno da possibilidade de se reconstituir a coluna. Na falta de um jargão que definisse o procedimento adotado, o prof. Paulo Azevedo chegou a denominá-lo como uma “anastilose complementada”¹⁰⁸.

¹⁰⁸ O Prof. Paulo Ormino de Azevedo visitou o escritório do NAPAS – Porto Seguro em 02/03/2001, quando lhe foram apresentados os dados e as hipóteses levantadas pela pesquisa arqueológica, cujo relatório estava sendo elaborado.

Todavia, outra Carta patrimonial do ICOMOS, a de Burra (1980), parece estar mais apropriada para lidar com a polêmica questão da reconstrução, que é definida da seguinte forma:

“- a reconstrução será o restabelecimento, com máximo de exatidão, de um estado anterior conhecido; ela se distingue pela introdução na substância existente de materiais diferentes, sejam novos ou antigos” (IPHAN, 1995:283).

Adiante, dentre as orientações dispostas podemos destacar:

*“Art. 17 – A reconstrução deve ser efetivada quando constituir condição **sine qua non** de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida”* (IPHAN, 1985:285).

Esta última colocação foi utilizada para balizar a reconstrução da coluna de pedras, na medida em que a mesma pode ser considerada como o remanescente mais significativo registrado no sítio arqueológico, cuja integridade foi comprometida no decorrer das últimas décadas do século XX. A reconstrução do elemento permite utilizá-lo como instrumento de interação com o público visitante, posto que ele possui o potencial de *“restabelecer uma significação cultural perdida”*, atribuída pela tradição local.

Para a execução da reconstrução¹⁰⁹, foi necessária a construção de um novo bloco de fundação, em concreto armado, sucedido por uma base em alvenaria de blocos de concreto, substituindo os elementos originais destruídos. Para tanto, foi realizada uma escavação cuidadosa na área correspondente à cavidade tratada nos capítulos iniciais, que havia sido reaterrada ao final das pesquisas de campo. O novo bloco de fundação tem um metro de profundidade e, sob o mesmo, foram perfuradas estacas moldadas *in loco*, a fim de evitar que a coluna de pedras se apoiasse apenas em locais recém-aterrados [figura 79, pág. 152].

¹⁰⁹ As soluções estruturais foram planejadas em conjunto com o engenheiro Atsuyochi Saita, proprietário da empreiteira responsável pela implantação do projeto.

O passo seguinte foi transportar, com um guindaste tipo “munk”, o bloco menor de alvenaria, assentando-o sobre a nova base de concreto [figura 80, pág. 152]. Como este elemento estava muito danificado, mantendo apenas uma de suas arestas íntegras, ele precisou ser complementado, a fim de preencher o perímetro total da seção da coluna e oferecer apoio suficiente para as seções superiores do elemento arquitetônico [figura 81, pág. 152]. Sobre este bloco também foi realizada uma complementação, para que o bloco superior mantivesse a mesma relação de distância mostrada na foto de 1939 [figura 76, pág. 98].

O bloco maior de alvenaria foi o assentado sobre o conjunto sem maiores dificuldades [figuras 82 e 83, pág. 152], seguido pela montagem da forma para a construção da última seção da coluna, feita em concreto armado preenchido por isopor. Esta alternativa estrutural teve como objetivo reduzir o peso da estrutura, descarregado nas alvenarias originais, evitando problemas eventuais [figura 84, pág. 152].

▪ **Substituição do cruzeiro**

O cruzeiro instalado no Outeiro na década de 1970 foi retirado do local, pois era comum os visitantes confundirem a peça com um testemunho da antiga Igreja de São Francisco, devido ao seu estado de degradação e ao seu estilo. Sua base, construída com rochas dos vestígios arqueológicos, foi demolida, e o material armazenado na sede do IPHAN. Uma nova peça de madeira de lei, com o desenho mais primário possível daquilo o que se poderia esperar de uma cruz, substituiu a peça anterior. O novo cruzeiro foi instalado sobre uma pequena base de concreto, no eixo visual do acesso ao sítio, deslocado alguns metros ao norte do local anterior.

▪ **Demarcação do espaço da antiga Igreja**

O espaço presumido da antiga Igreja de São Francisco, aferido com base na análise do registro fotográfico exposto no capítulo 4, foi delimitado no sítio com a utilização de um meio-fio de concreto, formando um pequeno degrau. O espaço interno foi

preenchido por aterro e recoberto com solo estabilizado¹¹⁰. O perímetro pode ser redefinido de acordo com novas interpretações dos dados trabalhados, ou mesmo a partir de novas informações sobre a própria Igreja, no futuro.

- **Delimitação do caminho de pedestres**

Um caminho de pedestres foi definido, com o emprego de solo estabilizado em granulometria diferenciada do perímetro demarcado da Igreja, ligando o portão de acesso ao sítio até a área da coluna e o cruzeiro.

- **Instalação de placa de sinalização do sítio**

Um pedestal de concreto sustenta a única placa de sinalização do sítio arqueológico. Ela oferece as informações mínimas sobre o local, mas é insuficiente para estabelecer uma melhor interação com o público. Entretanto, uma etapa de projeto posterior, deverá propor as informações a serem transmitidas ao público, assim como a linguagem e os meios mais adequados, com base na presente dissertação.

¹¹⁰ Mistura de cimento e solo na proporção de 1:10 que, apesar de ter um aspecto resistente como o de um piso cimentado, pode ser facilmente perfurado.



79



81



83



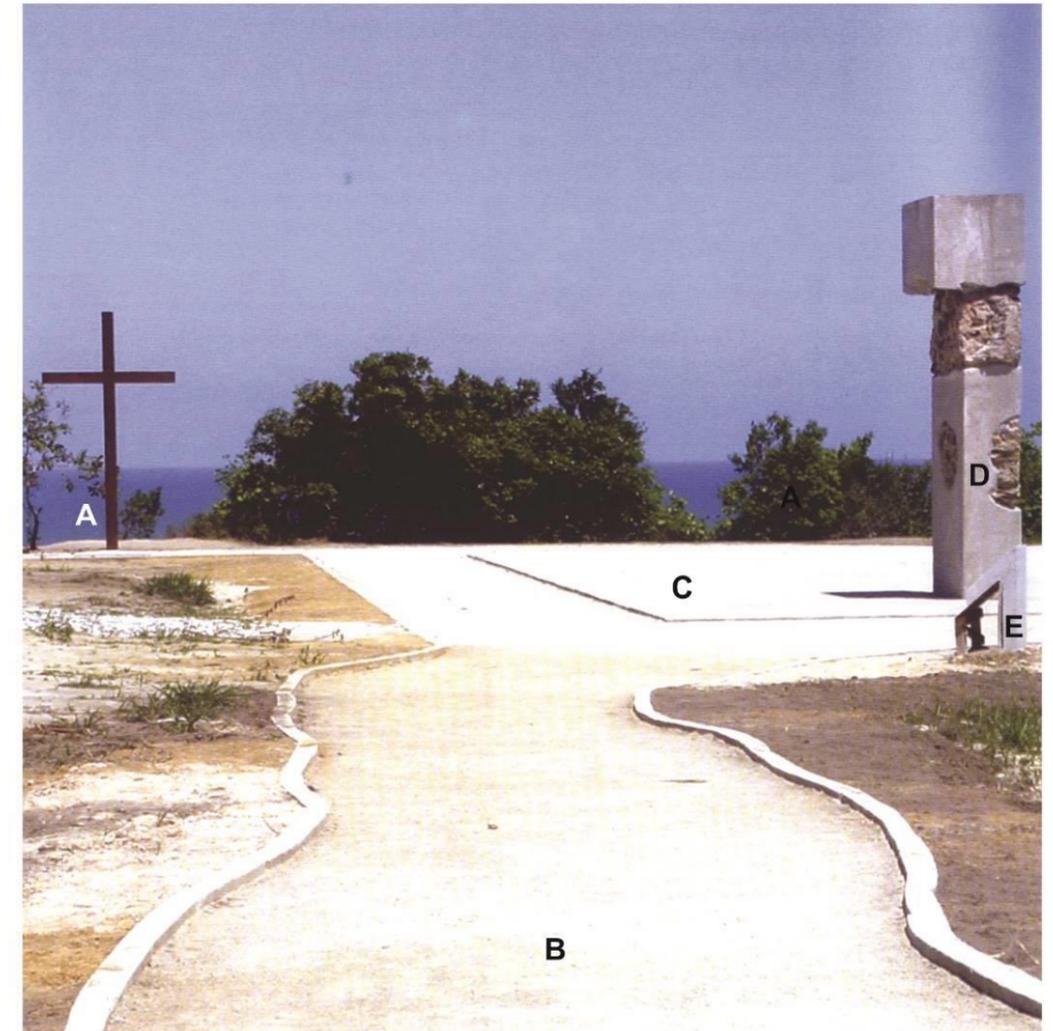
80



82



84



85

Figura 79: Alvenaria de blocos de concreto, construída no centro da cavidade existente no início das escavações arqueológicas, em substituição à seção inferior da coluna de pedras. À direita, à frente da alvenaria, a área dos remanescentes de piso encontra-se isolada, por medida de segurança.

Figura 80: Assentamento do bloco menor de alvenaria de pedra sobre o bloco recém-construído.

Figura 81: Complementação do bloco menor de alvenaria de pedra com nova alvenaria de blocos de concreto.

Figuras 82 e 83: Assentamento do bloco maior de alvenaria de pedra, visto sob dois ângulos.

Figura 84: Recomposição da nova seção terminal da coluna de pedras em concreto armado preenchido por isopor.

Figura 85: Aspecto geral do sítio arqueológico ao final das intervenções realizadas, observando-se o novo cruzeiro (A), o caminho que conduz os visitantes até a área principal do sítio (B), delimitação do espaço presumido da antiga Igreja de São Francisco (C), coluna de pedras (D) e base para placa de identificação (E). Foto: Julio Heilbron.

FIGURAS 78 a 85
SÍTIO ARQUEOLÓGICO OUTEIRO DA GLÓRIA
PORTO SEGURO / BA

RECOMPOSIÇÃO DA COLUNA DE ALVENARIA
DE PEDRA E TRATAMENTO PAISAGÍSTICO

6.3. AS BASES PARA UMA LEITURA POLISSÊMICA

O projeto arquitetônico implantado no sítio arqueológico do Outeiro da Glória é consequência de um trabalho apenas iniciado, para oferecer ao público referências do máximo de informações obtidas sobre a sítio arqueológico, quadro onde está inserido esta dissertação. Como o sítio não oferece, neste momento, condições de uma interpretação mais acurada sobre aspectos arquitetônicos e de uma relação mais precisa entre os vestígios construtivos e os demais identificados, optamos em revelar ao público uma imagem do sítio que remete aos registros iconográficos mais recuados encontrados até o presente.

Como resultado, tem-se: a coluna de pedras, tal como é vista nas fotos de 1939; um perímetro delimitado, tal como é visto nas fotos aéreas da década de 1970, fazendo menção também às informações orais; e um cruzeiro contemporâneo, associado tradicionalmente à imagem do sítio desde a década de 1970.

A arqueologia não conseguiu estabelecer ainda uma relação clara entre a coluna de pedras e o perímetro delimitado observado nas fotos aéreas. Entretanto, isso não impediu que ambos elementos fossem expostos ao público, partindo do princípio de que, apesar das pesquisas arqueológicas não terem obtido sucesso na localização da planta do edifício ou na identificação da função dos elementos construtivos evidenciados, isso não deveria ser considerado um impedimento para que público não tivesse acesso a tais informações.

Pelo contrário, as questões em aberto propõem uma nova relação de interatividade com o público, onde a pesquisa científica não apresenta os seus resultados como um conteúdo acabado e imutável, mas sim como chaves de acesso para explicar a construção do conhecimento e dos significados atribuídos ao patrimônio.

7. CONCLUSÃO

Um fato curioso na prática profissional e na literatura que envolve a preservação dos ‘monumentos históricos’ no Brasil, diz respeito à adaptação das recomendações internacionais de preservação do patrimônio cultural. Desde a Carta de Atenas, publicada em 1931, por exemplo, já se fazia menção para a necessidade de “*colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto*” na conservação de ruínas (IPHAN, 1996:17). No entanto, até o presente, a relação arquitetura – arqueologia ainda é incipiente no Brasil.

A destruição do sítio Outeiro da Glória é fruto de um retardo de décadas da presença de arqueólogos atuando junto aos arquitetos na preservação do “Patrimônio Histórico”, e a prova disso é o próprio trabalho de Edna Morley, pois, quando a arqueóloga esteve em Porto Seguro, seu papel não foi o de simplesmente atestar a destruição de um sítio arqueológico com máquinas de terraplenagem. Sua participação vai muito mais além. Edna percebe que a destruição do sítio não resultava simplesmente daquela ação denunciada, que motivara a sua viagem, mas sim de outras, mais antigas, sequer mencionadas nos documentos oficiais, que reforçavam impressões há muito caducas.

A pesquisa realizada expõe um patrimônio cultural de alta significância que, no entanto, não se enquadrou nos modelos classificatórios dos órgãos de preservação, no momento do seu registro inicial, dificultando a ação fiscalizadora, abrindo um precedente para a sua destruição.

Deste modo, observamos que a construção de novos significados para o sítio do Outeiro da Glória passa, necessariamente, por uma incisiva desconstrução crítica dos significados atuais, uma vez que o conhecimento existente sobre o sítio é produto de uma visão de preservação patrimonial que privilegiou o arquitetônico em detrimento do arqueológico.

A desconstrução das narrativas do sítio Outeiro da Glória é um alerta para a necessidade de investigações mais profundas acerca dos critérios de análise sob os quais estão enquadrados os nossos objetos de estudo, na área do patrimônio cultural. É necessário desengavetar, desvendar, desmontar, analisar, retrabalhar as impressões mais primárias do nosso patrimônio, para evitarmos o paradoxo atual, onde, documentos arquivados há décadas, têm o seu conteúdo ainda circulando, sem que se saiba, minimamente, seus contextos de produção.

Ao terminarmos este trabalho, esperamos estar contribuindo para a difusão de deliberações cada vez mais sensíveis ao patrimônio arqueológico, principalmente aquele referente aos vestígios arquitetônicos, a respeito dos quais a atuação profissional em nosso país ainda é muito restrita aos arquitetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

▪ FONTES EM ARQUIVOS

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento de Identificação e Documentação
ARQUIVO NORONHA SANTOS
RIO DE JANEIRO/RJ

- Pasta* IPHAN/Obras
 Correspondência Geral. (Porto Seguro/BA). Obras/Correspondência Geral.
 Localização Topográfica: AA01/M037/P03/Cx.0020/P.0089
- Pasta* IPHAN/Obras
 Monumento Nacional. Marco do Descobrimento do Brasil. (Porto Seguro/BA).
 Obras: Acervo Natural.
 Localização Topográfica: AA01/M037/P03/Cx.0020/P.0091
- Pasta* IPHAN/Obras
 Monumento Nacional. Marco da Descoberta ou Marco Colonial. (Porto
 Seguro/BA). Obras.
 Localização Topográfica: AA01/M037/P03/Cx.0020/P.0092
- Pasta* IPHAN/Obras
 Monumento Nacional. Marco da Descoberta ou Marco Colonial. (Porto
 Seguro/BA). Obras.
 Localização Topográfica: AA01/M037/P03/Cx.0021/P.0093
- Pasta* IPHAN/Obras
 Conjunto Arquitetônico e Paisagístico. Paço Municipal (Antiga Câmara e Cadeia).
 (Porto Seguro/BA). Obras; Arquitetura Civil.
 Localização Topográfica: AA01/M037/P03/Cx.0021/P.0094
- Pasta* IPHAN/Obras
 Igreja: Glória (Ruínas). (Porto Seguro/BA). Obras; Arquitetura Civil.
 Localização Topográfica: AA01/M049/P06/Cx.0052/P.0143
- Pasta* IPHAN/Inventário
 (Porto Seguro/BA). Descobrimento do Brasil.
 Localização Topográfica: AA01/M021/P04/Cx.0021/P.0154/02
- Pasta* IPHAN/Inventário
 Ruínas da Igreja de N. Sra. da Glória. (Porto Seguro/BA).
 Localização Topográfica: AA01/M021/P04/Cx.0037/P.00155/01

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ARQUIVO DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
SALVADOR/BA

- Caixa* Documentos Godofredo Filho – Rodrigo Melo Franco Andrade.
 1937 / 1967 – Correspondência; relatórios, fotografias.

Secretaria Estadual de Cultura e Turismo
 Centro de Referência Cultural
 ARQUIVO DO INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DO ESTADO DA
 BAHIA (IPAC-Ba)
 SALVADOR/BA

▪ FONTES SECUNDÁRIAS

ALCÂNTARA, Dora

1985 SPHAN / Origens e trabalho da instituição. In: **Patrimônio na visão da 6ª Regional**. Rio de Janeiro, SPHAN/Pró-Memória, 6ª DR, p. 31-39.

ALEXANDER, Jeffrey C.

1987 O Novo Movimento Teórico. In: **RBCS**, nº 4, v.2.

ANDRADE, Rodrigo M. F.

1986 **Rodrigo e seus tempos; Coletânea de textos sobre artes e letras**. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura.

1987 **Rodrigo e o SPHAN; Coletânea de textos sobre patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura.

AOUAD, Marilene

1999 **Projeto Porto Seguro – Santa Cruz Cabralia: clima**. Salvador, CPRM.

ARANTES, Antônio A.

1999 Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 18, maio.

BACHELARD, Gaston

1996 **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro, Contraponto.

BAHIA. Secretaria de Comércio e Turismo

1997a **IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos do município de Salvador**. 3 ed. Salvador, SCT, v 1.

1997b **IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos e sítios do Recôncavo – II parte**. 2 ed. Salvador, SCT, v 3.

1997c **IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina**. 2 ed. Salvador, SCT, v 4.

1997d **IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos e sítios das Mesorregiões Nordeste, Vale SanFranciscano e Extremo Oeste Baianos**. 2 ed. Salvador, SCT/PEAT, v 6.

2002 **IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos da região pastoril**. Salvador, SCT/CRC-BA, v 7.

BAHIA. Secretaria da Indústria e Comércio

1974 **Itabela, Distrito Industrial**. Salvador.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo

1982 **IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos e sítios do Recôncavo – I parte**. Salvador, SICT, v 2.

- 1988 **IPAC-BA – Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos e sítios do Litoral Sul.** Salvador, SICT, v 5.
- BOAVENTURA, Cássia Maria S.; MAZUHY, Jurema & NASCIMENTO, Luiz A. V.
2003 **Consolidação de remanescentes arqueológicos: Costa do Descobrimento.** Rio de Janeiro, EMC.
- BOITO, Camillo
2002 **Os restauradores; Conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884.** Cotia, Ateliê Editorial.
- BOURDIEU, Pierre
1989 **O poder simbólico.** Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
1999 **A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas.** Petrópolis, Vozes.
- BOXER, Charles R.
2002 **O império marítimo português 1415-1825.** São Paulo, Companhia das Letras.
- BRANCANTE, Eldino F.
1981 **O Brasil e a cerâmica antiga.** São Paulo, Cia. Lytographica Ypiranga.
- BRITTO, Ivomar C.
1999 **Projeto Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália: vegetação.** Salvador, CPRM.
- BURKE, Peter
2002 **História e teoria social.** São Paulo, Editora UNESP.
- CAMINHA, Pêro Vaz
1989[1500] Carta de Pêro Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel. In: ALBUQUERQUE, Luís (org.). **O Reconhecimento do Brasil.** Biblioteca da Expansão Portuguesa, v. 14. Lisboa, Publicações Alfa, p. 7-26.
- CAR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (BA)
1997 **Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS: Sul da Bahia.** Salvador, CAR.
- CASAL, Manuel A.
1980[1817] **Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil.** Série Reconquista do Brasil, nova série, v. 27. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp.
- CASTRO, Ruy
1999 **Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema.** São Paulo: Companhia das Letras.
- CHMYZ, Igor
1976 Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. In: **Cadernos de arqueologia**, nº 1(1), Museu de Arqueologia e Artes Populares, Paranaguá, p.119-148.
- CHOAY, Françoise
2001 **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP.
- CONCEIÇÃO, Apolinário da, Fr.
1733 **Primazia serafica na regiam da América, novo descobrimento de santos e veneráveis religiosos da ordem serafica, que...** Lisboa, Off de Antonio de Sousa da Sylva.
- CORTESÃO, Jaime
1993 **História da expansão portuguesa** (obras completas 4). Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- COSTA, Lúcio
1978 Arquitetura jesuítica no Brasil. In: **Arquitetura religiosa.** São Paulo, IPHAN/USP, p.9-98.

- COSTA E SILVA, Álvaro
1992 Um breve histórico do patrimônio. In: **Memória e educação**. Rio de Janeiro, IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, p.23-29.
- DEETZ, James
1998 Discussion: Archaeologists as Storytellers. In: **Historical Archaeology**, nº 32(1), p. 94-96.
- DENIS, Ferdinand
1980 **Brazil**. Série Reconquista do Brasil, nova série, v. 46. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp.
- DIAS, Carlos M.
1923 A expedição de 1503. In: **História da colonização portuguesa no Brasil. Edição monumental comemorativo do 1º centenário da independência do Brasil**. Porto, Litografia Nacional, v. 2, p. 285-287.
- DOMINGUEZ, José Maria L. (org.)
2000 **Projeto Costa do Descobrimento: avaliação da potencialidade mineral e de subsídios ambientais para o desenvolvimento sustentado dos municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado**. Salvador, CBPM.
- ETCHEVARNE, Carlos. A.
2000 A ocupação humana do Nordeste Brasileiro antes da colonização portuguesa. In: **Revista USP** (1), São Paulo, p.112-143.
2002 **Evidenciação e consolidação das ruínas do colégio dos jesuítas. Relatório técnico de atividades**. Porto Seguro, NAPAS/UFBA, [relatório digitado].
- ETHEVARNE, Carlos A. et al.
1998 **Projeto de mapeamento de sítios arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano. Relatório de atividades em Porto Seguro**, v.1. Porto Seguro, MAE/UFBA, [relatório digitado].
2000a **Salvamento arqueológico para a liberação de área no sítio Cidade Histórica de Porto Seguro – Bahia. Relatório técnico de atividades**. Porto Seguro, NAPAS/UFBA, [relatório digitado].
2000b **Acompanhamento arqueológico às obras de instalação de energia elétrica subterrânea e instalação do receptivo turístico na parte alta da Cidade Histórica de Porto Seguro – Bahia. Relatório técnico de atividades**. Porto Seguro, NAPAS/UFBA, [relatório digitado].
2000c **Levantamento e resgate arqueológico na parte alta da Cidade Histórica de Santa Cruz Cabrália – Bahia. Relatório técnico de atividades**. Porto Seguro, NAPAS/UFBA, [relatório digitado].
2000d **Projeto de mapeamento de sítios arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano. Relatório de atividades em Porto Seguro**, v.1. Porto Seguro, NAPAS/UFBA, [relatório digitado].
2000e **Mapeamento de sítios arqueológicos do Litoral Sul e Recôncavo Baiano (MAS) – Atividades desenvolvidas no Recôncavo Baiano**, v.2. Salvador Seguro, MAE/UFBA, [relatório digitado].
- FAUSTO, Boris
1998 **História do Brasil**. 6 ed. São Paulo, Edusp.
- FERNANDES, Florestan
1989 **A organização social dos Tupinambá**. s/ed. São Paulo, Ed. Hucitec – Ed. Universidade Federal de Brasília.
- FUNARI, Pedro Paulo A.
1999a Linguística e arqueologia. In: **Delta (Revista de Estudos de Linguística Teórica e Aplicada)**, 15, 1, p. 161-176.

- 1999b Etnicidad, identidad y cultura material: un estudio del cimarrón Palmares, Brasil, Siglo XVII. In: **Sed non satiata; Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea**. Buenos Aires, Ediciones del Tridente, p.77-96.
- 2000 Conservation of cultural heritage in Brazil: some remarks. In: **Archaeologia Polona**, Warsaw, Institute of Archaeology and Ethnology, Polish Academy of Sciences, 38, p. 191-201.
- 2001a Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. In: **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41, ½, pp 23-32.
- 2001b Public archaeology from a Latin American perspective. In: **Public Archaeology**, 1, 4, p. 239-243.

GEERTZ, Clifford

- 2000 **O saber local – Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Vozes, 3 ed.

GUARINELLO, Norberto L.

- s/d **Cultura material e comunicação: a linguagem dos objetos**. São Paulo, USP/Departamento de História, [inédito].

HODDER, Ian

- 1988 **Interpretación en arqueología – corrientes actuales**. Barcelona, Editorial Crítica.
- 1989 Writing archaeology: site reports in context. In: **Antiquity**, nº 63, p. 26-74.

HOLANDA, Sérgio B.

- 1993 **Raízes do Brasil**. 25 ed. Coleção Documentos do Brasil, v. 1. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

- 1958 **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, IBGE, v. XXI.

ILHA, Frei Manoel. O.F.M.

- 1975[1621] **Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil, 1584/1621**. Petrópolis, Vozes.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

- 1995 **Cartas patrimoniais**. Brasília, IPHAN.
- 2000 **Convite de exposição, MADE (Museu Aberto do Descobrimento) pitoresco**. Porto Seguro, IPHAN.
- 2001 **Relatório da atuação do Ministério da Cultura e do IPHAN no Museu Aberto do Descobrimento**. Brasília, IPHAN.

JABOATAM, Antonio de Santa Maria, Fr.

- 1741 **Orbe Serafico Novo Brasílico (...) Chronica dos Frades Menores (...)**. Lisboa, Off de Antonio Vicente da Sylva.

JOELS, Theodoro

- 1985 SPHAN / Origens e trabalho da instituição. In: **Patrimônio na visão da 6ª Regional**. Rio de Janeiro, SPHAN/Pró-Memória, 6ª DR, p. 9-15.

JULIANI, Lúcia J. C. O.

- 1996 **Gestão arqueológica em metrópoles: uma proposta para São Paulo**. São Paulo, PPGA/USP, dissertação de mestrado.

KATINSKY, Júlio Roberto

- 1994 Sete proposições sobre história da arquitetura. In: **Revista Pós, Número Especial, Anais do seminário nacional o estudo da história na formação do arquiteto**. São Paulo: FAUUSP, p.119-123.

LE GOFF, Jacques

- 1992 **História e memória**. 2. ed. Campinas, Ed. UNESP.

- LEITE, Serafim
1945 **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa, Livraria Portugália.
- LEMOS, Carlos A. C.
1994 O Estudo da História na Formação do Arquiteto. In: **Revista Pós, Número Especial, Anais do seminário nacional o estudo da história na formação do arquiteto**. São Paulo: FAUUSP, p.34-39.
- LEONE, Mark P. & POTTER Jr., Parker B.
1988 Issues in Historical Archaeology. **The recovering of meaning. Historical archaeology in the Eastern United States**. Smithsonian Institution Press, Washington and London, p. 1-22.
- LEONE, Mark P.; POTTER JR., Parker B. & SHACKEL, Paul A.
1987 Toward a Critical Archaeology. In: **Current Anthropology**, nº 28(3), p. 283-302.
- LIMA, Tânia Andrade
1995 A arqueologia histórica na encruzilhada: processualismo + ou pós-processualismo? **Coleção Arqueologia**. Porto Alegre, EDIPUCRS, nº 1, v.1, p. 227-230.
- LÖWY, Michael.
1999 **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista**. 13 ed. São Paulo, Editora Cortez.
- MALTIEIRA, Jorge
1972 **Ya' Ya' Bahia, meu bem. Legendas dos séculos**. v 1.
- MARTIN, Gabriela
1999 **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 3 ed. Recife, Ed. Universitária da UFPE.
- MENESES, Ulpiano T. B.
s/d **Natureza da Arqueologia e do documento arqueológico: problemas gerais da arqueologia brasileira**. Notas de Aula. São Paulo, FAU-USP; IPHAN.
- MORAES Filho, João C. R.
1999 **Projeto Porto Seguro – Santa Cruz Cabralia: geologia**. Salvador, CPRM.
- MORALES, Walter F.
2000 **A escravidão esquecida: a administração indígena em Jundaí durante o século XVIII**. São Paulo, PPGA/USP, dissertação de mestrado.
- NASCIMENTO, Luiz A. V.
2000 Arqueologia de uma unidade de produção açucareira na Bahia do século XVI: estudos preliminares. In: **Anais do seminário internacional história e tecnologia do açúcar**. Funchal, CEHA, p.161-182.
- NASCIMENTO, Luiz A. V. et al.
1998 **Levantamento e resgate arqueológico da área diretamente afetada pelas obras da linha de transmissão de energia elétrica Porto Seguro – Coroa Vermelha da COELBA. Relatório técnico de atividades**. Porto Seguro, MAE/UFBA, [relatório digitado].
2002 **Pesquisa arqueológica no sítio Outeiro da Glória – Porto Seguro/BA. Relatório técnico de atividades**. Porto Seguro, NAPAS/UFBA, 2 v., [relatório digitado].
- ORSER Jr., Charles E.
1992 **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
1999 A teoria de rede e a Arqueologia da História Moderna. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 3, p. 87-101.
- PEREIRA, Carlos J. C.
1957 **A cerâmica popular da Bahia**. Salvador, Livraria Progresso Editora.

- PESSÔA, José (org.)
1999 **Lúcio Costa: Documentos de trabalho**. Rio de Janeiro, IPHAN.
- POMBO, Rocha
1956 **História do Brasil**. 7 ed. São Paulo, Melhoramentos.
- POTTER JR., Parker B.
1992 Critical Archaeology: in the Ground and on the Street. **Historical Archaeology**, nº 26(3), p.117-129.
- PRAETZELLIS, Adrian
1998 Introduction: Why Every Archaeologist Should Tell Stories Once in a While. **Historical Archaeology**, nº 32(1), p. 1-3.
- PREUCCEL, Robert W. (ed.)
1991 **Processual and Postprocessual Archaeologies – Multiple Ways of Knowing the Past**. Occasional Paper nº 10, Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University at Carbondale.
- PROUS, André
1992 **Arqueologia brasileira**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília.
- REIS Filho, Nestor G.
1994 Algumas Raízes; Origens dos trabalhos regulares de pesquisa sobre História da Arquitetura, da Urbanização e do Urbanismo do Brasil. In: **Revista Pós, Número Especial, Anais do seminário nacional o estudo da história na formação do arquiteto**. São Paulo, FAUUSP, p. 40-45.
1995 Notas sobre o urbanismo no Brasil, primeira parte: Período Colonial; **Cadernos de Pesquisa do LAP**, nº 8. São Paulo, FAU-USP, jul.-ago.
- RENFREW, Colin & BAHN, Paul
1993 **Arqueología: teorías, métodos y práctica**. Madrid, Ediciones Akal.
- RIEGL, Aloïs
1999 **El culto moderno a los monumentos**. 2 ed. Madrid, Visor.
- RÖWER, Frei Basílio. O.F.M.
1947 **A Ordem Franciscana no Brasil**. Petrópolis, Vozes.
- RUBERT, Arlindo
1981 **A Igreja no Brasil – Origem e Desenvolvimento (século XVI)**. Santa Maria, Pallotti, v 1.
- RUBINO, Silvana
2002 Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. In: **Revista USP**, São Paulo, nº 53, p. 6-17, março-maio.
- SAITTA, Dean J.
1991 Radical Theory and the Processual Critique. **Processual and Postprocessual Archaeologies – Multiple Ways of Knowing the Past**. Occasional Paper nº 10, Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University at Carbondale, p. 54-59.
- SALDANHA, António V.
1992 **As capitanias – o regime senhorial na expansão ultramarina portuguesa**. Funchal, CEHA.
- SANTOS, Reynaldo
1960 **Faiança portuguesa século XVI e XVII**. Porto, Livraria Galícia.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
1999 **Anuário estatístico da Bahia**. Salvador, SEI, v.13 (anual).

SIMONSEN, Roberto C.
1978 **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. 8 ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

SOUSA, Gabriel S.
2000[1587] **Tratado descritivo do Brasil em 1587: Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.

TELLES, Baltasar
1645 **Chronica da Companhia de Iesu na Provincia de Portugal** (...) Lisboa, Off de Paulo Craes Beeck.

TRIGGER, Bruce G. **Historia del pensamiento arqueológico**. Barcelona, Editorial Crítica, 1992.

TRINDADE-SERRA, Ordep J.
1994 Escavações no campo teórico: Arqueologia, Antropologia e História ... ou a Arqueologia Clássica depois da Nova. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, nº 4, p. 3-20.

VASCONCELLOS, Sylvio de
1979 **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte, UFMG.

VASCONCELOS, Simão de
1663 **Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil: e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo** (...). Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira.

VAT, Frei Odulfo Van der. O.F.M.
1952 **Princípio da igreja no Brasil**. Petrópolis, Vozes.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène E.
2002 **Restauração**. Cotia, Ateliê Editorial.

WATANABE, Shigeo; SENGUPTA, Debashish
1997 Datação de Cerâmicas Arqueológicas com as Técnicas de Termoluminescência Ópticamente Estimulada (OSL) e Ressonância Paramagnética Eletrônica (ESR). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia – Atas do Simpósio Internacional ‘Análises Físicas e Químicas no Estudo do Material Arqueológico’**. São Paulo, USP, Suplemento 2, p.161-166.

WILLEKE, Frei Venâncio. O.F.M.
1978 **Missões franciscanas no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2 ed.

ANEXOS

ANEXO A : FICHA DO INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA (página 1/2)

(Bahia, 1988:357)

357

REPÚBLICA F. do BRASIL		INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL		IPAC	MONUMENTO	IPAC Nº: BR 13.260.5-1.0-F0.0.51																													
CONVÊNIO SEPLAN-ESTADO DA BAHIA		ORÇAO EXECUTOR SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				PROJETO PATRIMÔNIO HISTÓRICO																													
Região: Nordeste		Estado: Bahia		Município: Porto Seguro		Distrito: Porto Seguro																													
Localização: Outeiro da Glória		Denominação: IGREJA DO OUTEIRO DA GLÓRIA				Cadastro Imobiliário:																													
<p>Situação e Ambiente: A Igreja de S. Francisco está situada no alto do Outeiro da Glória, separado da cidade alta de Porto Seguro pelo vale do Rio da Vila. Segundo Maltieira, a capela ficava a pouca distância da "Aldeia Velha", próxima à Ponta ou Bica da Velha, que fica na direção do Ilhéu Pequeno de Itacimirim, no local em que João da Rocha tinha um engenho (1). A população da Aldeia Velha foi transladada para a vila em Santa Cruz Cabralia. Do local desfruta-se belíssima vista das praias, do vale do Rio da Vila e da cidade alta de Porto Seguro.</p>																																			
Época: Século 16 I		I - início M - meados F - final		Utilização atual: Ruínas		Área construída: 14.313,260.5-0.4-F0.0.11 m ²																													
<p>Descrição: Ruínas de relevante interesse histórico. A igreja, pelo que se pode verificar "in loco" e em entrevistas com moradores antigos que a conheceram em melhor estado do que agora, possuía apenas nave e capela-mor, esta com menor largura que a nave. Sua fachada estava voltada para o poente, isto é, de costas para o mar. Seus dois espaços eram fechados por muros de alvenaria de taipa-de-pilão. Mais tarde, provavelmente no século XVIII, foi acrescentada de um campanário, situado do lado direito e construído em alvenaria mista: pedra e tijolo. Restou da primeira igreja a imagem atarracada de São Francisco de Assis, escultura policromada em calcário, ou terracota, segundo outros, medindo 77 cm. Esta imagem foi transferida para a Igreja da Pena, na cidade alta, quando da ruína da primitiva Capela do Outeiro da Glória, em 1733.</p>																																			
Estado de Conservação		Estrutura Portante		Elementos Secundários		Cobertura																													
<table border="1"> <tr> <td>A</td> <td>Satisfatório</td> <td>15</td> <td>et</td> <td>18</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>B</td> <td>Mediocre</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>C</td> <td>Ruim</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>		A	Satisfatório	15	et	18	2	B	Mediocre					C	Ruim					<table border="1"> <tr> <td>20</td> <td>C</td> </tr> </table>		20	C	<table border="1"> <tr> <td>21</td> <td>C</td> </tr> </table>		21	C	<table border="1"> <tr> <td>22</td> <td>C</td> </tr> </table>		22	C	<table border="1"> <tr> <td>23</td> <td>C</td> </tr> </table>		23	C
A	Satisfatório	15	et	18	2																														
B	Mediocre																																		
C	Ruim																																		
20	C																																		
21	C																																		
22	C																																		
23	C																																		
<table border="1"> <tr> <td>24</td> <td></td> </tr> </table>		24		<table border="1"> <tr> <td>25</td> <td></td> </tr> </table>		25		<table border="1"> <tr> <td>26</td> <td></td> </tr> </table>		26		<table border="1"> <tr> <td>27</td> <td></td> </tr> </table>		27																					
24																																			
25																																			
26																																			
27																																			
<table border="1"> <tr> <td>28</td> <td></td> </tr> </table>		28		<table border="1"> <tr> <td>29</td> <td></td> </tr> </table>		29		<table border="1"> <tr> <td>30</td> <td></td> </tr> </table>		30		<table border="1"> <tr> <td>31</td> <td></td> </tr> </table>		31																					
28																																			
29																																			
30																																			
31																																			
Proteção existente: Tombado pela SPHAN sob o nº 45 e 62 Livro Arqueológico, fls. 11 e 14, em 15/VIII/68 e sob os nºs 414 e 446, Livro Histórico, fls. 67 e 73, em 1º/III/1974.						Proteção proposta:																													
						IPAC 2																													



Elementos de identificação gráfica e fotoargráfica

Observações:	Compilada por: Equipe PPH/SIC Conferida por: Vivian Lane Costa Revista por: Paulo O.D. de Azevedo	Data: Set./82 Data: Ago./86 Data: Set./86
--------------	---	---

As informações contidas deste lado da ficha são indispensáveis a qualquer medida de proteção. Os dados do verso tem caráter complementar.

ANEXO A : FICHA DO INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DA BAHIA (página 2/2)

(Bahia, 1988:358)

358

DADOS COMPLEMENTARES

Dados tipológicos	Dados cronológicos	Dados técnicos
<p>São muito escassas as informações sobre a primeira igreja construída no Brasil. Sua planta, com apenas nave e capela-mor, é a mais simplificada que se conhece no Brasil. Esta planta, acrescida de uma e, mais tarde, duas sacristias, da ria origem à chamada planta em T, comum no século XVII. Plan ta intermediária, isto é, com uma única sacristia, pode ser observada na capela jesuítica do Engenho de Sant'Ana, em Ilhéus, obra também do século XVI. A orientação do templo segundo o eixo leste-oeste (decumanus), com porta principal voltada para o poente, tem sua origem na tradição clássica e foi praticada no Ocidente até o final da Idade Média. O campanário é caracterizadamente do século XVIII, não só por sua planta quadrada, como por sua fábrica em alvenaria mista.</p>	<p>Histórico arquitetônico: Séc. XVI (início) - Alguns autores admitem que a capela foi construída em 1504 por franciscanos vindos na expedição de Duarte Coelho (1), sendo reconstruída em 1515 (2). Willeke, contudo, afirma que os primeiros missionários franciscanos foram enviados a Porto Seguro por D. Manuel I, não chegando antes de 1516. Foram eles que construíram a primeira igreja no Brasil, dedicada a S. Francisco de Assis (3). Nela teria sido sepultado o franciscano morto no Rio Saruê - conhecido, hoje, como Rio do Frade - ao Sul de Porto Seguro (1). 1518 - Os índios exterminam a feitoria portuguesa, atacando primeiro a igreja e depois a feira de Porto Seguro (3). 1549 - Com a chegada dos jesuítas, os 20 ou 30 tupiniquins convertidos, sobreviventes do massacre, narram as atividades dos missionários franciscanos na região (3). 1730 - A capela manteve-se em uso até este ano, quando começou a arruinar-se (1). 1733 - Arruinada a igreja, a imagem de seu orago - S. Francisco de Assis - é transferida para a Igreja de N.S. da Pena, na cidade alta, onde ainda hoje se conserva (1).</p>	<p>Sistema construtivo e materiais: Nave e capela-mor em taipa-de-pilão. Torre em alvenaria mista de pedra e tijolo.</p> <p style="text-align: right;">41 43 </p> <p>Restaurações e intervenções realizadas: 1940 - Ainda estavam de pé os muros da igreja. Lúcio Costa manda verificar os seus prumos, recomendando a consolidação do terreno em volta, obturação das fendas maiores e cimentação de seus topos. Manifesta-se surpreso com a presença de muros com fragmentos de tijolo e contrário ao seu recobri-mento com telhas e colocação de contrafortes, como propunha o empreiteiro (4). Nenhuma obra, porém, foi realizada. 1982 - Inspeccionado pela equipe deste Inventário, constatou-se que só existiam no local as fundações da igreja.</p>
<p>Características especiais:</p>	<p>Utilização proposta:</p> <p>Utilizações possíveis:</p>	<p>Restauração necessária: Prospecção arqueológica do sítio e consolidação dos alicerces e ruínas. Seria desejável, também, que o sítio fosse preparado para visitação pública.</p> <p style="text-align: right;">44 46 </p>

Documentação complementar e situação



Bibliografia básica: (1) MALTIEIRA, J. *Porto Seguro ...*, 1972. p.80; (2) CONCEIÇÃO, Fr. Apolinário da. *Primazia Seráfica ...* (3) WILLEKE, Fr. V. *Missões ...*, 1978. p.18-28; (4) COSTA, Lúcio. *Anotações ...*, 1940. Croquis do PPH/SIC.

Perigos potenciais: Destruição completa dos últimos vestígios do monumento.

Fotos: 1, 2 e 3 - Vestígios dos muros; 4 - Imagem de S. Francisco de Assis.

Dados jurídicos: ⁵⁶ [R] Propriedade de instituição religiosa
 proprietário ⁵⁷ D. i. o. c. e. s. e. d. e. C. a. r. a. v. e. l. a. s. ⁵⁸ [2] end: Caravelas - BA

Reinspeccionado por:

⁵⁹ [x] ⁶³ [x] [x]
Data:

ANEXO B : SELEÇÃO DE OFÍCIOS, MATÉRIAS DE JORNAIS E OUTROS DOCUMENTOS

Referência das fontes: (Arquivo, nº pasta, nº documento)

Onde: Arquivo A – IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos
Arquivo B – IPHAN / 7ª Superintendência Regional

DATA	DO SPHAN RIO PARA BAHIA	DO SPHAN BAHIA PARA SALVADOR	DO SPHAN RIO PARA OUTROS	OUTROS DOCUMENTOS	MATÉRIAS DE JORNAL
20/01/1939			Telegrama de Rodrigo Melo Franco de Andrade para o prefeito de Porto Seguro, Carlos Martins. Aditando telegrama anterior, de 15/01/39, transmite instruções aprovadas pelo SPHAN para obras de conservação e asseio do paço e das duas principais igrejas da cidade (A, 92, 10).		
29/03/1939		Ofício nº 16 de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, enviando notícias do jornal "A Tarde" de 23/03/1939 e do "Estado da Bahia" de 29/03/1939, que tratam das obras projetadas para a restauração e limpeza do paço municipal e duas velhas igrejas de Porto Seguro (A, 92, 4).			
01/04/1939			Ofício nº 122 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde, solicitando interceder junto ao interventor federal na Bahia e ao bispo de Ilhéus, D. Eduardo Heberhold, no sentido de ambos determinarem que não sejam efetuadas obras nos edifícios citados em jornais de Salvador: paço e duas igrejas		

ANEXO B

			antigas de Porto Seguro. Informa ainda que não foi possível concluir o projeto de tombamento dos mesmos, conforme o Decreto-Lei nº 25 de 1937 (A, 92, 7).		
10/04/1939		Ofício nº 21 de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, acusando o recebimento do ofício nº 124 de 01/04/1939, agradecendo “as <i>prontas eficazes providências</i> ” no sentido de proteger os monumentos históricos de Porto Seguro, referidas no ofício nº 16 de 29/03. Informa que de posse do telegrama enviado dia 08 ao prefeito Carlos Martins, que pedira ao serviço autorização para realizar a limpeza do paço, Godofredo remete sugestões (Parecer nº 6). Ele diz ter se entendido com o Sr. Alexandre Maia Filho, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, onde o último estivera, para orçar os serviços “ <i>do paço e das duas mais velhas igrejas daquela cidade</i> ”, colhendo o mesmo informações sobre os prédios. (A, 92, 8).			
15/04/1939	Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, acusando o recebimento do ofício nº 21, acompanhado do parecer nº 6, respondendo sobre as obras planejadas (A, 89, 1).		Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao Prefeito de Porto Seguro, Carlos Martins, informando que foram transmitidas ao Godofredo as instruções necessárias para orientar os trabalhos projetados em edifícios históricos de Porto Seguro (A, 89, 5).		
01/06/1939	Ofício nº 192 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, informando a doação de dez contos de réis,		Ofício nº 191 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Assiz Chateaubriand, agradecendo a contribuição dele e dos “Diários		

	pelos “Diários Associados”, para a execução de obras de conservação e restauro em benefício dos monumentos de Porto Seguro. Solicita também informações para o planejamento das referidas obras (A, 92, 17).		Associados” (A, 92, 18).		
04/06/1939					Matéria do jornal “O Jornal”, Rio de Janeiro, tratando da restauração de monumentos em Porto Seguro através de campanha dos “Diários Associados”, informando que Gustavo Capanema receberá as contribuições dos Srs. Samuel Ribeiro e Othon Segredo Bezerra de Mello. A matéria confirma a visita de Rodrigo Melo Franco a Porto Seguro em avião civil cedido pelo Sr. Trajano Reis (A, 92, 19).
06/06/1939					Matéria do jornal “O Jornal”, Rio de Janeiro, informando que seriam entregues naquele dia 50 contos para a restauração de Porto Seguro. Comenta a respeito de telegramas enviados por Pedro Calmon aos senhores Samuel Ribeiro, Othon Linch e Raphael Chrysostomo (A, 92, 20).
08/06/1939					Matéria do jornal “Estado de Minas”, Belo Horizonte, tratando da restauração dos monumentos históricos de Porto Seguro, sob os aplausos do capitão Juracy Magalhães aos que contribuíram com

10/06/1939					donativos (A, 92, 21). Matéria do jornal "O Jornal", Rio de Janeiro, tratando da restauração dos monumentos de Porto Seguro e de carta do ministro da educação ao sr. Raphael Chrysostomo de Oliveira, agradecendo o seu apoio à campanha dos "Diários Associados" (A, 92, 22).
19/06/1939		<i>Ofício nº 39 de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, respondendo ao ofício nº 192, de 1º corrente, informando a necessidade de estudar 'in loco' os imóveis a beneficiar, por não conhecer em Porto Seguro pessoa habilitada e de confiança. Informa também os meios de transporte até Porto Seguro: vapores, iates de aço ou aviões até Canavieiras e de lá para Belmonte. De Belmonte a Porto Seguro, o deslocamento poderia ser feito por barcos, lanchas, ou, a cavalo (A, 92, 24-25).</i>			
21/06/1939					Matéria do jornal "O Jornal", Rio de Janeiro, informando que foram entregues ontem pelos "Diários Associados" ao ministro da educação 50 contos oferecidos pelos Srs. Samuel Ribeiro, Othon Linch Bezerra de Mello e Raphael Chrysostomo de Oliveira (A, 92, 23).
04/08/1939					Matéria do jornal "O Jornal", Rio de Janeiro, informando que Rodrigo Melo Franco de Andrade

					havia chegado à Porto Seguro (A, 92, 26).
01/09/1939					Matéria do jornal "O Jornal", Rio de Janeiro, informando o regresso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o arquiteto José de Sousa Reis e de um fotógrafo, após viagem de um mês percorrendo a Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. O reconhecimento de Porto Seguro era o principal objetivo da viagem, iniciando os preparativos para as obras a serem realizadas com os recursos arrecadados pelos Diários Associados (Andrade, 1987:33-35).
13/10/1939		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando da visita do Dr. Evandro, que havia sido contratado para a elaboração de desenhos de alguns imóveis de interesse, faltando apenas passalôs para o papel vegetal, providenciado por Godofredo. Informa que conversou com o Dr. Galdino Mendes, diretor da aeronáutica civil, que indicou o Sr. José Ribeiro, seu empreiteiro, para que apresentasse especificação de obras e orçamento (A, 92, 27).			
31/10/1939				Orçamento para Capela dos Jesuítas, Matriz e Colégio dos Jesuítas, assinado por José Ribeiro Coelho (A, 92, 28-29).	
06/11/1939		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade,			

		informando que o Dr. Evandro providenciou as plantas do Paço Municipal e Igreja dos Jesuítas. Informa ainda que esteve com José Ribeiro e que o mesmo já tinha em ordem várias plantas, especificações e orçamentos. O Dr. Galdino Mendes viajará para o Rio para entregar as plantas e orçamentos aludidos (A, 92, 31).			
09/11/1939	Despacho de José Souza Reis, da Seção Técnica, sobre a documentação apresentada por José Ribeiro Coelho: " <u>levantamentos esquemáticos da Igreja da Misericórdia, da Capela dos Jesuítas e do Paço Municipal e orçamento com as respectivas especificações e mais ainda para o reforço dos alicerces da Igreja da Glória e para a confecção de um altar lateral na Igreja Matriz</u> ". Com o 'de acordo' de Rodrigo Melo Franco de Andrade (A, 92, 33).				
10/11/1939	Ofício nº 416 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, enviando cópia da carta de José Ribeiro com os orçamentos para as obras (A, 92, 32).				
05/12/1939		Ofício nº 63 de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, <i>em resposta ao ofício nº 442, de 1º corrente</i> , informando que iria à Porto Seguro para revisar as especificações dos orçamentos (A, 92, 35). Ofício nº 64 de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, tratando do dr. Evandro Vianna de Araújo, dizendo que a			

		importância que lhe é devida pelas plantas que levantou dos imóveis da cidade, deveria ser arbitrada por Rodrigo, conforme combinado verbalmente com o último (A, 92, 36).			
18/01/1940		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando que recebera telegrama de José Ribeiro Coelho pedindo que o aguardasse em Salvador depois do dia 17. Godofredo também foi procurado pelo prefeito Carlos Martins. A correspondência deixa claro que as obras estão sendo planejadas sem a participação do prefeito, mantendo-se sigilo quanto a contratação de José Ribeiro Coelho (B, s/nº).			
27/03/1940	Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, citando o ofício anteriormente enviado nº 416, de 10/11/1939, que encaminha a especificação das obras. José Ribeiro Coelho foi escolhido para gerenciá-las em detrimento ao prefeito municipal. Rodrigo menciona a necessidade de iniciar as obras "o mais rapidamente possível" (B, s/nº).				
11/04/1940		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, avisando que viajará no dia 21 para Porto Seguro no vapor "Canavieiras" (B, s/nº).			
18/04/1940	Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho solicitando notícias (B, s/nº).				
27/04/1940		Telegrama enviado de Porto Seguro por Godofredo Filho para			

		Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando a sua chegada (A, 92, 38).			
29/04/1940		Telegrama enviado de Porto Seguro por Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando que revisou o orçamento de José Ribeiro Coelho e acertou o início das obras – reparos indispensáveis no paço municipal, igrejas da Misericórdia e Colégio. Cita a necessidade de um pedestal digno ao marco da descoberta (A, 92, 37).			
02/05/1940		Aerograma via Panair enviado de Canavieiras por Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, onde ele se mostra extasiado com o que viu em Porto Seguro (A, 92, 40-42).			
08/05/1940		Telegrama enviado de Itapagipe por Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando que regressou deixando os negócios encaminhados e que o aéreo desta semana levará parecer com notícias minuciosas. Visitou Ilhéus e Olivença “estudando momento coisas nosso interesse” (A, 92, 39).			
09/05/1940		Ofício nº 30 de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, enviando parecer e revisão dos serviços orçados por José Ribeiro Coelho. Possui um despacho de Rodrigo “ <i>À Seção Técnica para opinar a respeito, com a urgência necessária</i> ”, em 13/5/40 (A, 92, 44).			
21/05/1940	Ofício nº 331 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, remetendo				

	“cópias do parecer da seção técnica deste serviço e das anotações complementares do arquiteto Lúcio Costa, de referências às obras a serem empreendidas em Porto Seguro recomendando-vos tomá-los na merecida consideração, para orientar os trabalhos projetados” (A, 92, 43).				
13/06/1940	Memorando (ou telegrama?) 107 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, solicitando informar sobre o início das obras de Porto Seguro, de acordo com as instruções transmitidas (A, 92, 47).				
26/06/1940		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando sobre a forma de pagamento dos serviços realizados. José Ribeiro começou a juntar materiais para as obras (B, s/nº).			
10/07/1940	Ofício nº 421 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, remetendo recibo de Rs. 25:000\$000 assinado por José Ribeiro Coelho, referente à primeira prestação pelos trabalhos de conservação e restauração a serem executados nos monumentos de arquitetura civil e religiosa, com recursos dos “Diários Associados” (A, 92, 48).	Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, relatando o processo burocrático sobre como redigir o contrato com José Ribeiro e se deveriam ser incluídos valores de fiscalização (B, s/nº).			
19/07/1940				Contrato assinado entre o SPHAN, representado por Godofredo Filho, e o Sr. José Ribeiro Coelho para a realização das obras em	

				Porto Seguro (A, 92, 49-52).	
22/07/1940	Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, tratando sobre a redação do contrato só com os valores pagos aos empreiteiros (B, s/nº).				
05/08/1940		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, avisando que pediu ao prefeito e ao vigário que deixassem os edifícios à disposição (B, s/nº).			
22/08/1940	Ofício de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, pedindo para mantê-lo informado sobre o andamento das obras (B, s/nº).				
29/08/1940		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando que “ <i>prosseguem os trabalhos</i> ” e que Hélio Duarte os fiscalizará por estes dias (B, s/nº).			
11/10/1940		Ofício de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, comunicando que visitará as obras ao final do mês (B, s/nº).			
21/01/1941			Ofício nº 45 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Assis Chateaubriand / Diretor dos “Diários Associados”, remetendo em anexo o recibo de vinte e cinco contos de réis a favor de José Ribeiro Coelho. Diz que fará relatório “ <i>tão completo quanto possível</i> ” e o enviará ao final dos trabalhos (A, 92, 53).		
31/01/1941		Ofício nº 5 de Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade, remetendo via aérea o relatório apresentado pelo Dr. Pedro Ghislandi sobre as obras de Porto Seguro, acompanhado de fotos e amostras da pintura primitiva das esquadrias do paço			

		municipal (A, 92, 54).			
04/02/1941	Despacho de J. S. Reis, da Seção Técnica, sobre as obras: Paço, Igreja da Misericórdia, imagem da custódia do cristo na Misericórdia, Marco do Descobrimento (A, 92, 57-58).				
14/05/1941	Ofício nº 346 de Rodrigo Melo Franco de Andrade para Godofredo Filho, encaminhando dois projetos para a recolocação do marco de posse.				
09/08/1941					Matéria do jornal "A Tarde", Salvador, informando que foram terminadas as obras de reconstrução e conservação dos monumentos históricos existentes em Porto Seguro, entre eles: a igreja da Misericórdia, o paço municipal, a igreja do antigo Colégio dos Jesuítas, a bateria de costa e reduto militar, conservação de um paredão ainda existente da antiga igreja de S. Francisco e da igreja de N ^a S ^a D'Ajuda. Informa ainda que as obras foram realizadas por José Ribeiro Coelho e consumiram cem contos de réis (A, 92, 61).

ANEXO C : PARECERES E RELATÓRIOS

Referência das fontes: (Arquivo, nº pasta, nº documento)

Onde: Arquivo A – IPHAN / DID / Arquivo Noronha Santos
Arquivo B – IPHAN / 7ª Superintendência Regional
Arquivo C – IPAC-Ba

DATA	DOCUMENTO	TEXTO
10/04/1939	Parecer nº 6 enviado por Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade tratando do planejamento de obras.	<p>“= Parecer Nº 6 = Sugestões oferecidas pela 5ª Rejião do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para a orientar as obras de conservação e assêio que o governador do estado da Baía manda realizar no paço municipal e nas duas principais igrejas de Porto Seguro.”.</p> <p>1º) Fala que as obras não poderão alterar o estado dos prédios: “<i>tudo permanecerá nos moldes antigos</i>”;</p> <p>2º) A substituição de peças deverá obedecer exatamente as primitivas;</p> <p>3º) As pinturas externas (caiações) deverão ser na cor branca. Havendo cantaria caiada, deverá ser reposta na sua forma primitiva;</p> <p>4º) No retelhamento do paço e das igrejas não deverão ser utilizadas telhas novas. Em último caso, que as novas corram no fundo dos telhados;</p> <p>Nota: discute a preferência pela cor branca sem descartar o amarelo (ocre) ou vermelhão, que não destoariam, pois ambas eram utilizadas em Portugal e Brasil desde o começo do século XVII.</p> <p>A substituição de elementos deve ocorrer o menor número de vezes possível, quando não haja possibilidade de restauro das peças primitivas.</p> <p>Assinado: Godofredo Filho [documento original] Baía, 10/04/1939 (A, 92, 9).</p>
31/10/1939	Especificação de obras feita pelo empreiteiro José Ribeiro Coelho, enviada para Godofredo Filho em 10/11/1939.	<p>Orçamento para Capela dos Jesuítas, Matriz e Colégio dos Jesuítas, assinado por José Ribeiro Coelho. Bahia, 31/10/1939. Faz menção a um desenho antigo em posse de um morador mostrando as ruínas do Colégio ainda de pé (A, 92, 28-29).</p> <p>Igreja da Misericórdia. Orçamento assinado por José Ribeiro Coelho. Original, furado (A, 93, s/nº).</p> <p>Igreja da Misericórdia – Obras a efetuar para a sua restauração. Orçamento assinado por José Ribeiro Coelho em 31/10/1939. Original, furado (A, 93, 3).</p> <p><u>“Igreja da Glória</u> I – Reforço dos alicerces 300\$000 II – Limpeza (destocamento, capinação e gramagem) a suposta área da igreja e procura de outros alicerces 200\$000 500\$000</p> <p><u>Capela dos Jesuítas – Obras de conservação</u> (...)”. Cópia de documento sem data ou qualquer referência (A, 93, 4).</p> <p><u>“Igreja da Glória – Especificações e orçamento para obra de conservação</u> I – Reforço dos alicerces e obturação das fendas maiores do paredão 300\$000 II – Limpeza (destocamento, capinação) e gramagem da suposta área da igreja; procura de proteção de outros alicerces acaso existentes 200\$000 500\$000</p> <p><u>Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas (...)</u>”. Documento original (A, 93, 5).</p>
09/11/1939	Despacho de José Souza Reis, da Seção Técnica, em sobre o orçamento apresentado por José Ribeiro	<p>“O sr. José Ribeiro Coelho apresentou levantamentos esquemáticos da Igreja da Misericórdia, da Capela dos Jesuítas e do Paço Municipal e orçamento com as respectivas especificações e mais ainda para o reforço dos alicerces da Igreja da Glória e para a confecção de um altar lateral na Igreja Matriz”.</p> <p>(...)</p> <p>“Devemos notar que os monumentos de Porto Seguro já perderam em grande parte o seu o seu aspéto primitivo. Por isto, ainda menos interessam aí, grandes obras de restauração. Os trabalhos devem ser orientados portanto, no sentido de simples conservação e preservação no</p>

	Coelho.	<p>sentido que ainda existe. <i>Julgamos muito necessária uma revisão das especificações, pelo assistente da região na sua próxima visita ao local, visando o esclarecimento do assunto.</i> 9/11/39 – JSR – S.T.” Despacho seguinte: <i>“De acordo. Oficie-se ao assistente técnico da 5a. região, mais cópias do orçamento José Ribeiro 9/11/39 – RMFA” (A, 92, 33).</i></p>
05/05/1940	Parecer de Godofredo Filho com a revisão dos custos orçados por José Ribeiro Coelho.	<p>“Parecer Nº 2”, pág. 1 <i>“Objeto: Obras de conservação a serem realizadas nos principais monumentos históricos e artísticos da cidade de Porto Seguro, neste estado da Baía, à vista dos orçamentos apresentados pelo nosso empreiteiro ali, Snr. José Ribeiro Coelho e do Parecer, sobre os ditos orçamentos e suas especificações, emitido pela Secção Técnica do S.P.H.A.N.:” (A, 92, 12).</i></p> <p>Pág. 3 <i>“Observações (...)</i> <i>Igreja da Glória – o que resta da Igreja da Glória, de 1503, é um negro paredão carcomido, como o reboco quasi todo descascado, pondo à mostra solidíssima alvenaria. Urge protege-lo. Reforçar-lhe os alicerces, fechando os grandes buracos cavados em seu derredor, e (propõe o empreiteiro) ampara o velho muro, obturando-lhe as brechas maiores e sustentando-o com dois pequenos gigantes postos, um, no lado sul, outro, no lado oeste. Na parte de cima, para livrar o muro da ação das chuvas, alvitram cobri-lo com telhas estendidas a guisa de um telhadinho de duas águas. Aguardo, sobre todas essas sugestões propostas o pronunciamento definitiva da Seção Técnica do Serviço.</i> <i>Aconselhamos que fosse destocada, capinada, roçada e, depois, gramada, a suposta área da igreja, conservando-se à mostra quaisquer alicerces acaso encontrados” (A, 92, 14).</i></p> <p>Pág. 3-4 <i>“Dois outros monumentos possui Porto Seguro, notabilíssimos, e que precisam urgente e eficaz proteção: O marco do descobrimento e as ruínas do reduto militar da costa.</i> <i>Reduto Militar – presume-se que seja o mais antigo do Brasil. Dele restam alicerces, uns na encosta, entre a cidade baixa e a alta, e outro, mais abaixo, perto da praia. Um reduto, ou dois, pouco importa. Os seus alicerces vivem, os da encosta sobretudo, perfeitos. Lembremos a importância de os limpamos, de os protegemos para que não desapareçam. E de transportamos para esse ou esses redutos, pelo menos alguns antigos canhões dos mais velhos, hoje esparsos e mal arrumados pelas praias da cidade. Sobre o meio eficaz de conservar tais alicerces que reportam e se alinham, nítidos, esperamos, também, orientação da Seção Técnica do Serviço, que, estamos certos, dispõe de excelentes fotografias dessas ruínas agora invadidas pelo mato e só a custo reconhecíveis”.</i></p> <p>“Conclusões” – Os orçamentos apresentados por José Ribeiro Coelho somam 84:352\$000. Foi revisto para 42:983\$000, ficando um saldo de 7:016\$400 dos 50:000\$000 disponível para as obras. O resultado decorreu da atenção de Godofredo Filho ao parecer da Seção Técnica, que concluiu não interessarem em Porto Seguro grandes obras de restauração, devendo ser os trabalhos orientados para simples conservação do que ali existe. Ele sugere a utilização do saldo para um novo pedestal para o marco da descoberta e a proteção das ruínas do reduto da costa. O contrato seria firmado com uma prestação inicial de 10:000\$000, mais quinzenais de 5:000\$000.</p> <p>“Godofredo Filho Assistente Técnico da 5a região Baía, 9/05/1940 Ao Exmo Sr. Rodrigo Melo F. Andrade” (A, 92, 14-5).</p>
21/05/1940	Parecer da Seção Técnica com Anotações Complementares de Lúcio Costa enviado para Godofredo Filho	<p>“Rio de Janeiro, D.F., 21/05/1940 Parecer da Seção Técnica Assunto – Obras em Porto Seguro, Baía”. Trata do paço e do fortim, faz referências às anotações de Lúcio Costa (A, 92, 45).</p> <p>“ANOTAÇÕES COMPLEMENTARES DO DR. LÚCIO COSTA, COM REFERÊNCIA AOS TRABALHOS DE PORTO SEGURO” Paço Municipal – Construído pelo ouvidor José Xavier Machado Monteiro, em 1772: Braz do Amaral, “Limites da Baía – Espírito Santo”, vol. II, pg. 307-8, “Quatro casas da Camara e de cadeias fiz edificar ... a melhor nesta villa de Porto Seguro, toda de pedra e cal, forte sumptuosa, com 16 janellas formosas, 4 portas exteriores e de cunhaes e cimalthas e Armas Reaes, sobre o portico principal e com 5 carceres, 2 salas da Camara, huma das audiencias e cazas de carcereiro e de açougue, humas nos altos, outras nos baixos”... “já conclui a formosa obra das (casas) da Camara e Cadeias”. (ob. cit.), pg. 313 (1773) ... “eu fui o mestre de obra das Cazas da Camara”... (ob. cit.),</p>

		<p>pg. 314.</p> <p>O número de janelas (16), excluídas as duas de grade moderna no pavimento térreo, uma em cada oitão, confere. O número de portas é que não coincide, são agora três; A quarta correspondia provavelmente à fachada posterior, do eixo, sob as duas janelas. Conviria romper o revestimento nesse ponto e investigar a título de estudo, já que é desnecessário restabelecer esta porta.</p> <p>Vê-se, pela fotografia, que as almofadas superiores da porta principal são direitas e não arqueadas. Isto parece indicar que primitivamente a verga era reta e não em arco abatido conforme esta. Seria pois conveniente a retirada do emboço afim de se esclarecer este ponto. Proceder do mesmo modo com as vergas das janelas gradeadas e com as do andar, cuja forma aguda, parece mais uma inovação do século passado. Aliás os caixilhos de guilhotina com cordões dispostos em diagonal, formando losangos, datam seguramente do Séc. XIX, ao passo que as folhas de segurança da verga reta, parecem originais. Nas construções em alvenaria de pedra da época, quando os vãos não eram feitos com hobreiras, verga e peitoril de cantaria, apresentavam quase sempre quadros de massa.</p> <p>Matriz – Foi reconstruída em 1773, pelo Ouvidor Xavier Monteiro (ob. cit.), pg. 307, ... “e estou apromptando o necessario para a reedificação do corpo e frontespicio desta (matriz) de Porto Seguro, que se acha a cahir, por instantes, pela ladroeira do empreiteiro que haverá 40 annos (vê-se por aí que datava de mais de 1730) arrematou na Cidade da Bahia, por 2 contos de réis, pagos da Fazenda Real, além dos carretos a que se obrigou o povo; e para esta tenho ja promessas de uns 400\$000 de esmolas com a de 100\$000 que pedi a certo devoto daquela Cidade, e, se obtiver, como espero 200\$000, tornar a concorrer o povo com os carretos e houver zelo na administração, se poderá effectuar á moderna por hum bom risco, que já mandei lavar tudo e por muito melhor que a antiga, que nem cunhaes, nem cimalha, nem alindo algum Tem e tão somente huma brutas paredes, ainda sem reboque,...” estou a querer principiar a Igreja matriz, que o Povo deseja se faça de novo, na desconfiança de irremediaveis as ruinas da velha. Já o se Reverendo vigario offereceo para ella huma boa esmolla, que com a minha he diminuta e com a de outras pessoas de fora da freguesia e da Bahia, já obtive promessas de 800 e tantos mil réis, sem entrarem ainda as do povo, de que cada qual vae livremente, sem finta, offerecendo o que pode” “não achei em toda a Capitania mais que 2 pedreiros que com outros 2 que acariciei, de fora e mais 4 degredados, já chegam ao numero de 8, mas taes que eu me verei obrigado a ser tãobem o mestre da obra porque os da Bahia me pedem por ella exhorbi-“</p> <p>Fim da primeira página (A, 92, 46).</p> <p>Outra página (seqüência desconhecida):</p> <p>“Glória – Deve-se evitar a cobertura de telhas. Convém verificar o prumo. Caso esteja perfeito, a consolidação do terreno, obturação das fendas maiores e cimentação do topo superior, talvez dispensem os contrafortes propostos pelo empreiteiro. Esse pano de muro não pode datar de 1503 (vê-se na fotografia alguns fragmentos que parecem de tijolo).”</p> <p>“Conservar a pequena casa que se vê na foto que segue junto, ou na primeira oportunidade” (C - Arquivo do IPAC-Ba).</p>
19/07/1940	Contrato firmado entre o SPHAN e o Sr. José Ribeiro Coelho	<p>Folha 1 não numerada, segue o texto:</p> <p>“Contrato de obras, por empreitada, com pagamentos parcelados, que entrei, fazem o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo seu representante, Snr. Godofredo Rebello de Figueiredo Filho, Assistente Técnico da 5a. Região, residente nesta Capital, á avenida Beira Mar, 153, e o Snr. José Ribeiro Coelho, industrial e comerciante, residente na cidade de Porto Seguro, deste Estado, á rua Ruy Barbosa, nº 8, para a execução dos serviços de restauração e conservação, em relação anexa especificados, nos seguintes edifícios da dita cidade de Porto Seguro: - Paço Municipal, Igreja da Misericórdia, Igreja da Glória, Igreja do antigo Colégio dos Jesuítas e Reduto Militar”.</p> <p>Segue a folha 2 – assinaturas em 19/07/1940.</p> <p>Folha “3”; “Igreja da Misericórdia – Especificação de orçamento para obras de...”</p> <p>Assinado por Godofredo e José Ribeiro Coelho no verso.</p> <p>Folha com numeração 5 no centro superior. Reduto Militar – fala do transporte de canhões de volta ao local. Godofredo Filho e José Ribeiro Coelho assinam no verso (A, 89, 2).</p> <p>Não tem a folha 5.</p> <p>Folha 6 – Nota a que se refere a Cláusula Décima do presente contrato – serviços às custas do empreiteiro (A, 92, 49-52).</p>
31/01/1941	Relatório do Dr. Pedro Ghislandi sobre as obras de Porto Seguro enviado por Godofredo para	<p>“Relatório sobre a viagem da fiscalização das obras do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.</p> <p><i>Paço Municipal (...)</i></p> <p><i>II Item (...)</i></p> <p><i>III Item (...)</i>” (A, 94, 7).</p>

	Rodrigo.	<p>Página numerada “– 2 –” Itens IV e V (A, 94, 8).</p> <p>Página numerada “– 3 –” “Eventuais (...)” <u>Igreja da Misericórdia:</u> II Item (...)” (A, 94, 9).</p> <p>Página numerada “– 4 –” Itens III e IV (A, 94, 10).</p> <p>Página numerada “– 5 –” Itens V, VI, VII, VIII, IX (A, 94, 11).</p> <p>Página numerada “– 6 –” Itens X e XI. “Observação (...)” (A, 94, 12).</p> <p>Página numerada “– 7 –” “<u>Igreja da Glória</u>” I Item: Ainda não foi feito. O paredão mantém-se aprumado apesar de grande buraco cavado ao seu redor. Os alicerces parecem ser bastante profundos, talvez dois metros. – Conforme entendimento que tive como empreiteiro, as fendas e as erosões serão obturadas com o mesmo tipo de pedra que é constituída a alvenaria (arenito) e como mesmo tipo de argamassa (cal e barro). II Item: Uma primeira limpeza já foi feita na area circunvizinha, a procura de outros alicerces acaso existentes dos quais não encontrado o minimo vestigio o que faz supor que o paredão não seja resto ou ruina de igreja e sim qualquer torre ou marco de assinalação marítima, atendendo tambem ao fato de que esta paredão tem reboco em todas as suas quatro faces e não apresenta em nenhum delas traço de ligação com outra alvenaria. Conforme acordo com o empreiteiro será feita outra limpeza e capinação e gramagem de certa area ao redor. A parte superior do paredão está protegida e impremeabilisada com uma camada de argamassa com duas inclinações (agua) para protege-lo das aguas pluviais. –” (A, 94, 13).</p> <p>Página numerada “– 8 –” “<u>Igreja do Antigo Colégio dos Jesuítas</u>” I Item: (...) II Item: (...) Observação (...)” (A, 94, 14).</p> <p>Página numerada “– 9 –” “<u>Reduto Militar</u>” I Item: (...) II Item: (...)” (A, 94, 15).</p> <p>Página numerada “– 10 –” “III Item: (...)” um canhão foi deixado no reduto da praia e dois no reduto de cima. “<u>Respostas ás pesquisas da cláusula décima do contrato</u>” 1a. (...) 2a. (...) 3a. (...)” (A, 94, 16).</p> <p>Página numerada “– 11 –” “4a. (...) 5a. (...). 6a. (...)” (A, 94, 17).</p> <p>Página numerada “– 12 –” “Observação (...)” Porto Seguro, 08/01/1941 Pedro Ghislandi –</p>
--	----------	---

15/01/1941	Este documento provavelmente acompanha o relatório de Pedro Ghislandi, enviado por Godofredo Filho para Rodrigo Melo Franco de Andrade em 31/01/1941.	<p>Engenheiro E.P.B.” (A, 94, 18).</p> <p>Duas páginas com numeração “II” e “III” anotadas manualmente à direita superior. <i>“II – Igreja da Misericórdia Observações” (A, 93, 1-2).</i></p> <p>Página com numeração “IV” anotada manualmente à direita superior. <i>“Igreja da Glória</i></p> <p><i>II Item – Não parece destituída de interesse a hipótese do Dr. Pedro Ghislandi sobre a origem do paredão que a tradição afirma ter pertencido á igreja da Glória. Convém lembrado que a Seção Técnica do S.P.H.A.N., á vista dos elementos constitutivos do dito paredão, negou que o mesmo datasse dos primeiros anos do séc. XVI” (A, 93, 6).</i></p> <p>Páginas originais “V” e “VI” anotadas manualmente à direita superior. Encontra-se nesta pasta de “Marco da Descoberta”, mas este assunto é apenas um item do documento. Assinado por Godofredo Filho em 15/01/1941 – documento original. “Ao Exmo Snr. Rodrigo Melo Franco de Andrade” no final (A, 92, 5-6).</p>
------------	---	---